



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

**PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO  
EM  
GEOGRAFIA**

**ISABELLA PIZARRO TIBURCIO**

**A RESISTÊNCIA FEMININA NOS ASSENTAMENTOS DE ARARAS (SP):  
PERSPECTIVAS GEOGRÁFICAS FEMINISTAS PELAS LENTES DA GEO-  
FOTO-GRAFIA**

**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS**

**RIO CLARO - SP  
2024**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“Júlio de Mesquita Filho”  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas Câmpus  
de Rio Claro

ISABELLA PIZARRO TIBURCIO

**A resistência feminina nos assentamentos de Araras (SP): perspectivas  
geográficas feministas pelas lentes da geo-foto-grafia**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro

Rio Claro - SP

2024

T554r

Tiburcio, Isabella Pizarro

A resistência feminina nos assentamentos de Araras (SP): :  
perspectivas geográficas feministas pelas lentes da geo-foto-grafia /  
Isabella Pizarro Tiburcio. -- Rio Claro, 2024

117 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro

Orientadora: Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro

1. Geografias Feministas. 2. Mulheres Rurais. 3. Assentamentos  
Rurais. 4. Araras (SP). 5. Fotografia. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de  
Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“Júlio de Mesquita Filho”  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas  
Câmpus de Rio Claro

ISABELLA PIZARRO TIBURCIO

A resistência feminina nos assentamentos de Araras (SP): perspectivas  
geográficas feministas pelas lentes da geo-foto-grafia

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. BERNADETE APARECIDA CAPRIOGLIO DE CASTRO (orientadora)  
IGCE/UNESP/ Rio Claro (SP)

Profa. Dra. LUCIENE CRISTINA RISSO  
FCTE/UNESP/Ourinhos (SP)

Profa. Dra. LARISSA COUTINHO ARAÚJO DE PAULA  
UESC/Santa Cruz (BA)

Conceito: Aprovado

Rio Claro (SP), 06 de fevereiro de 2024.

## **Agradecimentos**

Não seria sincera se não começasse agradecendo a mim mesma por ter persistido ao longo desses quase três anos e não ter desistido no meio dessa jornada que foi muito desafiadora para mim. Chegar até aqui parecia um sonho distante e eu não posso acreditar que se concretizou.

Agradeço à minha orientadora, Bernadete, que desde o nosso primeiro contato foi solícita, carinhosa e acolhedora comigo. Gratidão por todo conhecimento compartilhado, por todo cuidado, atenção, dedicação, paciência e por ter acreditado em mim e na minha pesquisa desde o primeiro dia. Foi um privilégio enorme partilhar essa caminhada com você.

Às seis mulheres assentadas do município de Araras que participaram desse trabalho e que me receberam com tanto carinho em suas casas. Muito obrigada pela confiança e pela partilha. Espero ter conseguido atingir as expectativas de demonstrar minimamente nessas páginas, tamanha relevância de sua luta e resistência, que desempenharam por toda a vida.

A minha mãe por ter me apoiado e dado suporte a vida inteira, em todos os sentidos possíveis, e para sempre. Sem você eu definitivamente não teria chegado até aqui. Obrigada por tudo ao longo desses meus 27 anos de caminhada, sempre juntas.

Ao meu amor, Sofia, por ter sido minha fortaleza desde o primeiro dia dessa jornada. Por ter secado minhas lágrimas, por ter vibrado minhas vitórias, por ser minha maior parceria possível: no amor, na amizade e na ciência. Você acreditou em mim, quando eu mesma duvidei, jamais vou esquecer. Te admiro e sou grata eternamente.

A todos meus amigos que fiz durante a morada em Rio Claro, nesses últimos 8 anos. Cada um de vocês incentivou, fortaleceu e inspirou para que eu conseguisse chegar até aqui. Dentre as amizades, agradeço especialmente ao Jonathan, porque só nós sabemos de todas as angústias compartilhadas, bem como as alegrias a cada passo - durante o mestrado; gratidão aos nossos encontros sempre regados a cafés da tarde, repletos de trocas, reflexões e construções (inclusive de mapas).

Não posso deixar de mencionar minha querida psicóloga, Talita, que me acompanhou por grande parte desse processo. Muito atenciosa e cuidadosa, me ajudou a tratar as angústias, equilibrar as emoções, alinhar os pensamentos e enxergar a realidade. Ser acompanhada por você me fortaleceu. Obrigada por ter acreditado em mim e me motivando até o último dia.

Agradeço também a Katia que, assim que fui aprovada no mestrado, me presenteou com o livro físico baseado na tese que foi minha principal inspiração para chegar a esse tema de pesquisa. Não esquecerei esse gesto tão atencioso e carinhoso, assim como todo o apoio durante esses anos.

Aos meus colegas da pós-graduação em Rio Claro, especialmente aos que compuseram a Comissão de Eventos do Programa de Pós-Graduação em Geografia de 2022 a 2023, da qual fiz parte para a organização da quarta edição do Congresso Brasileiro de Organização do Espaço (IV CBOE). O período de elaboração do evento foi de muito aprendizado e trocas extremamente valiosas com todos vocês, o que tornou esse período final da pós-graduação mais leve e menos solitário.

Agradeço também a todos os professores que ministraram disciplinas que cursei durante a pós-graduação. Os saberes e conhecimentos compartilhados fizeram parte do desenvolvimento da minha pesquisa.

Expresso também minha profunda gratidão às professoras que fizeram parte da minha banca de qualificação, Profa. Dra. Luciene Risso e Profa. Dra. Larissa Araújo Coutinho de Paula. Foi um enorme privilégio contar com o conhecimento e experiência de geógrafas como vocês, nesse momento tão essencial de construção da pesquisa.

Agradeço a cada corpo dissidente que adentrou e, com muita força, persistiu no universo acadêmico, trilhando e possibilitando meios para que hoje pudéssemos estar aqui. Toda a gratidão e respeito aos que vieram antes.

### ***Apoio Institucional à Pesquisa***

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia UNESP/Rio Claro, por me receber e, também, pelo auxílio para a realização dos trabalhos de campo, tão fundamentais neste trabalho.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

*“Eu sô uma Maria quarqué.  
Uma dessas muié, qui vivi na roça,  
qui viaja di carroça, di cavalo ou a pé.*

*Eu sô uma maria quarqué.  
Dessas que acorda cedin, faz o bolo i o café, cuida da casa du quintá,  
dus bichin dos animá, qui sustenta o brasí di pé.*

*Eu sô uma maria quarqué  
qui tira o leite da vaquinha, cuida das prantas i das galinhas, sô maria muié de fé. Sô maria  
forte, sô du su ou sô do norti num importa o lugar, in quarqué parti du praneta i existi uma Maria  
cuma eu, qui luta cum fé i coragi na lida qui Deus lhe deu.*

*Eu Sô uma Maria quarqué  
Num sei falar ingrêz, num intendo di moda, uso xita i xadrez,  
Sô diferente di ocês, mas isso num mi incomoda.*

*Eu sô uma Maria quarqué  
di vêz inguanto vô na cidade, inté cumprindo seu valô.  
mais é aqui no mato qui tenho felicidade, sô bonita do meu jeito também tenho vaidade.*

*Eu sô uma Maria quarqué  
Sô da roça sim sinhô, sô caipira cum orguio, mas trabaio cum amor.*

*Eu sô uma Maria quarqué.  
qui só usei esse papé, pra chamar sua atenção pra fazer ocê oiá ,cum o zói du coração pras  
tantas Marias quaisquer, que vivem de realidade, que retratam o amor à vida e a fé, que só  
desejam ser respeitadas ao longo dessa jornada no seu ranchinho de sapé.”*

(Kenny Silva - agricultora e poetisa, vencedora do primeiro lugar do concurso “Vozes,  
Imagens, Histórias e Experiências das Mulheres Rurais”, em 2017, na 2ª edição da campanha  
“Mulheres Rurais, Mulheres com Direitos”)

## RESUMO

Historicamente relegadas à subordinação do homem, na constituição das sociedades patriarcais, restou às mulheres a desvalorização. No contexto rural brasileiro, o apagamento de suas narrativas é ainda mais acentuado. A ciência geográfica, por sua vez, com bases masculinas, eurocêntricas e brancas, acaba por universalizar a experiência dos sujeitos no mundo, levando ao esquecimento quem não compartilha dessa identidade neutralizante. Isso posto, indo na contramão desses processos, a presente pesquisa tem como objetivo visibilizar a luta e resistência das mulheres assentadas no contexto rural brasileiro - bem como os espaços que produzem na luta pela terra. O trabalho caminha por um entrelace da geografia com toda a potência difusora, documental, artística e, ao mesmo tempo, de denúncia da fotografia. E é através das lentes das geo-foto-grafias, que aqui os olhares das geografias feministas apresentam as perspectivas das mulheres assentadas do município de Araras (SP), que participaram dessa pesquisa qualitativa. Registrando a partir de suas próprias representações o que pra elas é ser uma mulher rural, junto também de relatos dados nas entrevistas, complementando as discussões sobre as relações de poder que existem e ainda se mantêm no campo. Visando divulgar essas perspectivas de luta, vida, trabalho e cuidado, em prol de seu reconhecimento.

**Palavras-chave:** Geografias Feministas; Mulheres Rurais; Assentamentos Rurais; Araras (SP); Fotografia.

## **ABSTRACT**

Historically relegated to male subordination in the formation of patriarchal societies, women were left undervalued. In the Brazilian rural context, the erasure of their narratives is even more pronounced. Geographic science, in turn, with its male, Eurocentric, and white foundations, ends up universalizing the experiences of individuals in the world, leading to the forgetting of those who do not share this neutralizing identity. That said, going against these processes, the present research aims to make visible the struggle and resilience of women settled in the Brazilian rural context, as well as the spaces they create in the fight for land. The work traverses an interweaving of geography with the full potential of diffusion, documentation, art, and, at the same time, photographic denunciation. Through the lenses of geo-photo-graphs, the perspectives of the settled women from the municipality of Araras (SP) who participated in this qualitative research are presented by the eyes of feminist geographies. Recording from their own representations what it means to be a rural woman to them, along with the accounts given in interviews, complementing the discussions about power relations that exist and still persist in the countryside. The aim is to disseminate these perspectives on the struggle, life, work, and care for the sake of their recognition.

**Keywords:** Feminist Geographies; Rural Women; Rural Settlements; Araras (SP); Photography.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

<b>Fotografia 1:</b> Primeiro trabalho de campo no assentamento Araras IV.....	60
<b>Fotografia 2:</b> Segundo trabalho de campo – Visita ao assentamento Araras IV.....	61
<b>Fotografia 3:</b> Segundo trabalho de campo – Visita ao terreiro Ylê Asé de Yansã no Araras III.....	62
<b>Fotografia 4:</b> Terceiro trabalho de campo – Sítio “Quilombo Anastácia” no assentamento Araras III.....	63
<b>Fotografia 5:</b> Terceiro trabalho de campo – Sítio “Quilombo Anastácia” no assentamento Araras III.....	64
<b>Fotografia 6:</b> Terceiro trabalho de campo – Sítio “Quilombo Anastácia” no assentamento Araras III.....	65
<b>Fotografia 7:</b> Realização das entrevistas nos assentamentos.....	67
<b>Fotografia 8:</b> geo-foto-grafia da E1.....	92
<b>Fotografia 9:</b> geo-foto-grafia da E2.....	95
<b>Fotografia 10:</b> geo-foto-grafia da E3.....	97
<b>Fotografia 11:</b> geo-foto-grafia da E4.....	100
<b>Fotografia 12:</b> geo-foto-grafia da E5.....	102
<b>Fotografia 13:</b> geo-foto-grafia da E6.....	105

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Caracterização dos assentamentos de Araras (SP).....	49
<b>Quadro 2</b> – Identificação das participantes da pesquisa.....	70
<b>Quadro 3</b> – Sintetização das informações obtidas nas entrevistas.....	72

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1:</b> Localização do município de Araras (SP).....	43
<b>Mapa 2:</b> Localização dos assentamentos rurais no município de Araras (SP).....	51

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	XII
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>Metodologia</b> .....	17
<b>I FAZENDO GEOGRAFIAS FEMINISTAS</b> .....	19
<b>1.1 A produção da ausência das perspectivas feministas na Geografia</b> .....	19
<b>1.2 Principais contribuições de geógrafas feministas</b> .....	24
<b>1.3 Perspectivas feministas tangem a mulher rural e a luta por direitos</b> .....	34
<b>II ESPACIALIZANDO A LUTA PELA TERRA EM ARARAS (SP)</b> .....	42
<b>2.1 Caracterização do município de Araras (SP)</b> .....	42
<b>2.2 Contexto de formação e história da agricultura em Araras (SP)</b> .....	44
<b>2.3 A formação dos assentamentos rurais em Araras (SP)</b> .....	47
<b>III GEO-FOTO-GRAFIA COMO CAMINHO PARA VISIBILIZAR</b> .....	53
<b>3.1 Fotografia como representação do espaço</b> .....	53
3.1.1 A potência da fotografia para visibilizar lutas sociais: o exemplo do MST.....	56
3.1.2 Fotografia para visibilizar a perspectiva feminina dos espaços rurais de luta pela terra.....	58
<b>3.2 A perspectiva da pesquisadora nos trabalhos de campo</b> .....	59
3.2.1 A elaboração do roteiro e a aplicação das entrevistas.....	65
3.2.2 Uma nova proposta: geo-foto-grafias através do olhar das assentadas.....	68
<b>3.3 As perspectivas femininas rurais</b> .....	69
3.3.1 Os temas das entrevistas: análise através de eixos temáticos.....	71
3.3.1.1 <i>Trajetórias de lutas pela e na terra</i> .....	73
3.3.1.2 <i>O "ser mulher" no meio rural</i> .....	82
3.3.2 As geo-foto-grafias das mulheres assentadas.....	88
3.3.2.1 <i>Geo-foto-grafia da assentada 1 – espaços de ancestralidade</i> .....	91
3.3.2.2 <i>Geo-foto-grafia da assentada 2 – espaços de direito</i> .....	94
3.3.2.3 <i>Geo-foto-grafia da assentada 3 – espaços de empatia</i> .....	97
3.3.2.4 <i>Geo-foto-grafia da assentada 4 – espaços do cuidado</i> .....	99
3.3.2.5 <i>Geo-foto-grafia da assentada 5 – espaços de organização</i> .....	101
3.3.2.6 <i>Geo-foto-grafia da assentada 6 – espaços de fertilidade</i> .....	104
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	106
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	108
<b>APÊNDICE</b> .....	115

## APRESENTAÇÃO

O caminho que me trouxe até a finalização deste trabalho foi de muitas emoções. A entrada na universidade, a saída da casa dos pais, o mergulho profundo na Geografia. Buscando sempre absorver tudo que eu pudesse sobre os mais diversos temas que perpassam essa ciência, fui da formação com ênfase na área ambiental para a linha de pesquisa na pós-graduação da tida “geografia humana”, assim como fui do trabalho de conclusão de curso na área urbana, para o mestrado sobre assentamentos rurais.

Essa trajetória também fomentou o reconhecimento da minha identidade enquanto uma mulher, gorda, latino-americana e LGBTQIAP+ e as consequentes implicações de ser esse corpo e com ele habitar o mundo. Esse processo de identificação se faz de grande importância para ser destacado aqui já que ao navegar pelo entendimento das múltiplas possibilidades de ser e estar no mundo, bem como de conhecer e fazer geografias, estão totalmente entrelaçados. E, juntamente, culminaram no caminho que levou a escolha do tema desta pesquisa.

Somente próximo de concluir minha graduação em Geografia, em 2019, que entrei em contato com as tidas Geografias Feministas. Essa descoberta me deixou muito interessada na possibilidade de repensar toda a base - do que eu havia aprendido até então ao longo da graduação, sobre o que eu passaria a entender enquanto o mito da neutralidade dos sujeitos na construção e reprodução do espaço geográfico – este último, o tão famoso objeto de estudo da Geografia.

Ao iniciar tais questionamentos, compreendi, usando como exemplo minha própria vivência, que não produz espaço da mesma forma que os sujeitos que me cercam e, nesse sentido, demorei a perceber o quão limitantes eram as leituras propostas até então pela academia, das diferentes corporeidades em movimento, dada as especificidades da alteridade.

Estar no mundo enquanto um corpo dissidente tem outro tom. No entanto, é fundamental reconhecer que, sendo uma mulher branca, sou atravessada por privilégios estabelecidos pelas estruturas de poder presentes na nossa sociedade, que têm suas raízes na branquitude.

Por si só, tais reflexões desencadearam muitas emoções ao decorrer da pesquisa. A dor, ao pesquisar temas sensíveis como esse, está transposta. Tanto pelo sentimento de reconhecimento de formas de opressões que atingem nós mulheres, mas também, muitas vezes, por um sentimento de impotência. Mas, lutando justamente na contramão deste último, segui guiada pela esperança em

viver e somar forças na luta em busca de possibilitar uma realidade mais justa para as companheiras representadas e apresentadas nessa pesquisa.

Outro sentimento que permeou o processo de desenvolvimento deste trabalho foi a solidão, que foi intensificada em várias camadas. Além da solidão comumente associada à jornada da pós-graduação, me senti bastante sozinha em relação à temática da pesquisa. Tanto por explorar, junto a caminhos da geografia cultural, as questões de gênero - enfoque muitas vezes desvalorizado pelos pesquisadores da própria Geografia; quanto pelo baixo número de colegas que estavam investigando temas semelhantes no programa de pós-graduação. Sendo esse número ainda mais restrito ao considerarmos as discussões que relacionassem fotografia e geografia.

Para além disso, o agravamento de questões de saúde mental – assunto que ainda precisa ser muito discutido no âmbito da pós-graduação; foi ainda pior, diante da pandemia de covid-19, que fez com que o início do processo fosse ainda mais silencioso, melancólico e angustiante. Isso fez com que os trabalhos de campo fossem realizados somente no último ano da pesquisa.

Para finalizar essa apresentação, depois de falar sobre as emoções, as razões que inspiraram o desenvolvimento desse tema de pesquisa - para além do já mencionado reconhecimento da posicionalidade enquanto geógrafa feminista; destaco que, a paixão por fotografia desde que me lembro, já me acompanhava nos primeiros anos de graduação em busca de entender mais a fundo seus usos através da geografia. Não esqueço a alegria ao me deparar, numa feira de livros que aconteceu na UNESP em 2016, na qual comprei o livro intitulado “Geografia e Fotografia: apontamentos teóricos e metodológicos”. Senti literalmente borboletas no estômago.

Além disso, sempre admirei muito os trabalhos do fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado, e via neles todo um potencial de análise espacial, que eu passaria a entender como “geo-fotográfico”, diante da interpretação proposta pela geógrafa Flora Sousa Pidner, no desenvolvimento de sua tese de doutorado, intitulada “Geo-Foto-Grafia das paisagens: narrativas espaciais nas imagens de Sebastião Salgado”. Foi sem dúvidas esse trabalho a principal fonte de inspiração para investigar essas questões, mas aqui pensando na luta pela terra destacando as perspectivas femininas.

Além dos eventos que participei ao longo da pós-graduação, que contribuíram como espaços de formação para constituir essa pesquisa, as disciplinas cursadas nesse período foram de fundamental importância, fornecendo as ferramentas teóricas, conceituais e metodológicas necessárias. Elas permitiram análise através da intersecção de gênero, espaço, cultura, economia e

poder, contribuindo para uma compreensão mais profunda e completa das experiências das mulheres rurais. Foram elas:

- Seminários de Pesquisa em Geografia (cursada de forma *online* no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Rio Claro/SP em 2021): Esta disciplina proporcionou habilidades e métodos essenciais para a pesquisa geográfica, permitindo a compreensão de técnicas de coleta de dados geográficos, análise espacial e teoria geográfica;
- Cultura e Natureza (cursada de forma *online* no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Rio Claro/SP em 2021): A relação entre cultura e natureza é de grande relevância para entender as representações das mulheres rurais. Esta disciplina ofereceu um contexto teórico valioso para analisar como as identidades e as práticas culturais se entrelaçam com o ambiente natural em áreas rurais;
- Artes y Contracolonialedad: disidencias sexuales y de género (cursada de forma *online* no Programa de Pós-Graduação de Psicologia da UNESP de Assis/SP em 2021): Esta disciplina ofereceu uma perspectiva crítica sobre as questões de gênero e sexualidade enquanto caminhos de sentidos das expressões artísticas decoloniais dissidentes;
- Ruralidade e urbanidade na sociedade contemporânea (cursada de forma *online* no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Rio Claro/SP em 2021): O contraste entre ruralidade e urbanidade, relevante nessa pesquisa, foi explorado nessa disciplina, possibilitando a compreensão das dinâmicas sociais e econômicas nas áreas rurais e urbanas, fornecendo informações pertinentes para compreensão das especificidades da vida das mulheres em ambiente de assentamentos rurais;
- Tópicos de Ciências Sociais - Debatendo o Capitalismo (cursada presencialmente no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Rio Claro/SP em 2022): O entendimento do contexto socioeconômico em que nossa sociedade está inserida, o capitalismo, é fundamental para analisar as condições de vida e trabalho das mulheres rurais. Essa disciplina contribuiu para uma análise crítica das estruturas de poder subjacentes;
- Fazendo Geografias Feministas: espaço, gênero e sexualidades (cursada de forma *online* no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPG em 2022): Essa disciplina foi particularmente valiosa, uma vez que se concentrou as discussões nas geografias feministas, abordando questões de gênero e sexualidades em contextos espaciais. Ela forneceu uma

base teórica sólida, assim como orientação metodológica para a pesquisa, ajudando também a compreender os desafios específicos que enfrentam as mulheres rurais.

## INTRODUÇÃO

Na constituição das sociedades patriarcais, o papel das mulheres foi historicamente relegado à subordinação ao homem, isso porque, as diferenças de gênero dão aos sujeitos situações de poder totalmente desiguais, explicando assim essa posição de inferioridade feminina (García Ramón, 1985).

Com isso, ao tratarmos sobre a ciência geográfica percebemos que essa lógica está imbricada em seu discurso, uma vez que, mesmo este não apresentando marcas e parecendo ser neutro, trata-se de uma ciência masculina (Silva, 2003). Portanto, sustentando aqui que o espaço tanto na prática quanto nas conceituações acadêmicas, foi pensado por e para homens - brancos, de classe média, ocidentais, cisgêneros e heterossexuais; destinando à ausência quem não compartilha dessa identidade universalizadora e neutralizante. Assim, a construção da Geografia parte de uma visão que generaliza os sujeitos e, portanto, conseqüentemente suas experiências, imaginários e percepções.

É nesse sentido que entendemos a invisibilidade, circunstância esta que será muito apontada ao longo desta pesquisa - em diversos aspectos, mas todos por fim, conectados. Tal apagamento, encontra resistência por parte dos grupos marginalizados, através das Geografias Feministas, na busca pela visibilidade da alteridade (Ortiz; García Ramón, 2016).

Diante do exposto, ciente do apagamento da experiência da mulher rural e de seu trabalho, social, econômica e culturalmente, é nesse grupo que a presente investigação está centrada, aprofundando nas reflexões evocadas pelas dinâmicas estabelecidas nas relações de gênero no cotidiano das mulheres rurais brasileiras, mais especificamente, assentadas no município de Araras (SP).

Portanto, com o objetivo de conceber de que forma as narrativas dessas agricultoras demonstram a construção de uma resistência feminista na produção do espaço rural e na luta pela terra, buscando tornar visível sua luta cotidiana e seu trabalho - muitas vezes desconsiderado. Já que, como aponta Silva (2003, p. 33), “uma abordagem da perspectiva feminina na produção do espaço exige um olhar atento ao cotidiano, ao micro-social e aos grupos sociais marginalizados do poder”.

A principal ferramenta para auxiliar no cumprimento desse objetivo, foi escolhida a partir da inspiração e provocação despertada pelos trabalhos fotográficos de Sebastião Salgado, que foi ator importante na divulgação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra em seu início (Pidner, 2017). Entretanto, aqui o destaque é a perspectiva feminina. Portanto, essa pesquisa utilizará da fotografia enquanto ferramenta crítica em potencial, além de entrevistas, enquanto bases metodológicas.

Para isso, foi dividida em três partes. No primeiro capítulo é feita uma conceituação em relação ao “fazer” Geografias Feministas, entendendo os processos que estruturam a invisibilidade da mulher na ciência geográfica, assim como as principais contribuições de geógrafas feministas e finalizando com considerações desses processos relacionados ao grupo mulheres rurais e sua luta por direitos. No segundo é feita uma contextualização espacial da pesquisa, referente tanto ao município de Araras (SP), bem como abordando os processos de luta pela terra que levaram à formação de seus assentamentos. Já o terceiro e último capítulo, além de trazer as bases da conceituação sobre a fotografia na perspectiva geográfica, apresenta detalhadamente todos os trabalhos de campo que foram feitos, portanto as entrevistas realizadas e as geo-foto-grafias das mulheres assentadas, bem como a discussão desses materiais produzidos durante as visitas.

## **Metodologia**

O ponto de partida da pesquisa consistiu no embasamento e fundamentação teórica e metodológica dos principais temas e conceitos que perpassam as abordagens do estudo. Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, na área de ciências humanas, é necessário a realização de trabalhos de campo, permitindo uma enriquecedora aproximação com o que se pretende conhecer e estudar. O trabalho de campo, portanto, segundo Cruz Neto (2011) propicia que o conhecimento seja produzido considerando a realidade vista *in loco*. Com isso, a pesquisa deve possibilitar a superação do que já foi elaborado até ali.

O estudo foi submetido na Plataforma Brasil e aceito pelo Comitê de Ética em Pesquisa, possibilitando a realização dos trabalhos de campo necessários. A pesquisa contou com a realização de cinco trabalhos de campo. Portanto, o primeiro, realizado em Araras, aconteceu no início do mês de maio de 2023. Nessa primeira visita, eu e minha orientadora buscávamos conhecer melhor a área dos assentamentos. Desde esta primeira visita, fomos recebidas e auxiliadas por uma das

mulheres assentadas, que se tornaria uma das participantes da pesquisa - residente do assentamento Araras IV; ela que já foi aluna da minha orientadora há muitos anos e com ela mantém o vínculo construído. Nesse mesmo dia, introduzimos à ela o tema de pesquisa, o qual demonstrou interesse e disposição para participar.

Estes trabalhos visaram pôr em prática a observação e a escuta, que ocorreram das formas citadas a seguir. O princípio da observação nos assentamentos esteve intrinsecamente ligado aos registros fotográficos realizados, tanto através da perspectiva da pesquisadora, quanto pelo olhar das próprias mulheres assentadas que participaram da pesquisa. Neste último caso, as seis participantes seriam as responsáveis por suas próprias fotografias. Isto porque, uma vez que estas são as sujeitas ativas que ocupam e produzem os espaços rurais de assentamentos em Araras, as representações, captadas por elas mesmas, possibilitam alcançar as múltiplas visões que as mesmas têm sobre os processos que são perpassadas, logo, visibilizando-os.

Para além da observação, a escuta foi posta em prática tanto informalmente através das conversas e trocas ao longo das visitas como, de forma mais objetiva enquanto ferramenta metodológica da pesquisa, através das entrevistas. A fim de aprofundar a compreensão de como as relações de gênero se estruturam nos assentamentos, a partir dos relatos delas, tornou-se possível investigar como estas se apresentam, mas também como são percebidas por elas mesmas, buscando entender suas estratégias de empoderamento e protagonismo.

Por último, a interpretação dos registros fotográficos das assentadas desempenhou importante papel, levando-nos a compreender a construção das geo-foto-grafias (Pidner, 2017), ao considerar suas múltiplas percepções em complemento às reflexões trazidas pelos relatos expressos durante as entrevistas. Todo esse material produzido foi, portanto, organizado e discutido nos resultados finais da pesquisa.

## I FAZENDO GEOGRAFIAS FEMINISTAS

### 1.1 A produção da ausência das perspectivas feministas na Geografia

Para compreendermos de que forma se dá a constituição do que hoje podemos chamar de Geografias Feministas e as discussões propostas por elas, é necessário entender como ocorre a produção das invisibilidades nas pesquisas de gênero e sexualidades na Geografia; questionando a origem da caracterização das abordagens geográficas que invisibilizam os olhares feministas sob a organização espacial, para então pensarmos quais os caminhos possíveis para lutar pela ampliação da visibilidade.

Buscando entender como se estrutura esse processo, de início é preciso repensar as próprias bases dessa forma de ver. Os sociólogos Berger e Luckmann (2007) afirmam que, assim que nos entendemos no mundo, passamos a desenvolver o ato de conhecer e é através dele que damos sentido à realidade, já que ele é fruto da interação entre o sujeito e o objeto (mundo exterior ao sujeito). A constituição do conhecimento se dá através da elaboração de conceitos, estes que, por sua vez, são o resultado do ato de conhecer, entendidos como as explicações que podem ser comunicadas (Silva et al., 2009).

Os conceitos são, portanto, os elementos estruturantes de um campo científico. Dessa forma, são eles que compõem nosso modo de olhar e explicar os referentes dispostos no mundo. Entretanto,

O saber científico é uma criação humana, marcado por um espaço/tempo, a Europa do período moderno, que promoveu a acumulação da riqueza material e uma forma particular de concepção do mundo que se tornou universal e hegemônica, anulando a emergência de saberes plurais e de sujeitos que não se enquadraram no protagonismo do conhecimento eurocentrado e masculino (Silva, 2009, p. 55).

Sendo assim, de acordo com o debate levantado pela geógrafa feminista Joseli Maria Silva, a ciência tem base em um tipo de conhecimento que teve origem na Europa e que acabou por ser difundido nos demais continentes como

um modelo ideal de saber e como um único modelo social a ser seguido de forma linear pelos demais povos do mundo. E este tipo ideal que tem como referência a Europa instituiu as hierarquias que organizam as dualidades, opondo o bem e o mal, o homem e a mulher,

o superior e o inferior, a razão e a emoção, a sociedade e a natureza, e assim por diante (Silva, 2009, p. 57).

Essa visão, que legitima as referências criadas nesse espaço/tempo específico - negando tudo que seja diferente delas; produz o conceito de universalidade que, uma vez porta voz da verdade, só poderia ser universal. E é justamente essa concepção de ciência moderna, entendida como universal, neutra e objetiva, que precisa ser superada, a partir da construção de um saber que adote perspectivas geopolíticas na análise da produção do conhecimento e das ideias hegemônicas (Silva, 2009).

Com isso, para compreender a impermeabilidade da perspectiva de gênero na Geografia brasileira é necessário identificar-se com as interpretações feministas e geopolíticas da produção científica, já que, conforme afirma esta mesma autora, “compreender ausências, silêncios e invisibilidades do discurso científico é reconhecer que tais características não são fruto de acasos, mas de uma determinada forma de conceber e de fazer geografia” (Silva, 2009, p 58).

Partindo dessa constatação, é inevitável nos questionarmos como poderíamos viabilizar uma investigação que seja capaz de demonstrar o que não existe, o que está ausente. Para tal, ao trabalharmos a inexistência e a falta, é preciso investigar o que existe, isto é, estruturalmente, a ausência se dá mediante premissas históricas e elementos os quais o discurso geográfico científico brasileiro subordina-se a saber (Silva, 2009), seriam eles a base eurocêntrica da constituição do saber, a suposta neutralidade da materialidade do espaço e a consideração de um sujeito genérico e universal, essa última invisibilizando outros grupos sociais que fogem do protagonismo masculino, branco, ocidental, cristão, cisgênero e heterossexual.

Portanto, apoiada nos pressupostos da racionalidade, objetividade, neutralidade e universalidade, essa base eurocêntrica se destaca como fundamental para a concretização do projeto moderno e colonial (Silva, 2009).

Se faz necessário desconstruirmos os elementos que sustentam a ciência moderna eurocêntrica, voltando a pensar sobre o conhecimento do conhecimento. Inicialmente devemos considerar que a ciência é um discurso fundado num campo de poder (Bourdieu, 1990). Complementando essa noção ao trazido por Morin (1996), de que ao pensarmos que a ciência é fundamentada em conceitos e categorias, elaborando um sistema de ideias que deriva diretamente de uma cultura, ela já perde, assim, seu caráter de verdade universal.

Walter Mignolo argumenta que “em vez de olhar para a modernidade da perspectiva da colonialidade [...], consideremos aquilo que a modernidade negou explicitamente ou repudiou e comecemos a pensar a partir daí” (Mignolo, 2004, p. 678). Em contraponto à visão de universalidade, o autor propõe constituir a ciência como ponto conector de conhecimentos, saberes e vivências, que valorize as diferenças, e não potencializadora da fragmentação dos mesmos, como majoritariamente é produzido.

Ao adentrarmos mais especificamente ao campo da Geografia, nesta pesquisa assumimos o posicionamento de que a ciência geográfica é um campo de saber e de poder que legitima determinados conhecimentos, por meio de tensionamentos e disputas, pela comunidade científica, em variados tempos e espaços (Silva et al., 2013).

Nesse sentido, diferentemente da forma etapista que nos é apresentada - tanto na escola como na própria universidade; a construção da Geografia não se deu de maneira linear, mas sim mediante a tensões entre diferentes perspectivas científicas e a coexistência das mesmas (Silva, op. cit.). Assim, na historiografia dessa ciência,

Primeiramente, a história da geografia no Brasil é contada de forma etapista, obscurecendo as tensões existentes entre diferentes perspectivas científicas e a sua coexistência. Em geral, evidenciam-se as versões geográficas de sucesso em alguns períodos do tempo, e são nomeados os personagens heróicos de nossa história. Em segundo lugar, há uma característica de hierarquização locacional que privilegia algumas localidades ou centros hegemônicos de produção geográfica em cada uma das etapas temporais. Essa forma de construir a memória da Geografia destaca determinados locais de enunciação geográfica e torna outros invisíveis. Em terceiro lugar, as ementas e programas de disciplinas que se colocam como instrumentos de reflexão sobre a trajetória científica da Geografia apresentam também uma forte característica geracional, remontando à noção de “progresso da ciência” (Silva et al., 2013, p. 86).

Portanto, reconhecemos a Geografia como um campo de saber engendrado de relações de poder. Dessa forma,

apenas quando assumimos a postura de que o discurso científico é uma construção social e desenvolvemos uma atitude crítica sobre os modos de se ‘fazer a geografia’, duvidando da consagração das ‘verdades’ estabelecidas pela versão hegemônica difundida na historiografia do pensamento geográfico, é que compreendemos as razões das ausências de determinados sujeitos como agentes produtores do discurso científico geográfico (Silva, 2009, p. 25).

Conforme as geógrafas Bondi e Domosh (1992) argumentam, é indispensável levar em conta a história da construção do conhecimento em si, para que possamos entender o surgimento de conceitos enquanto ferramentas teóricas. E para além disso, elas destacam o androcentrismo relacionado a produção do conhecimento geográfico, justificando, dessa forma, a dificuldade de se fazer uma análise espacial entrelaçada à perspectiva feminina.

Mesmo o discurso geográfico não apresentando marcas e parecendo ser neutro, é um discurso masculino, assim como Joseli Silva afirma que “ao observar a produção da teoria geográfica e questionar a quem serve esta produção ou quem tem se beneficiado com o avanço da ciência, percebe-se que ela é, hegemonicamente, uma ciência masculina” (Silva, 2003, p. 32).

Desta forma, a mulher é relegada à invisibilidade no processo de produção do espaço, o que privilegia os agentes e paisagens hegemônicas, baseadas nessa dominação masculina, como aponta McDowell (1999).

Silva, Ornat e Chimin Junior (2020) afirmam que, portanto, essa invisibilidade não se dá ao acaso, mas

produzida pelo poder da tradição dos aspectos teóricos e metodológicos que delimitam uma determinada visão de mundo e até mesmo as perguntas que somos capazes de formular sobre uma dada realidade espacial. Se concordamos que é o confronto de imaginações geográficas em diferentes posições de poder que criam o jogo da visibilidade / invisibilidade de sujeitos na geografia, é possível questionar as regras estabelecidas por determinadas comunidades geográficas que legitimam algumas geograficidades e não outras (Silva; Ornat; Chimin Jr, 2020, p. 166).

Mesmo que há mais de quarenta anos os estudos dos pressupostos das Geografias Feministas sejam reconhecidos pelo contexto geográfico anglófono, essa não é a realidade no Brasil e nem nos outros países da América Latina. Desse modo, “não se pode alegar ignorância da existência das epistemologias feministas, mas ocorrem ações deliberadas de desprezo pelas ideias que esta corrente defende e pratica enquanto ciência geográfica” (Silva et al., 2017, p. 12).

A partir do que já discutido até aqui, assim como abordado pela socióloga e educadora Catherine Walsh (2015), é preciso contestar as bases eurocentradas de formação dos próprios pesquisadores e também dos padrões colonizadores que foram estruturantes da hierarquia dos saberes na sociedade, e esses seriam os desafios para a produção da Geografia Feminista na América Latina.

Assim, é preciso que nós, cientistas que nos propomos a estudar temáticas feministas decoloniais, enfrentemos todo um campo que foi construído para a manutenção das mais diversas formas de opressão. Nesse sentido, nossa luta é uma luta epistemológica, e não um mero tema a ser implementado pela ciência geográfica.

Também é imprescindível destacar que essa mesma força tradicional que delimita toda uma base conceitual a partir da perspectiva masculina, também age pelo viés da branquitude, isso é, para além da demarcação de saberes científicos que invisibilizam as mulheres, essas fronteiras também atuam apagando as geografias de pessoas não brancas (Silva, et al., 2020).

Dessa forma, é necessário estar sempre atento e questionar constantemente, como apontado por Quijano (2000), a colonialidade que perpetuamos em nós mesmos, nas práticas metodológicas e nas nossas escolhas teóricas, uma vez que há diversas dimensões e relações de poder envolvidas em nossas posições enquanto pesquisadores latino-americanos.

Sendo assim, ao nos colocarmos enquanto geógrafas feministas latino-americanas nos comprometemos com a desconstrução das bases colonizadoras, uma vez que, até certo ponto, acabamos por reproduzir a colonialidade do saber (Silva et al., 2020), assumindo a necessidade da análise interseccional de gênero, raça e classe.

Um ponto importante para colocarmos em prática as pesquisas de Geografias Feministas, é ter em mente a ideia da filósofa Donna Haraway (1995) de conhecimento situado e corporificado, advogando contra todas as formas de conhecimento que não são localizáveis, já que, segundo ela, as alternativas às totalizações não é o relativismo, mas sim os saberes parciais, localizados, críticos, que formem redes de conexões e articulem a política e a epistemologia.

Dessa forma, muito diferente da noção universalista, aqui os seres humanos seriam pensados como sempre passíveis de serem localizados, já que, como afirma Haraway, quando não situados, se tornam “não localizáveis e, portanto, irresponsáveis”, ou seja, “incapazes de ser chamado a prestar contas” (Haraway, 1995, p. 22). Ao situá-los, a autora propõe uma contextualização em suas localizações, historicamente e culturalmente. O que permite uma intersecção na teoria decolonial, atentando também para a distribuição desigual de recursos de pesquisas e dos corpos que produzem as pesquisas.

Para se fazer uma Geografia efetivamente decolonial, feminista e que subverta as lógicas citadas até então, é necessário considerar os parâmetros do campo das Geografias Feministas e se

comprometer com a transformação da ordem social e a promoção da justiça de gênero (Silva; Ornat, 2020).

A conquista da hegemonia do saber geográfico branco, masculino e heterossexual se dá pelas relações de poder que se praticam sobre o conjunto social. Contudo, os grupos subordinados são ativos e exercem um contrapoder à ordem estabelecida. O poder apresenta fissuras e implica múltiplos feixes de relações. Assim, a subordinação das pessoas ao discurso hegemônico se estabelece por meio de tensões, que desestabilizam a pretensa universalidade científica. Nessa perspectiva, emergiram as chamadas ‘geografias feministas’, desenvolvidas com o objetivo de desafiar a crença fundamentalista da universalidade do saber geográfico estabelecido, por meio da reivindicação de novas versões científicas que pudessem trazer para a visibilidade grupos sociais repudiados pelo conhecimento hegemônico (Silva, 2009, p. 26).

Esse contrapoder exercido pelos grupos subordinados, que pode ser entendido como a resistência empreendida por eles, nasce das fissuras criadas nos quadros conceituais que não são capazes de explicar uma só realidade dos sujeitos, uma vez que estes são múltiplos e diversos. Portanto, os movimentos subversivos surgem dentro das teorias e práticas geográficas, através também das Geografias Feministas, explorando essas fissuras e instigando possibilidades para que as análises sejam expostas. Portanto, esta pesquisa, é uma investigação geográfica feminista que penetra nestas fissuras e por elas também é penetrada.

Para tal, abordaremos em seguida o efetivo surgimento do que chamamos aqui de Geografias Feministas e suas bases, através das principais contribuições de geógrafas feministas.

## **1.2 Principais contribuições de geógrafas feministas**

Diante do cenário exposto até aqui, a crise na ciência foi deflagrada diante dos protestos realizados por mulheres, negras(es/os) e homossexuais contra os privilégios epistêmicos de gênero e de raça (Silva, 2009), assim como levantou reflexões acerca das consequências éticas e históricas desses processos para o mundo colonizado (Mignolo, 2004).

Dessa forma, as mobilizações sociais ocorridas, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, são responsáveis por influenciar diretamente as novas temáticas investigadas pela academia, uma vez que “dentre os vários movimentos sociais emergentes nos anos 60, o movimento feminista, notadamente aquele reconhecido como a segunda onda, foi fundamental para

a inspiração da ação de geógrafas que iniciaram um movimento interno à Geografia nos anos 70” (Silva, 2009, p. 27).

Nesse sentido, as críticas que passam a ser estabelecidas pela Nova Geografia Cultural são responsáveis por abrir possibilidades para novas abordagens, as quais exigiram um novo conjunto de métodos (Duncan; Duncan, 1996).

Assim, é de fundamental importância saber que o movimento social feminista entrou também nas academias, onde acabou sendo batizado como epistemologias feministas. Esta denominação se deve ao seu nascimento como um movimento científico político de mulheres cientistas que acabaram por produzir novas formas de conceber a ciência como um conhecimento posicionado e situacional, e, portanto, embebido em relações de poder. Essas novas concepções, no entanto, não podem ser compreendidas como práticas científicas próprias de mulheres, mas como uma forma de fazer científico também adotado por homens inconformados com a falácia das verdades universais e da naturalização das hegemonias de determinadas versões de saber (Silva, 2009, p. 57).

Portanto, dentro da Geografia, essas novas perspectivas de investigações que nos permitem pensar num espaço complexo no qual ocorrem múltiplos e simultâneos processos, são “abraçadas” por essa corrente, já que

O rico contexto de efervescência imaginativa da Nova Geografia Cultural potencializou as produções geográficas feministas, que emergem, a partir de ‘fissuras’ do pensamento hegemônico, a partir da década de 70. Mas é no contexto recente, com início nos anos 90, que essa corrente ‘científico-política’ formula importantes críticas à postura repetitiva da geografia como disciplina acadêmica, com sua instrumentalização na manutenção e reprodução do poder e da invisibilidade de vários grupos que compõem o espaço (Silva, 2009, p. 138).

Característica fundamental para essa relação entre Geografias Feministas e Geografia Cultural, está relacionada ao fato de esta última ter trazido para o foco o debate sobre a identidade, nas últimas décadas (Silva; Nascimento Silva, 2014), ao superar a noção de identidade como algo estático, único e fixo (Hall, 2006). E passando a considerá-las relacionais, plurais e dinâmicas.

Contudo, uma das maiores contribuições feitas pela corrente que aqui chamamos de Geografias Feministas foi “o desenvolvimento da crítica epistemológica ao monotopismo da produção geográfica moderna - objetiva, neutra e universal - que suplantava e invisibilizava vários sujeitos(as) não identificados(as) com o homem, branco, heterossexual, ocidental e cristão” (Silva, 2009, p. 55).

No contexto anglo-saxão, sobre a história do diálogo entre o campo científico da Geografia e o gênero, a geógrafa portuguesa Isabel André (1990) afirma que apenas a partir dos anos 1980, no Reino Unido, que a abordagem de gênero passou a ser implementada dentro de estudos geográficos. A autora aponta que

A partir de meados da década de 80, alguns geógrafos (geógrafas, na quase totalidade dos casos) alertaram para a necessidade de incorporar na Geografia Humana a componente gênero, procurando evidenciar que a organização social e territorial engloba diferenças consideráveis entre homens e mulheres e que as relações entre ambos são um elemento estruturador importante da sociedade, não devendo ser entendidos apenas nas vertentes da privacidade, da intimidade ou da afetividade (André, 1990, p. 334).

A geógrafa espanhola Maria Dolors García Ramón (1985) ao teorizar sobre feminismo e Geografia, inicia explicando que gênero seria o termo referente as diferenças determinadas socialmente entre o feminino e o masculino, enquanto que, em contrapartida, sexo seria o termo referente as diferenças biológicas existentes entre as mulheres e os homens.

Na mesma obra, a mesma geógrafa ainda defende que a Geografia Feminista não seria simplesmente uma Geografia interessada em compreender as atividades da mulher e suas implicações espaciais, mas sim considerar explicitamente a estrutura de gênero da sociedade e, ao mesmo tempo, assumir um compromisso de, a curto prazo, aliviar as consequentes desigualdades, e a longo prazo, erradicá-las através de uma mudança social efetiva (García Ramón, 1985).

A autora também aponta que a geografia feminista não deve ser estudada apenas por mulheres ou, tão somente, focada exclusivamente nelas, mas deve englobar também os homens, uma vez que ambos estão envolvidos nas relações de gênero. Com isso, ela destaca que, independentemente da corrente feminista, é consenso que

[...] as diferenças de gênero dão às mulheres e homens uma situação de poder e prestígio social muito desigual que explicam a posição inferior das mulheres. Em suma, as feministas <radicais> examinam o comportamento feminino e masculino com base principalmente na relação entre os gêneros e o conceito de patriarcado é fundamental em sua análise; por outro lado, as feministas <<socialistas>> tentam englobar as relações de gênero dentro de uma estrutura conceitual mais ampla: a das relações sociais, que evidentemente não são apenas estruturadas de acordo com o gênero (García Ramón, 1985, p. 136-137).

Contudo, por mais que a Geografia tenha por muito tempo estudado a relação do meio com a sociedade como um conjunto homogêneo, neutro e assexuado, a Geografia feminista nasce

como uma subárea que examina as formas em que os processos econômicos, políticos e ambientais criam, reproduzem e transformam, não apenas os lugares, mas também as relações sociais entre homens e mulheres que neles vivem, além de estudar como as relações de gênero afetam esses processos e suas manifestações no espaço. O principal interesse da Geografia de Gênero consiste em estudar as desigualdades socioespaciais destinadas pela sociedade a homens e mulheres (Paula, 2020, p. 94).

Assim, uma vez que essas relações - de gênero e, portanto, de poder entre homens e mulheres; penetra todas as partes da vida social, ignorá-las empobrece as análises geográficas, da mesma forma que empobrece ignorar as desigualdades que se baseiam em diferenças de classe ou raciais (García Ramón, 1989).

Portanto, realizando um breve resgate histórico, compreendemos que nas primeiras décadas em que houve a inserção da categoria gênero na Geografia, conforme apontado pela geógrafa Sophie Bowlby (1989), até os anos 1970, as discussões basicamente estavam pautadas em duas linhas básicas de investigação: no enfoque humanista, a respeito das experiências vividas por mulheres, e no marxista, que centrou na análise geográfica do trabalho remunerado da mulher.

A partir dos anos 1970 houve a preocupação de aprofundar os estudos feitos até então, de forma a superar a mera descrição das desigualdades entre mulheres e homens em relação ao espaço (Paula, 2020). Portanto, a partir desse momento, na Grã-Bretanha houve um aprofundamento nas reflexões acerca da mão de obra feminina, além do interesse pelo trabalho doméstico da mulher, abordando o patriarcado para entender a relação delas com o mercado de trabalho (García Ramón, 2008).

Entre 1970 e 1980, a corrente cultural da Geografia, como já mencionado, inclui a abordagem de gênero, passando a se preocupar também com os sentimentos e experiências das mulheres (Paula, 2020). Junto ao conceito de identidade e lugar, surgiram estudos que buscavam entender as relações das mesmas com o lugar além dos lugares criados por elas, assim como suas vivências de acordo com idade, grupo étnico e classe social (García Ramón, 2008).

Temas foram sendo incorporados de acordo com cada fase. Entretanto, de início, a Geografia Feminista tinha chances de “ser confundida com a ‘geografia das mulheres’, devido aos estudos que se dedicavam apenas às mulheres, porém não se tinha bem desenvolvido em nossa ciência a construção social de gênero” (Paula, 2020, p. 98).

Seguindo a periodização – mas deixando claro que não se trata de uma construção que ocorreu de forma linear e sem discordâncias, enfrentamentos e

embates entre pesquisadores; na década de 1980 geógrafas do Reino Unido seguiram um direcionamento alinhado a uma postura feminista socialista com bases em estudos marxistas, enquanto que nos Estados Unidos, no mesmo período, seguia-se uma orientação feminista liberal, conforme afirma a geógrafa Lise Nelson (2016).

Em relação aos anos 1990, García Ramón (2008) aponta sobre a influência do pós-modernismo, do pós-colonialismo e do “giro cultural” nas bases de muitas discussões teóricas tanto na Geografia como também na Geografia Feminista.

De fato, a geografia feminista e o pós-modernismo compartilham uma visão crítica do pensamento racionalista e de suas pretensões totalizantes e universais, pois não acreditam na existência de um conhecimento "real" que seja universal, neutro, objetivo e produto exclusivo da razão e da lógica. Assim, todas as categorias de análise devem ser "desconstruídas" e contextualizadas, ou seja, adaptadas a diferentes lugares e circunstâncias (García Ramón, 2008, p. 31).

Também nessa mesma fase, emergem debates sobre o corpo e a influência deste sobre as relações sociais e escalas (Paula, 2020). Enquanto que, dos anos 2000 em diante, incluem-se as temáticas das sexualidades e a teoria *queer*. Decorrente da influência direta do trabalho da filósofa Judith Butler (1990) que inspirou diversas geógrafas feministas sobre os temas relacionados à corporeidade - aumentando a rejeição dessas pesquisadoras à dicotomia entre corpo material e corpo cultural; performatividade, além das relações entre identidade e poder (Nelson, 2016).

Entretanto, esse mesmo período – final dos anos oitenta e início dos noventa; também foi marcado por profundas mudanças e debates intensos que buscavam questionar a centralidade dos assuntos levantados até então pelo feminismo, branco e ocidental (Nelson, 2016).

Esse momento de desestabilização, questionamentos e reelaboração, concernem a dois momentos relacionados, segundo Lise Nelson (2016): em primeiro lugar as críticas feitas por mulheres não brancas do sul global, assim como do próprio norte, contra a principal corrente do feminismo branco e elitista – uma vez que, conforme descrito pela teórica feminista e ativista antirracista estadunidense bell hooks (1984), grande parte das teóricas feministas adotavam a categoria de ser mulher de maneira unificada, representando experiências vividas por mulheres brancas, de classe média e ocidentais. E em segundo, a inclusão do pós-estruturalismo na Geografia, que desestabilizou pressupostos epistemológicos, proporcionando a busca por novas ferramentas conceituais para os trabalhos a partir dali (Nelson, 2016). Dessa forma,

A reelaboração da geografia feminista nos anos 1990, ao trazer para análise, além do gênero e classe, a raça, a sexualidade, a idade, as deficiências mentais e físicas, priorizou a interseccionalidade, a geopolítica Norte-Sul, a questão do transnacionalismo, migrações e fluxos globais, usos de tecnologia, entre outros temas. Esse processo também alertou as geógrafas feministas anglo-saxãs de que a hegemonia da branquitude e do colonialismo eram problemas imbricados na própria disciplina geográfica (Paula, 2020, p. 100).

Com isso, possibilitando à sociedade, ao espaço e ao lugar novos olhares e enfoques, os estudos que analisem as práticas sociais e espaciais partindo da diversidade de identidades, segundo Anna Ortiz e García Ramón (2016), seriam uma das maiores contribuições feitas a partir da Nova Geografia Cultural, já que

A geografia de gênero, a geografia das sexualidades, as geografias pós-coloniais, tem favorecido a visibilidade da alteridade, tradicionalmente esquecida. Mulheres, imigrantes, gays, jovens, pessoas com diferentes habilidades físicas, entre outros, formariam parte desses grupos tradicionalmente neutralizados por uma identidade (masculina, heterossexual, de classe média, de meia-idade e ocidental) sobre a qual se tem generalizado as experiências, as percepções e os imaginários (Ortiz; García Ramón, 2016, p. 95).

A noção de visibilidade, muito importante nesta pesquisa, é contemplada por estudos dessas Geografias citadas, já que elas colocam luz nos sujeitos e identidades muitas vezes esquecidas. Dessa forma, Geografias Feministas são compreendidas quando falamos sobre estudos referentes às relações profundas e complexas traçadas entre lugar, espaço e gênero “que buscam conceder possibilidades à luta política para superar espacialidades injustas e propor novas espacialidades que permitam a visibilidade da diferença” (Lan, 2016, p. 55).

Ainda elencando as principais contribuições de geógrafas feministas, faz-se necessário apontar as principais reflexões de três geógrafas que muito participaram das conceituações e que trazem pontos relevantes para a presente investigação e que serão retomados no último capítulo de forma a embasar a discussão da análise dos resultados.

A geógrafa feminista Doreen Massey (2008) traz uma abordagem alternativa de espaço aproximando-se de estudos pós-coloniais, e é nessa conceituação dela que se baseia esta pesquisa. O conceito elaborado pela autora, remonta a um espaço com três principais características: como produto de inter-relações, como a esfera de possibilidades no qual existem multiplicidades - portanto heterogêneo; e por último, não acabado em si, mas que está em constante construção.

O espaço como o produto de inter-relações, como sendo constituído de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno. [...] espaço como a esfera da possibilidade, da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço, não há multiplicidade, sem multiplicidade não há espaço. Se espaço, é sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos. [...] o espaço está sempre em construção. Precisamente porque o espaço, nesta interpretação, é um produto de relações-entre, relações que estão necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais está acabado, nunca está fechado (Massey, 2008, p. 29).

Diretamente influenciadas por essa autora, em suas obras, tanto a filósofa Gillian Rose quanto a geógrafa feminista Linda McDowell, trazem novas contribuições. Rose (1993) ao criar a noção de espaço paradoxal, assume as multiplicidades de identidades dos sujeitos, ao considerar a plurilocalidade dos mesmos. Nesse sentido, uma pessoa não se constitui apenas a partir de seu gênero, mas ela é também vivenciada temporal e espacialmente através de sua sexualidade, classe social, raça e religião.

McDowell (1999) por sua vez, propõe reflexões sobre a escala para serem pensadas sob o viés de gênero na Geografia, ao considerar desde o corpo, como a menor escala, até o global. Buscando romper com os binarismos que, a partir de divisões hierárquicas, colocam a mulher numa posição inferior ao homem, a autora afirma que estes estariam associados à produção social do espaço. Esta, responsável por criar a definição do que seria um contexto natural e um fabricado com normas influenciando quem deve ocupar determinado espaço e quem dele deve ser excluído. Assim, derrubando as estruturas da Geografia para depois reconstruí-las, McDowell afirma que então

[...] a finalidade específica de uma geografia feminista é investigar e trazer à luz a relação entre as divisões de gênero e as divisões espaciais, descobrir como elas se constituem e mostrar os problemas ocultos por trás de sua aparente naturalidade. Nosso objetivo será examinar até que ponto homens e mulheres experimentam lugares e espaços de maneira diferente e mostrar que essas diferenças fazem parte da constituição social de lugar e gênero (Mcdowell, 1999, p. 27).

Buscando agora realizar um breve panorama sobre as Geografias Feministas produzidas na América Latina, inicialmente é preciso lembrar do que já mencionei ao citar as críticas feitas ao feminismo branco e elitista. Nesse sentido, existe uma “histórica deslegitimação de mulheres latinas e negras diante da universalização da categoria mulher” (Paula, 2020, p. 105).

A geógrafa feminista argentina Diana Lan (2016) afirma que as preocupações relativas ao feminismo latino-americano tiveram início fora do âmbito acadêmico e se mantém até os dias de hoje. A autora ainda aponta que este feminismo se difere bastante, em suas bases, do que se desenvolvia nos Estados Unidos, porque a maioria das feministas latinas fizeram parte de partidos de esquerda revolucionária dos anos sessenta e setenta, construindo, dessa forma, uma forte tradição marxista inerente a militância feminista na América Latina. Contudo, no cenário atual, Lan garante que

os movimentos sociais abarcam realidades muito diversas. Assim, consideramos que os movimentos de mulheres ou movimentos feministas (que não são necessariamente compostos apenas por mulheres) se transformam em movimentos sociais ativos quando identificam formas de opressão que extrapolam as relações de produção e abarcam questões mais amplas como a violência, o meio ambiente, a qualidade de vida, a cultura patriarcal, as desigualdades de gênero e outras que questionam os paradigmas sociais atuais (Lan, 2016, p. 58).

Já no cenário brasileiro, a partir da abertura política ocorrida com o final da ditadura militar no Brasil (1964-1985), diversos movimentos sociais emergem reivindicando a criação e consolidação de políticas públicas, esses movimentos compostos por jovens, agricultores, sindicalistas, ecologistas, mulheres, feministas, entre outros, conforme destaca a geógrafa brasileira Susana Veleda da Silva (2016). Segundo a autora, nos últimos anos, a expansão das temáticas estudadas pela Geografia Feminista brasileira, tem incluído estudos culturais sobre os indígenas, as mulheres de comunidades ribeirinhas e os grupos étnicos, os negros e os ciganos nos estudos rurais, o resgate dos saberes das mulheres agricultoras e as consequências das dinâmicas econômicas e tecnológicas no campo, tanto para as mulheres quanto para os homens (Veleda da Silva, 2016).

Entretanto, tida como relativamente jovem, as abordagens de gênero na Geografia brasileira não escapam ao preconceito, que confirma o posicionamento de diversos geógrafos(as) que negam a relevância dessa abordagem, discordando de sua inclusão nas análises geográficas (Veleda da Silva, 2016). Sobre a recente implementação da abordagem feminista, a geógrafa Larissa Araújo Coutinho de Paula comenta que

Se a inserção do conceito de gênero na geografia brasileira é relativamente recente, as sexualidades e etnicidades são ainda mais, apesar disso, o progressivo crescimento destas

pesquisas evidencia que a geografia brasileira tem se aberto para a interseccionalidade (Paula, 2020, p. 114).

Nesse sentido, Joseli Silva e Maria Nascimento Silva (2014), consideram que, partindo da abordagem que conceitua as identidades como plurais, dinâmicas e relacionais, “instituídas em processos de negociação permanente mediados pelo espaço-tempo” (p. 18), cada dia mais pesquisadoras e pesquisadores se esforçam para superar o princípio dualista e binário que prevalece na Geografia, dificultando a análise da diversidade e da complexidade. Assim, segundo as autoras, seria nesse sentido que a interseccionalidade pode se articular à imaginação geográfica, uma vez que ao ser concreta, a experiência dos sujeitos é também espacial. Portanto

Uma pessoa vivencia de forma simultânea várias facetas identitárias, como gênero, raça, sexualidade, classe, nacionalidade, religião, deficiência funcional etc., mediadas pelo espaço e pelo tempo, que são fundamentais na consideração do movimento destas intersecções (Silva; Nascimento Silva, 2014, p. 18).

Deste modo, baseadas nos trabalhos de Kimberlé Crenshaw (1991, 1994), as autoras supracitadas explicitam que

A metáfora da intersecção criada por Crenshaw (1991, 1994) permite imaginar vários eixos de poder, como gênero, raça/etnia, geração/idade, classe, sexualidade, religiosidade, deficiência funcional, etc., como grandes avenidas que estruturam áreas sociais, econômicas e políticas. Cada eixo de poder é distinto; por exemplo, a opressão por classe é diferente da opressão por orientação sexual. Contudo, estes eixos se encontram, se cruzam e criam intersecções complexas e simultâneas (Silva; Nascimento Silva, 2014, p. 29).

Neste sentido, a geógrafa brasileira Lorena Francisco de Souza, em seu artigo desenvolvido junto com o arquiteto Alessandro Ratts, no qual trabalham sobre as perspectivas geográficas que emergem no entrelaçamento das leituras de raça e gênero, destacam a inseparabilidade da categoria gênero das outras esferas, estas das relações sociais, culturais, raciais, políticas e econômicas, uma vez que “é inconcebível um universo consensual entre as mulheres que desconsidera suas particularidades” (Francisco de Souza; Ratts, 2008, p. 145).

Uma das principais autoras do feminismo negro no Brasil, Sueli Carneiro, ao teorizar a respeito dessa relação entre raça e gênero, no tocante à realidade posta na sociedade brasileira, produziu o que chamou de “a subalternização do gênero segundo a raça”, uma vez que

As imagens de gênero que se estabelecem a partir do trabalho enruidecedor, da degradação da sexualidade e da marginalização social, irão reproduzir até os dias de hoje a desvalorização social, estética e cultural das mulheres negras e a supervalorização no imaginário social das mulheres brancas, bem como a desvalorização dos homens negros em relação aos homens brancos. Isso resulta na concepção de mulheres e homens negros enquanto gêneros subalternizados, onde nem a marca biológica feminina é capaz de promover a mulher negra à condição plena de mulher e tampouco a condição biológica masculina se mostra suficiente para alçar os homens negros à plena condição masculina, tal como instituída pela cultura hegemônica (Carneiro, 2003).

Ainda no contexto histórico da nossa realidade, já fora apontado pela filósofa e antropóloga brasileira Lélia González, que “para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região — e também para as ameríndias —, a consciência da opressão ocorre antes de tudo por causa da raça.” (1988, p. 134). A autora destaca que é nessa lógica que se organizam as bases da luta comum entre mulheres e homens, tendo como partida a discriminação racial e a exploração de classe, partindo-se para uma materialização de medidas político-culturais de resistência (Gonzales, 1988). Entretanto,

é exatamente essa participação que nos leva à consciência da discriminação sexual. Nossos parceiros do movimento reproduzem as práticas sexistas do patriarcado dominante e tentam nos excluir da esfera de decisão do movimento. E é justamente por esse motivo que buscamos o movimento de mulheres, a teoria e a prática feministas, acreditando poder encontrar ali uma solidariedade tão cara à questão racial: a irmandade. Contudo, o que realmente encontramos são as práticas de exclusão e dominação racistas (...). (González, 1988, p. 134)

Portanto, ainda segundo esta autora, a alternativa, para as mulheres negras no tocante ao movimento de mulheres, veio através de sua organização enquanto grupo étnico, fazendo com que, dessa forma, lutassem a partir dessas duas frentes “contribuindo para o avanço dos movimentos étnicos e do movimento de mulheres (e vice-versa, obviamente)” (González, 1988, p. 134).

Caberia assim, à investigação científica - aqui, especificamente, à Geografia; ampliar essas noções para além do elemento de gênero, estendendo à raça/etnia, explorando seu aspecto cultural. Com isso, Ratts destaca que

(...) o jogo de espelhos da identidade cultural, étnica ou racial – sempre contrastiva – nos remete para uma dimensão espacial e suscita análises geoculturais ou etnogeográficas. Há um campo a descortinar e interseções a fazer entre o étnico, o racial, o local, o regional, o nacional e o popular. Existe um terreno propício para que a Geografia se envolva com esse encontro/confronto teórico que implica em trazer etnia e raça para dentro de suas análises, assim como o fizemos com a “cultura” (2004, p. 85).

Enquanto caminho para a Geografia na ampliação dos estudos sobre as formas pelas quais os seres humanos – individual ou coletivamente – experienciam o mundo, é preciso levar em conta a dimensão espacial das relações entre os sujeitos sociais e seus modos de vida. Com isso, cada vez mais estudiosas(es/os) de questões raciais têm incorporado as abordagens de gênero, alavancando “o surgimento de trabalhos sobre as mulheres negras e as relações de subordinação que as categorias gênero e raça acarretam” (Francisco de Souza; Ratts, 2008, p. 150).

O rompimento, portanto, do entendimento da categoria mulher enquanto socialmente indiferenciada, ocorrido a partir da insatisfação das mulheres negras mediante a invisibilidade das especificidades de suas vivências - conforme posto pela narrativa do movimento feminista de mulheres brancas; fez com que elas implementassem uma outra forma de “abordar a maneira como gênero, classe e raça se cruzam pra criar não apenas fatores comuns, mas também diferenças na experiência das mulheres” (Stolcke, 1991, p. 102). Tais diferenças que acabam por submetê-las a múltiplas opressões simultâneas, têm sido cada vez mais exploradas nas investigações geográficas feministas (Paula, 2020).

Partindo do exposto até aqui, aprofundaremos agora, mais especificamente, nas discussões que embasam perspectivas de análises geográficas feministas sobre a vida e trabalho da mulher rural, destacando as principais teorias e explorando conceitos elementares referentes a esse grupo, bem como através de um breve resgate de sua luta por direitos.

### **1.3 Perspectivas feministas que tangem a mulher rural e a luta por direitos**

Os estudos de gênero dentro da ciência geográfica vêm posicionando a mulher ao seu local como sujeita ativa na produção e reprodução do espaço, conforme aponta a geógrafa brasileira Maria Luiza Oliveira de Francisco (2011). Gênero enquanto um conceito é, portanto, como já mencionado, um termo em disputa. Assim, sendo definido e adotado de diversas formas segundo as(es/os) autoras(es) e pesquisadoras(es). Para a Geografia, “o gênero é uma dimensão importante da vida, pois pode determinar nossas experiências espaciais” (Paula, 2020, p. 117), detendo especificidades, relacionadas às diferentes temporalidades e espacialidades.

Dentre as variadas interpretações já realizadas em relação a esse conceito, nesta pesquisa, será utilizada a que o entende através de seu caráter relacional, conforme definido nas obras da

historiadora norte-americana Joan Wallach Scott, configurando gênero como “elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (1990, p.15).

Construídas socialmente, essas diferenças que opõem mulheres e homens, trazem como consequência relações de dominação e subordinação, uma vez que “gênero é a maneira primordial de significar relações de poder” (Scott, 1990, p.14). Portanto, a autora considera esse conceito enquanto instrumento teórico, metodológico e político, rejeitando o determinismo biológico e assumindo que os papéis sociais que constroem as identidades de homens e mulheres são incorporados durante a vida (Scott, 1990).

Cabe também explicar porque nessa pesquisa se faz o uso do plural a nos referirmos aos feminismos. Assim como já mencionado, a multiplicidade de demandas apresentadas nos discursos com base nas diferenças tanto de sexualidade, classe, raça ou idade, por exemplo; contribuiu para que emergissem diversos feminismos: marxista, cultural, humanista, negro, radical, lésbico, socialista, do terceiro mundo etc. (Conceição, 2009), já que estes não poderiam assumir uma posição singular, “todavia esta heterogeneidade interna não provocou o debilitar político do feminismo enquanto movimento coletivo contra a dominação” (Conceição, 2009, p. 749).

Seguindo essas noções, ao tratarmos sobre a realidade das mulheres, um dos pontos mais importantes a ser considerado é a dimensão do trabalho, uma vez que “as opressões vivenciadas pelas mulheres, do ponto de vista construcionista, estão alicerçadas no machismo e patriarcado, que pressupõem, devido às relações de gênero, a divisão sexual do trabalho e a inferioridade” (Paula, 2020, p. 122). Tal inferioridade é definida a partir da lógica patriarcal que hierarquiza essas relações, relegando a mulher à dominação e exploração masculina.

Essa dominação masculina (Bourdieu, 2011) leva à violência de gênero, de maneira a demonstrar a violência simbólica, tida como invisível. Mas, para além dessa forma, a violência contra mulher acaba sendo muito mais ampla, como apontado por Paula (2020)

A violência contra a mulher abrange atos de discriminação, agressão, coerção, ocasionados pelo simples fato de a vítima ser mulher, gerando, constrangimentos, danos, limitações, sofrimentos físico, sexual, moral, psicológico, social, político e econômico (ou perda patrimonial) e até mesmo a morte - feminicídio (p. 123).

Os elementos supracitados colaboram para a manutenção das desigualdades de gênero. Entretanto, para além da violência e do patriarcado, a divisão sexual do trabalho também é primordial nessa lógica (Paula, 2020). Tal divisão determina que o trabalho da mulher se relaciona

à esfera da reprodução, enquanto que ao homem a da produção. Ao pensarmos no contexto das mulheres rurais esses processos são ainda mais latentes.

A historiadora e antropóloga Beatriz Heredia (1979), ao refletir sobre a organização produtiva camponesa alicerçada no uso da mão de obra dos membros da família, considerando, assim, a dimensão do trabalho familiar, identifica a divisão de tarefas no modo de vida camponês pelo sexo e, a conseqüente hierarquização dessas relações.

A divisão sexual no trabalho do campo geralmente é bastante segmentada, os homens costumam ser responsáveis pelo trabalho considerado produtivo (a roça, a pecuária, atividades ligadas ao mercado), enquanto as mulheres se dedicam ao trabalho reprodutivo (a horta, o pomar, cuidados de pequenos animais, atividades para autoconsumo, além dos afazeres domésticos, alimentação, limpeza e cuidados com os filhos); porém, há exceções, existem organizações de trabalho familiar que fogem desta regra, nas quais muitas mulheres assumem os trabalhos produtivos, a comercialização (Paula, 2020, p. 130-131).

Nessa direção, constatamos que os obstáculos existentes que impedem às mulheres rurais de exercerem sua plena cidadania são de diversas ordens: econômicos, culturais e sociais; conforme aponta a geógrafa Maria Franco García (2004). Sobre a divisão sexual do trabalho, a autora faz as seguintes colocações

Em primeiro lugar, o trabalho produtivo das mulheres assentadas no lote não é reconhecido como componente integrante da produção e sim como componente subliminar. Uma ajuda ao trabalhador principal, o homem. Uma segunda questão é que o trabalho reprodutivo, ou seja, todas atividades desempenhadas para a manutenção e cuidado da unidade familiar como cozinhar, lavar, passar, limpar a casa, cuidar dos filhos etc, não é considerado trabalho. Os serviços prestados pelas mulheres aos membros das suas famílias, o trabalho reprodutivo, não podem ser ignorados já que são estas as atividades que se encontram no centro da construção de novos papéis femininos e masculinos no mundo atual. Não obstante, partimos da premissa de que na sociedade ocidental o trabalho doméstico é considerado responsabilidade da mulher (2004, p. 85).

É devido a essa desvalorização das tarefas atribuídas à mulher rural, que aqui caracteriza-se a invisibilidade à qual elas são relegadas. Sobre isso, Maria Ignez Paulilo – acadêmica brasileira pioneira nos estudos sobre as mulheres rurais; afirma que devemos

[..] atentarmos para a discriminação que é não considerar as lidas femininas, na casa ou na roça, como ‘trabalho’. A desvalorização das múltiplas tarefas femininas nas estatísticas oficiais – daí a expressão ‘trabalho invisível’ – é um reflexo da desvalorização que perpassa toda a sociedade e suas principais instituições, incluindo a família (2004, p. 235).

Mesmo inseridas em um contexto social desigual de gênero, as mulheres rurais apresentam especificidades em termos de vida e trabalho (Paula, 2020). Até algumas décadas atrás, grande parte dos estudos de Geografia ignoravam a perspectiva de gênero nas abordagens sobre espaços rurais (Francisco, 2011), o que auxiliou o apagamento da experiência da mulher rural e seu trabalho.

Isso posto, Paula (2020), ao afirmar que nas propriedades e assentamento rurais acontece, concomitantemente, tanto o trabalho produtivo quanto o reprodutivo, destaca que uma peculiaridade a respeito do trabalho feminino rural, é que para as próprias mulheres, “os dois tipos de trabalho são indissociáveis” (Paula, 2020, p. 130).

Maria Francisco aponta que somente a partir da “década de oitenta, os estudos de gênero e trabalho e gênero e trabalho familiar passaram a serem desenvolvidos pela Geografia de Gênero” (2011, p. 32). Com isso, as primeiras investigações com temáticas que abarcavam as perspectivas de mulheres rurais no Brasil, partiam da construção de uma noção da família rural como um todo unido; enquanto outra parte buscava compreender os processos que levavam ao que podemos chamar de masculinização do rural, estes que verificaram na família a instância primária de controle social (Santos; Betto, 2021). Com o passar do tempo, foi crescendo o número de trabalhos que se aprofundaram nas novas interpretações a respeito das condições sociais das mulheres no campo e suas organizações em movimentos sociais (Paulilo, 2004).

A cientista social Delma Pessanha Neves (2013), ao tabular a produção de dissertações de mestrado e teses de doutorado cujos temas, além de tratarem da vida rural, passaram a destacar as relações de gênero na vida social camponesa, evidencia a aceleração dessas produções principalmente a partir da segunda metade da década de 1990, numa crescente até os dias atuais. Entretanto, para além de objetos de estudos passivos, Iolanda dos Santos e Janaina Betto afirmam que

as próprias mulheres camponesas organizadas politicamente passaram a influenciar a emergência de novos recortes analíticos, pois suas agendas políticas, sobretudo nas duas últimas décadas, também vêm afetando a agenda de pesquisa, em virtude da “demanda” por compreender as variações em seus processos de organização política e, mais recentemente, em vista da construção do feminismo camponês e popular (2021, p. 1).

Com o objetivo de compreender e destacar as agendas políticas das mulheres rurais e traçar, portanto, um breve histórico de suas lutas e conquistas de direitos fundamentais, é preciso partir

do reconhecimento das desigualdades sociais que caracterizam a realidade do Brasil. Nesse contexto, as vulnerabilidades no campo são ainda mais evidentes do que nas cidades. A criação de políticas públicas para áreas urbanas avançou e continua a avançar mais rapidamente do que para as áreas rurais. Um exemplo disso é o atraso na implementação de políticas e direitos trabalhistas para os trabalhadores do campo, “enquanto a legislação trabalhista urbana data dos anos 40, apenas no final dos anos 60, cerca de 30 anos depois, é promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural” (Heredia; Cintrão, 2006, p. 2).

A discrepância se amplia ao considerarmos o enfoque de gênero na elaboração das políticas públicas, especialmente no que diz respeito aos direitos das mulheres rurais. Historicamente, o primeiro reconhecimento específico de políticas voltadas à elas ocorreu com a promulgação da Constituição Federal de 1988, marcando um ponto de virada na história dessas mulheres. Foi nesse momento que as mulheres rurais conquistaram o direito de serem beneficiárias da distribuição de terras na reforma agrária, bem como o direito à aposentadoria.

As políticas sociais direcionadas à agricultura familiar ganharam destaque no cenário público a partir dos anos 1990. Essas políticas abrangem áreas como crédito rural, educação no campo, bem como o reconhecimento das identidades culturais dos povos tradicionais, levando em conta fatores como raça, etnia, geração de trabalho e renda, e gênero. Isso reflete a intenção de abordar as múltiplas, complexas e diversas realidades que caracterizam o mundo rural (Castells, 1999).

Ao analisar o acesso das mulheres rurais à previdência social, observamos que, apesar de estar assegurado na Constituição de 1988, a realidade revela um cenário em que “apenas em 1991, como consequência de mobilizações dos movimentos das trabalhadoras rurais que levaram ao estabelecimento de leis complementares” (Heredia; Cintrão, 2006, p. 12).

Historicamente, as mulheres expressam suas reivindicações e demandas através de “suas lutas nas organizações coletivas e movimentos sociais, mas também por meio de esforços individuais cotidianamente” (Paula, 2020, p. 127), almejando melhorias não só para sua vida, mas também para o coletivo que a rodeia. No entanto, para as mulheres do campo e da cidade, o início dessas articulações não aconteceu da mesma forma, como destaca a autora.

Diferente do que ocorreu no espaço urbano, a maioria das mulheres rurais não começou suas mobilizações em sindicatos, mas em pequenos grupos, de matriz religiosa, ligadas às

pastorais, mas também em grupos de matriz laica. No âmbito religioso, havia uma forte influência da doutrina da Teologia da Libertação (Paula, 2019, p. 106).

Sobre isso, a socióloga Paola Giuliani (2006) explica que para além das reivindicações relacionadas a identidade feminina e sua ligação com o lar, os grupos de mulheres agricultoras vinculadas à Pastoral da Terra também fortaleceram bases pela luta contra os latifundiários que expandiram suas culturas comerciais no Brasil, de forma a substituir as culturas para autoconsumo.

Com o tempo, a organização política das mulheres rurais e, portanto, sua conseqüente articulação, foi se estruturando, no que aqui será dividido em duas formas: através de movimentos sociais rurais, seja o sindical ou por meio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e pela formação de movimentos autônomos (Esmeraldo, 2013). Transpondo aqui de forma objetiva, a mesma autora alega que, os primeiros, “embora, na sua origem, se constituam como movimentos mistos (para homens e mulheres), na sua prática política se fazem representar de forma hegemônica pelo gênero masculino. A presença da mulher é marcada por uma participação invisível e omitida” (2013, p. 250). Enquanto que, seria através dos movimentos autônomos de mulheres que seria capaz de materializar “a conquista de representação e reconhecimento” (2013, p. 250).

Sobre esse cenário, Paulilo (2004) afirma que os sindicatos, assim como o MST, centralizam-se nas questões de classe – a qual a mulher também se enquadra; enquanto que os movimentos autônomos de mulheres priorizam as questões de gênero, dando enfoque ao seu cotidiano.

Ao longo dos anos de lutas e reivindicações, as mulheres rurais conquistaram além de direitos básicos, a visibilidade na esfera pública institucional. Esse processo foi marcado por esforços coletivos de agricultoras espacialmente distribuídas por todo o território brasileiro, através de reuniões, atos públicos, manifestações, marchas, abaixo-assinados, paralisações. Esta trajetória de luta iniciada em meados da década de 1980, não apenas legitimou as mulheres na condição de profissionais que exercem atividades agropecuárias e afins, como também as consolidou enquanto sujeitos políticos (Paula, 2019, p. 101).

O espaço institucionalizado com gestão participativa foi estabelecido somente com a ascensão de governos de esquerda, notadamente no Brasil, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, em 2003 (Hora, 2015). Um dos marcos mais significativos desse período foi a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), estabelecido pelo

artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, com o propósito fundamental de promover o acesso à alimentação e estimular a agricultura familiar.

A partir desse momento, houve uma mudança significativa na consideração das particularidades e subjetividades das mulheres rurais na formulação de políticas públicas, marcando um avanço nos direitos das mulheres e dos trabalhadores no campo.

No período de 2003 a 2015 as mulheres ganharam mais espaço na agenda política do governo federal através do desenvolvimento de políticas públicas com enfoque de gênero que visavam à inclusão social, participação política e acesso a direitos e bens e recursos econômicos para mulheres camponesas. O reconhecimento do protagonismo, trabalho e direitos das mulheres pelo Estado se deu a partir do desenvolvimento de políticas públicas para as mulheres camponesas através da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (Rapozo, 2019, p. 11).

A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais marcou um ponto de virada significativo para as mulheres rurais. A partir desse momento, suas necessidades e reivindicações passaram a ser ouvidas e consideradas, uma vez que

O MDA e a DPMR em diálogo com os movimentos de mulheres e sociedade civil desenvolveram um conjunto de ações e políticas públicas voltadas especificamente para as mulheres camponesas, tais como; Políticas de Participação Social no Desenvolvimento Territorial; Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR); Programa Nacional de Organização Produtiva de Mulheres Rurais; Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres, Titulação Conjunta da Terra; Pronaf Mulher e outros (Rapozo, 2019, p. 10).

Assim, a trajetória rumo à conquista de direitos e à melhoria das condições de vida e trabalho dessas mulheres toma um novo rumo de inegável importância política, em virtude de

As políticas públicas de gênero para o campo podem ser entendidas como políticas públicas contra-hegemônicas no contexto atual das relações entre estado e sociedade civil, vinculadas às ideias de desenvolvimento da autonomia econômica das mulheres, participação política e cidadania em interface com as discussões voltadas para o desenvolvimento rural sustentável e solidário presentes na agenda pública do país (Filipak, 2017, p. 149).

A asseguarção dessas conquistas é de suma importância para avançar na direção a uma sociedade mais justa e igualitária, contribuindo para a redução contínua das disparidades sociais que caracterizam a realidade brasileira desde a colonização. Dessa forma, entende-se tais mobilizações e reivindicações, como estratégias traçadas em busca de seu reconhecimento e

visibilidade, desde enquanto sujeito de trabalho até a luta pela garantia de direitos sociais como a previdência, a saúde pública e a educação.

Com base em toda a fundamentação feita até o momento, seguiremos para o segundo capítulo, no qual foi realizado a contextualização espacial da pesquisa, a qual envolve uma análise, tanto do município de Araras, em São Paulo, quanto dos processos de luta pela terra que resultaram na formação de seus assentamentos rurais.

## II ESPACIALIZANDO A LUTA PELA TERRA EM ARARAS (SP)

### 2.1 Caracterização do município de Araras (SP)

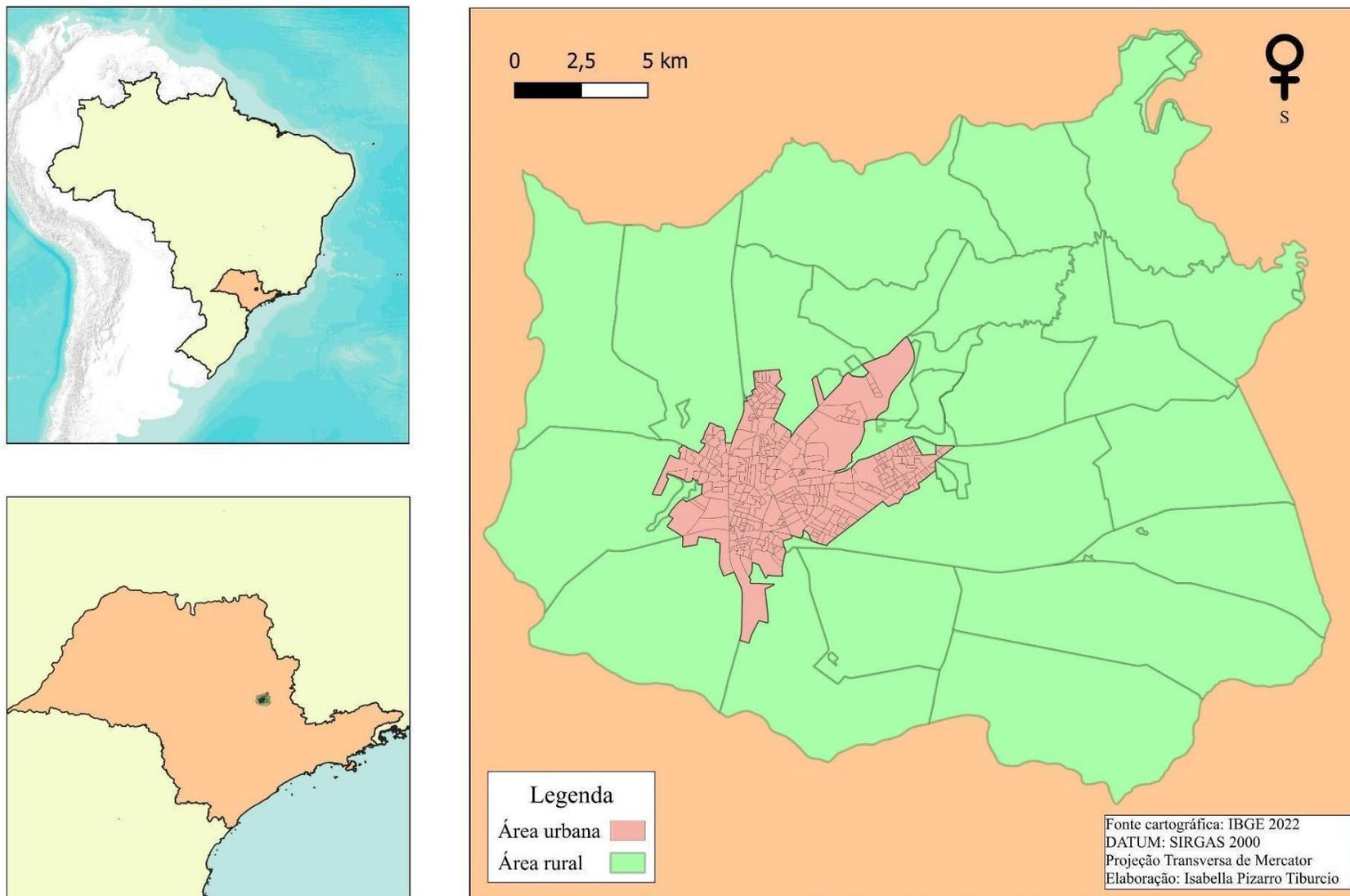
O estudo aqui desenvolvido teve foco no município de Araras, situado no interior de São Paulo, a 174 quilômetros da capital do estado. Localizado a uma latitude 22°21'25" Sul e a uma longitude 47°23'03" Oeste. Com uma área de extensão territorial de 644,831 km<sup>2</sup>, o município é parte da mesorregião de Piracicaba e microrregião de Limeira, fazendo limite com Leme, Arthur Nogueira, Mogi-Guaçu, Conchal, Limeira, Cordeirópolis, Engenheiro Coelho, Santa Gertrudes, Rio Claro e Corumbataí.

Segundo o censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Araras possui uma população de cerca de 130.866 habitantes, levando a uma densidade demográfica de 202,95 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2022), esta que é considerada uma taxa de ocupação elevada, quando comparada com aos outros municípios do país.

O município de Araras, que recebe esse nome devido à abundância de araras na região (Mantovanelli, 2012) - assim como o rio que atravessa a cidade; apresentou, de acordo com o último censo agropecuário (IBGE, 2017), um total de 358 estabelecimentos agropecuários, os quais somavam 50.483 hectares em área no município. Esses dados apontam para o destaque significativo da atividade agropecuária na região e evidencia sua consequente importância na economia e na paisagem do município.

O mapa a seguir (Mapa 1), através da representação espacial do município, permite uma maior compreensão da localização de Araras perante o Brasil e o estado de São Paulo, bem como apresenta a delimitação municipal e discrimina suas áreas urbana e rural.

**Mapa 1:** Localização do município de Araras (SP)



**Fonte:** elaborado pela autora.

## 2.2 Contexto de formação e história da agricultura em Araras (SP)

Durante o processo de colonização portuguesa em terras brasileiras, foram estabelecidas as chamadas capitânicas hereditárias – a partir do século XVII. Estas, correspondiam às terras que, com a autorização da coroa de Portugal, poderiam ser concedidas pelos capitães donatários às pessoas interessadas em explorar até 80% de suas terras (Cressoni, 2007). Tais concessões, conhecidas historicamente como sesmarias, são o ponto de partida fundamental para o entendimento da formação do povoado, que viria a se tornar, atualmente, o município de Araras. Segundo Domingos Quintas,

Por carta de concessão do Capitão-General de São Paulo e das Minas do Parapanema e Cuiabá, em 1727, o Escrivão da Correção da Comarca de São Paulo, Manoel da Miranda Freire, recebeu a sesmaria de “légua e meia”, algo em torno de 10.800,00 hectares, entre os ribeirões Itapuca e dos Araras, no vale do rio Moji-Guaçu. A partir do estabelecimento da sesmaria de Freire, começa a exploração efetiva por colonos, do território anteriormente ocupado pelos índios nativos (Quintas, 2011, p. 20).

Entretanto, o historiador Fábio Cressoni (2007) descreve que somente em 1818 - apenas noventa e um anos depois - outras três sesmarias foram oferecidas naquele território que engloba Araras, nos dias de hoje. Nesse mesmo sentido, conforme apontado no *site* da prefeitura municipal,

O primeiro registro do povoado foi em 1818, através de uma sesmaria de légua e meia, formada pelas bacias hidrográficas do rio Mogi, ribeirão Itapura e ribeirão das Araras, em terras pertencentes ao município de Limeira. Em 1862, o proprietário da sesmaria erguia a primeira capela de Nossa Senhora do Patrocínio das Araras, rodeada de algumas casas. A inauguração foi em 15 de agosto de 1862, Dia da Padroeira (Prefeitura Municipal de Araras, 2023).

Este ano em destaque, de 1862, marca o início do povoamento da região, uma vez que ela servia enquanto caminho rumo às minas de ouro do estado de Goiás, os “Sertões de Guaiazes” (Quintas, 2011), dando início à ocupação e exploração do Oeste Paulista.

Nesse contexto inicial de ocupação e povoamento, a primeira atividade agrícola a ter destaque nas fazendas da região, a partir de 1831, foi “a cultura da *Saccharum spp*, a cana-de-açúcar, para produção de açúcar e cachaça, foram os primeiros empreendimentos agrícolas da localidade, de que se tem notícia” (Quintas, 2011, p. 20). Entretanto, esse mesmo autor destaca que

o cultivo da cana-de-açúcar passa a ser substituído pelos cafezais, entre os anos de 1845 e 1850, “dando início assim ao ciclo do café e dos Barões” (2011, p. 21).

Com isso, da mesma forma que ocorreu em inúmeras cidades do interior paulista, a demanda por uma logística satisfatória de escoamento - necessária devido ao grande volume de produção de grãos de café - exigiu a implementação e a inauguração da ferrovia no local, em 1877 (Quintas, 2011), para que ela seguisse rumo ao porto de Santos (SP). Dois anos mais tarde, uma significativa mudança político-administrativa ocorreu, conforme destacado pelo IBGE (2023), resultando na elevação desse local à categoria de cidade, que passou a ser denominada Araras, por meio da promulgação da Lei Provincial nº 27, datada de 2 de abril de 1879.

Em 1888, com a abolição da escravatura e, portanto, com a liberação das pessoas escravizadas, o município passa a receber imigrantes advindos da Europa (Quintas, 2011). Nessa perspectiva, é possível entender que

A imigração foi grande influenciadora na formação da população de Araras. Com o ciclo do café, italianos, portugueses, suíços e alemães se incorporaram à vida econômica que vinha sofrendo prejuízo com a falta de mão de obra na lavoura devido à abolição da escravatura (Prefeitura Municipal de Araras, 2023).

A chegada dessa nova base de mão de obra, fez com que o ciclo do café se estendesse, enquanto monocultura na região, com isso, “nesse período intensificou-se a exploração da terra com abertura de novas fronteiras agrícolas em meio a intensas derrubadas de matas” (Quintas, 2011, p. 64). Entretanto, com a crise de 1929 e a diminuição dos preços internacionais, a superprodução cafeeira acarretou enormes prejuízos para os fazendeiros no Brasil. Diante dessa circunstância de decadência do café, as grandes fazendas passam a ser vendidas, subdivididas em lotes pequenos, no intuito de pagar pelas dívidas (Cressoni, 2007).

Desse modo, nas primeiras décadas do século XX, muitos colonos e imigrantes começaram a adquirir a posse de terras (Quintas, 2011). Essa fase é significativa na história de Araras porque marca uma virada a partir da qual “inicia-se assim um processo de transformação e convergência para a agricultura familiar, com grande diversificação da produção agrícola” (Quintas, 2011, p. 24). Esse mesmo autor destaca que, essa diversificação, ao tomar o lugar da monocultura, abriu espaço para a produção de culturas como: a mandioca, o algodão, os citros, o arroz, o milho, o feijão, entre outros.

A produção de mandioca foi impulsionada na região no período de 1880 à 1948, chegando a funcionar “no município cerca de 138 fábricas de farinha de mandioca, nessa época Araras ganha o apelido de ‘Metrópole Paulista da Mandioca!’” (Quintas, 2011, p. 26). No entanto, essa cultura entra em decadência devido a ataques de pragas. Também na década de 1940, em contrapartida à mandioca, a produção de cana-de-açúcar foi retomada em grande escala no município a partir da instalação de três grandes usinas de álcool e açúcar.

Outra grande produção que merece destaque no contexto de Araras, é a de frutas cítricas, segundo Domingos Quintas “a laranja passa a ter grande importância no setor agrícola, motivando inclusive a abertura de indústria do setor” (2011, p. 26). Fazendo parte das paisagens tanto das pequenas, médias e grandes propriedades, tornou-se fundamental economicamente para o município, transformando-se em sua segunda maior cultura em área plantada.

Cabe ressaltar que, para abrir caminho para essas produções, as áreas de mata nativa remanescente, iam sendo gradativamente desmatadas em prol do total aproveitamento da terra, este que, a partir de então, passava a ter uma distribuição em um novo formato: com um aumento no número de propriedades, embora estas fossem de tamanhos cada vez menores (Quintas, 2011).

O ciclo canavieiro atual é o cenário predominante em toda a região e no estado de São Paulo, e em menor proporção, no país. Isso levou a uma concentração fundiária na região que gira em torno das usinas de açúcar e álcool. Em resumo, Domingos conclui que, em relação a trajetória da agricultura em Araras,

A evolução histórica da cidade mostra desde a sua fundação uma vocação natural para a agricultura, dada a constituição do solo e relevo locais, que favorecem essa atividade, permanecendo assim pelos anos que seguiram e passando por ciclos onde dominaram diferentes culturas. Atualmente as principais culturas no município são a cana-de-açúcar, seguida da produção cítrica (Quintas, 2011, p. 61).

Por fim, nesse resgate, cabe destacar que o município sediou a Primeira Festa das Árvores no Brasil, realizada em 1902, passando a ser conhecida como a cidade das árvores. Entretanto, ao mesmo tempo, o desmatamento era promovido para dar espaço ao cultivo de novos cafezais, além da construção de estradas de ferro, bem como as madeiras eram procuradas por serrarias para diversas finalidades. Contraditoriamente, essa festa foi “o marco de uma época em que o desmatamento era base para o desenvolvimento econômico. Sem qualquer plano de manejo ou recomposição, árvores centenárias foram abatidas implacavelmente, como combustível econômico

da nova era.” (Quintas, 2011, p. 30). O motivo de destacar esse ponto ficará ainda mais evidente na seção em que abordarei as entrevistas das participantes da pesquisa.

### **2.3 A formação dos assentamentos rurais em Araras (SP)**

Antes de abordar diretamente a formação dos assentamentos no município de foco da pesquisa, é necessário resgatar, mesmo que brevemente, o contexto de formação dos assentamentos rurais no Brasil. Assim, de acordo com a análise da geógrafa brasileira Larissa de Paula, a desigualdade no Brasil surge e se estabelece “por meio da propriedade privada da terra, consolidando a estrutura agrária brasileira em latifúndios adquiridos de maneiras arbitrárias e irregulares, como a grilagem de terras, por exemplo” (2020, p. 149).

O cientista social Josuel Ribeiro destaca existe um grande número de acadêmicos que sustentam a tese de que a Lei de Terras, promulgada em 1850, foi, na realidade, concebida como um meio de impedir que libertos negros e a população de baixa renda obtivessem acesso à terra (RIBEIRO, 2015). E isso está diretamente ligado à formação dos assentamentos rurais, uma vez que, a configuração socioterritorial do Brasil desde a época do Império, conforme afirma o geógrafo Bernardo Mançano Fernandes (1999), negou o acesso à terra para as famílias mais pobres. Sobre isso, Larissa pontua que

Assim, ao longo dos anos, os(as) camponeses(as) adentram às terras e resistem contra a expropriação. E esta luta vem sendo travada das mais diferentes formas e por vários períodos históricos, desde as Ligas Camponesas até o MST, dentre outros movimentos sociais (Paula, 2020, p. 149).

Mesmo que uma parcela do século XX, bem como o início do século XXI tenham sido caracterizados pela luta em busca da (re)distribuição de terras no Brasil, não há de fato uma efetiva política de reforma agrária no país, mas na realidade, o que se tem hoje em dia, no meio rural brasileiro, conforme garante Sérgio de Souza, está

muito longe de ser a maior reforma agrária do mundo, é uma precária política de assentamentos rurais, pois grande parte dos assentamentos na realidade são regularização fundiária, isto é, não se trata de desapropriação de terras para assentar pessoas que não tenham acesso a esta, mas concessão de títulos definitivos para posseiros que há muito ocupavam tais áreas. Esta característica nos faz afirmar que não há uma reforma agrária em andamento no Brasil, mas uma política de implantação de assentamentos rurais que é resultado principalmente da pressão dos movimentos sociais (SOUZA, 2007, p. 13).

As discussões em torno da reforma agrária no país, configura uma política pública que periodicamente entra e sai da agenda do governo, sem ser, de fato, efetivada e finalizada. Os escassos progressos que foram concretizados ao longo da nossa história, foram objetivamente respostas à intensa e contínua pressão exercida através da mobilização e organização dos movimentos sociais de luta pela terra.

Souza alega ainda que o processo de implementação dos assentamentos rurais no Brasil, surge como reflexo dos problemas característicos do campo brasileiro, os quais seriam: “concentração fundiária, grande número de trabalhadores sem terra, violência no campo, produção voltada para o mercado externo, ampliação do agronegócio, impactos ambientais e baixa geração de empregos agrícolas” (2007, p. 11).

Focando para uma compreensão mais detalhada desses processos no contexto paulista, Paula (2020) detalha que

O Estado de São Paulo implementou muitas políticas fundiárias que deram origem a vários assentamentos rurais, alguns foram instalados em propriedades pertencentes a estatais como a Ferrovias Paulistas S.A. (FEPASA), a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário de São Paulo (CODASP), a Companhia Energética de São Paulo (CESP) e a Petróleo Brasileiro S. A. (PETROBRAS) (Estatal do Governo Federal), e outras, em áreas de reaquisição de propriedades do governo, griladas há décadas por agropecuaristas, a maioria improdutiva (p. 153).

Grande parte dos assentamentos rurais no estado de São Paulo tiveram sua origem a partir do mandato do governador Franco Montoro - 1983 a 1987; enquanto primeiro governador eleito pós regime militar, atendeu às demandas dos trabalhadores rurais, por meio da proposição de um programa fundiário baseado em dois planos, conforme afirma Antonio Campoi (2005): o Plano de Valorização de Terras Públicas e o Plano de Regularização Fundiária. Sobre isso, Paula enfatiza que

Montoro sancionou a Lei Estadual 4.957/85, Planos Públicos de Valorização e Aproveitamento dos Recursos Fundiários, obrigando o governo estadual a promover a exploração agropecuária ou florestal de terras ociosas. É esta lei que norteia até os dias atuais o planejamento e implantação de assentamentos no Estado de São Paulo. Essa legislação permitiu, a princípio, implantar assentamentos em áreas de domínio estatal, já que ações de desapropriação de áreas particulares são exclusivas do Governo do Estado (PAULA, 2020, p. 155)

Ao tratar sobre essa mesma lei, Campoi (2005) assegura que ela também desempenhou um papel significativo na promoção de reivindicações de posse em terras devolutas e na condução de

ações discriminatórias em regiões que fossem potencialmente devolutas. Seriam, portanto, devolutas, as terras que “não se encontram sob uso público nacional, estadual ou municipal, nem sobre domínio particular por título legítimo. São terras desocupadas, ermas, sem destinação, vazias, à disposição de qualquer um, é esta definição que permanece até hoje” (Paula, 2020, p. 155).

Conforme aponta Francisco de Carvalho (2004), a Procuradoria Geral do Estado (PGE) tem a responsabilidade de atuar tanto na identificação e arrecadação de terras devolutas estaduais buscando dar-lhes o fim previsto em lei, além de fiscalizá-las. Com a criação da Fundação Instituto de Terras de São Paulo (ITESP), no ano de 1999, este órgão passou a atuar em parceria com a PGE, auxiliando na realização de trabalhos técnicos (Carvalho, 2004).

Esses dois órgãos citados, atuando juntamente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) impulsionou os esforços jurídicos para discriminação e reivindicação de áreas de assentamentos rurais (Paula, 2020). Igualmente, o INCRA “também é responsável pelo planejamento e implantação dos projetos de assentamentos, além das atividades de assistência técnica, fundamental para o desenvolvimento das famílias assentadas” (Mazzini, 2007, p. 92).

No município de Araras as áreas estaduais - que são supervisionadas pela Fundação ITESP; possuem atualmente cinco assentamentos rurais, são eles: Araras I, Araras II, Araras III, Araras IV e Saltinho, localizados na região denominada Horto Florestal de Loreto. Uma caracterização mais detalhada sobre os assentamentos pode ser vista no quadro 1, a seguir.

**Quadro 1** – Caracterização dos assentamentos de Araras (SP)

Projeto de assentamento	Município	Famílias	Área total (ha)	Início
Araras 1	Araras	6	82,73	set/84
Araras 2	Araras	14	208,99	set/84
Araras 3	Araras	46	367,87	dez/97
Araras 4	Araras	30	40,18	jul/04
Saltinho	Araras	5	18,35	ago/12

**Fonte:** Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), 2023.

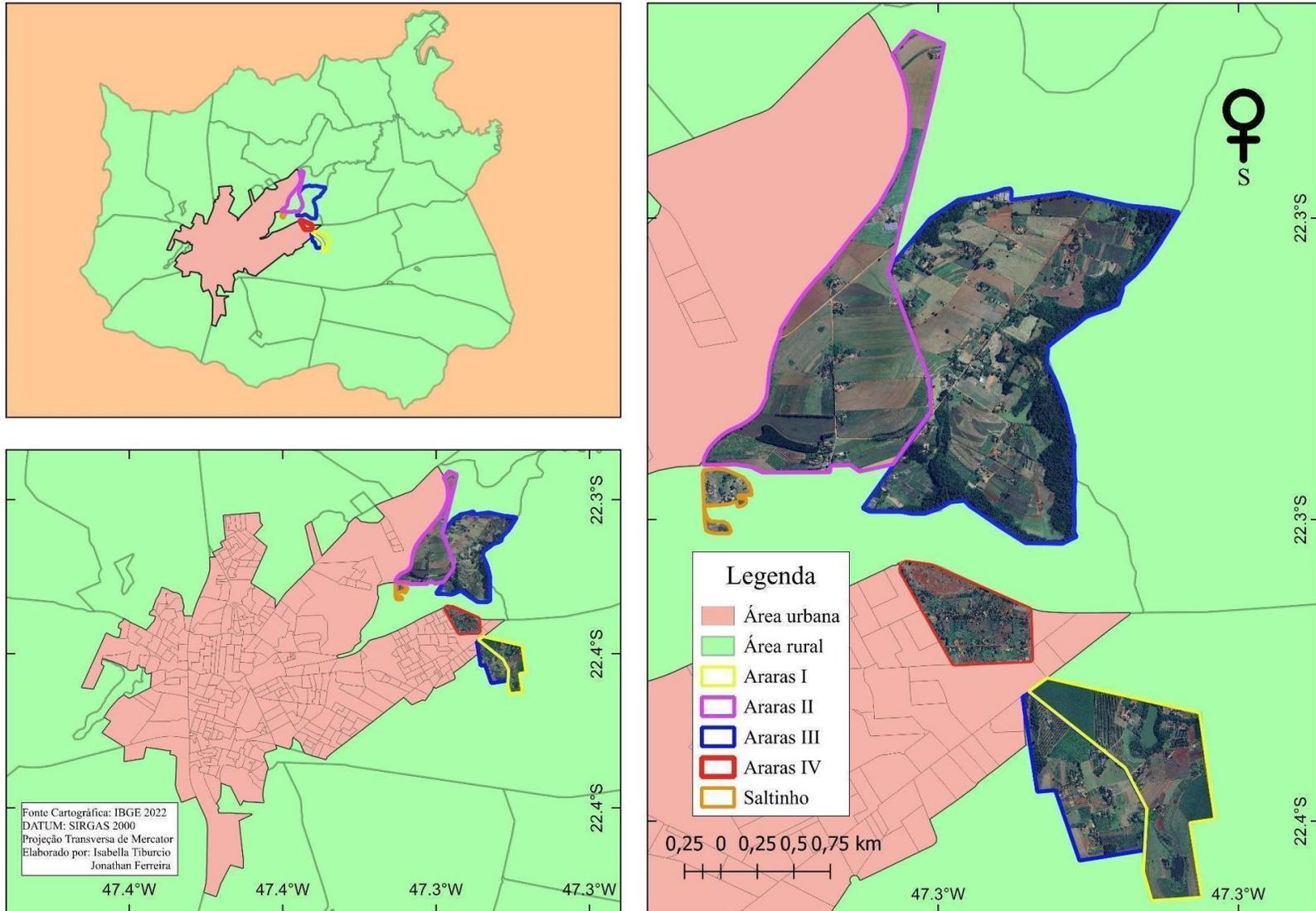
No interior do estado, o contexto do desenvolvimento desses assentamentos tem influência da história dos trabalhadores rurais de Sumaré (SP). Isso porque, segundo Ruas, Lozani e Bray (1995), antes da constituição dos assentamentos, em Araras, na área do Horto Loreto, - os trabalhadores rurais de Sumaré; levantaram acampamento no local, o que culminou em uma trajetória vitoriosa, já que, “após negociações como governo do Estado, conquistaram terras que eram de propriedade da FEPASA (Ferrovia Paulista S.A.) no próprio município de Sumaré” (Lopes; Lopes; Borges, 2014, p. 206). Com isso,

Esse processo despertou interesse dentro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araras que, juntamente com o Governo, através do IAF (Instituto de Assuntos Fundiários), conseguiu que as atuais terras do Horto Loreto ficassem para o Programa de Valorização de Terras Públicas para fins de Reforma Agrária, e fossem destinadas aos trabalhadores de Araras (Lopes; Lopes; Borges, 2014, p. 206).

Através desse processo, foram implementados os assentamentos Araras I e II, em 1984. Entretanto, para que as famílias interessadas fossem selecionadas para ocupar os lotes dessas áreas, era preciso que atendessem alguns critérios, dentre os quais “se as famílias tinham suas origens vinculadas à terra, se eram agricultores familiares e há quanto tempo permaneceram nessa profissão” (Lopes; Lopes; Borges, 2014, p. 206). Os mesmos autores apontam que, as áreas que se tornaram os assentamentos III e IV, foram ocupadas graças a ação da atuação dos movimentos sociais de trabalhadores rurais. No caso da área III, a ocupação ocorreu depois de mais de dez anos, em 1995. Sendo oficializada enquanto assentamento rural um ano e meio depois do início da fase de acampamento, em 1997.

A localização dos assentamentos do município pode ser observada no mapa 2, a seguir. Com ele, podemos perceber que as áreas I, II e III estão situadas em regiões mais distantes da área urbana, inclusive fazendo fronteira com o grande plantio de cana-de-açúcar, responsável por abastecer as usinas de Araras (Sala, 2023).

**Mapa 2:** Localização dos assentamentos rurais no município de Araras (SP)



Fonte: elaborado pela autora.

Já a área ocupada pelo assentamento Araras IV tem uma característica bastante peculiar, uma vez que está exatamente na fronteira da cidade, separando a área rural da área urbana por apenas uma avenida. Tanto que, no início de sua ocupação, em 2003, quando o acampamento com 100 famílias foi formado, a área era considerada parte da zona urbana. No entanto, “por ser área administrativa do ITESP, o local deveria ser mantido como área rural” (Lopes; Lopes; Borges, 2014, p. 206); o que levou a sua efetiva criação enquanto assentamento rural, no ano de 2004.

Com o objetivo de visibilizar os espaços de luta produzidos cotidianamente pelas mulheres rurais residentes nos assentamentos de Araras, entraremos agora no terceiro capítulo que - ao embasar a fotografia enquanto ferramenta potente para representação de espaços de resistências; apresenta a forma de instrumentalização da, denominada aqui, geo-foto-grafia que, em conjunto com as entrevistas realizadas durante os trabalhos de campo, poderá ampliar a visibilidade dessas mulheres, em oposição a seu apagamento institucionalizado.

### III GEO-FOTO-GRAFIA COMO CAMINHO PARA VISIBILIZAR

#### 3.1 Fotografia como representação do espaço

A imagem está presente em trabalhos geográficos desde sempre. Pode ser entendida como uma das formas de mediação do homem com o mundo, pois “as imagens apresentam e representam o mundo acessível e inacessível pela tradução de códigos capazes de decifrar eventos” (Steinke, 2014, p. 46). Nesse mesmo sentido, o geógrafo Valdir Steinke, ainda afirma que, produzidas sempre com objetivos definidos, fossem estes individuais ou coletivos, “as mensagens imagéticas fazem parte da expressão da cultura humana desde as pinturas rupestres pré-históricas” (2014, p. 47).

Considerando a variedade de objetos imagéticos de pesquisa disponíveis, este estudo concentra-se na fotografia. Também definida nesta pesquisa como geo-foto-grafia; parte-se aqui do pressuposto que “a imagem quando coletada, processada, organizada e divulgada, poderá ser um instrumento de excelência para a conscientização e percepção de fatos geográficos” (Steinke, 2014, p. 52). Em sua função enquanto linguagem, o historiador e fotógrafo Boris Kossoy, aponta que

A imagem, em especial a fotográfica, sempre se viu tradicionalmente relegada à condição de “ilustração” dos textos e ‘apêndice’ da história. No entanto a documentação iconográfica é uma das fontes mais preciosas para o conhecimento do passado; trata-se, porém, de um conhecimento de aparência: as imagens guardam em si apenas indícios, a face externa de histórias que não se mostram, e que pretendemos desvendar (Kossoy, 2007, p. 31).

Nesse contexto, nosso objetivo é explorar as diversas perspectivas da fotografia e suas múltiplas potencialidades. Entendendo-a para além de um adereço aos textos, enquanto ferramenta capaz de fortalecer as lutas apresentadas aqui, de maneira crítica capaz de ultrapassar as barreiras do visível, e também divulgá-las. Isto é, procurando entender o que há para além das imagens, os processos que as envolvem, as narrativas que elas contam, as estruturas de poder que representam e os espaços produzidos nelas e através delas. Em vista de compreender as espacialidades e temporalidades evocadas por ela, uso aqui o mesmo termo que Flora Sousa Pidner trouxe em sua tese de doutorado: geo-foto-grafia (2017).

Mesmo que o termo geo-foto-grafia não tendo uma origem única amplamente reconhecida na comunidade acadêmica, ele parte da ideia que combina geografia e fotografia, abordagem a qual muitos geógrafos e fotógrafos têm trabalhado, explorando as múltiplas formas com que a imagem visual se relaciona com espaço e lugar. Entretanto destaco aqui a visão de Pidner, ao ressaltar que, mesmo com a possibilidade de chamá-la, por exemplo, de fotogeografia, a autora faz o uso do termo com o prefixo “geo”, para dar o devido destaque ao olhar geográfico presente nessa perspectiva.

Originária do século XIX, a fotografia emerge dentro do cenário da sociedade industrial e da urbanização intensificada por essa era, inicialmente na Europa. Como resultado desse processo, os temas dos primeiros registros eram dos objetos da paisagem que se modernizava (Pidner, 2017, p. 41). Logo, a fotografia tem sua gênese no urbano.

Em seu início, a fotografia representou grande auxílio ao “homem” da ciência, muitas vezes sendo vista como uma substituição do objeto de estudo, ou pelo menos, como um meio de aproximá-lo do pesquisador (Reis Junior, 2014). Nesse contexto, era amplamente reconhecida por sua valiosa contribuição à abordagem científica, ao desempenhar esse papel especialmente prático. E é bem nesse ponto que se iniciam as discussões sobre considerá-la enquanto documento ou como obra de arte.

Essa fotografia a serviço da ciência, já citada, deveria ser compromissada com o rigor, produzindo um “registro científico cujo conteúdo informativo independeria do indivíduo que o tivesse produzido” (Reis Junior, 2014, p. 15), portanto, “no âmbito da ciência, a fotografia documenta; não artializa. Descreve; não expressa” (p. 15).

Os primeiros fotógrafos falavam da câmera como se ela própria fosse uma máquina copiadora, como se independentemente de quem a operasse, fosse a câmera quem realmente visse, conforme destaca a filósofa Susan Sontag (2004). Portanto, “a fotografia nasce banhada pelo realismo, e a sua compreensão como representação é, inicialmente, esvaziada” (Pidner, 2017, p. 57).

Compreendendo-se esses princípios como sendo base da chamada aqui fotografia-documento, evidencia-se uma contradição. Nessa busca, portanto, de se distanciar e negar as diversas formas de subjetividades envolvidas no processo fotográfico, ao vê-la assim - estritamente objetiva, informativa e imparcial; nega-se a própria condição dos indivíduos como sujeitos históricos, sociais e culturais.

Há uma troca do sujeito pela máquina. A fotografia não assume suas subjetividades inerentes e encerra-se na virtude da máquina. O aparelho supostamente substitui por completo as mãos, os olhos e as imprecisões dos sujeitos, como se o “ver” do fotógrafo-cientista fosse diferente do “ver” do artista. Mais uma contradição, portanto, já que todos estão munidos de suas córneas, de suas pupilas e de suas retinas, em termos biológicos, assim como de suas culturas, de seus conhecimentos e de seus imaginários, dos quais ninguém pode se desvincular ao promover uma situação de observação ou contemplação [...] Essa conjectura da imparcialidade do cientista e do fotógrafo nega a própria condição de sujeito. Para a fotografia, há uma tripla negação: nega-se a subjetividade do fotógrafo; nega-se a intersubjetividade construída entre o fotógrafo e os fotografados; e, por último, negam-se as infinitas possibilidades de interpretação da imagem empreendidas pelos espectadores-leitores. Nessa contradição, está, intrinsecamente, a negação da dimensão geográfica da vida, que se fundamenta na percepção e na prática espaciais (Pidner, 2017, p. 59).

Diante disso, adota-se aqui a perspectiva defendida por Pidner de que “não há como os sujeitos se subtraírem do espaço e de si mesmos, sendo impossível a neutralidade na ciência ou em qualquer outra forma de saber” (2017, p. 60).

Com isso, a fotografia-arte, conceitualmente, apropria-se da base artística, a qual aceita e reverbera as subjetividades (Pidner, 2017). Contudo, só a partir da década de 1970 que a fotografia é legitimada cultural e artisticamente.

Assim, nesta pesquisa sustenta-se a fotografia como uma “construção do fotógrafo, do retratado e do encontro entre ambos. Com seus universos de repertórios simbólicos” (Corrêa, 2018, p. 2). Nessa nova perspectiva, “os olhares sobre o espaço ganham multiplicidade. A fotografia torna-se mais sensível aos processos do que à impressão, aos eventos do que aos objetos, às temáticas do que à constatação” (Pidner, 2017, p. 67).

Assim, buscando adequar aos objetivos apontados, a forma mais completa de contemplar a fotografia aqui seria através da interpretação de que a fotografia-arte e fotografia-documento interpenetram-se, construindo uma concepção dinâmica e dialética em relação a esse panorama:

*A fotografia-documento-arte emerge em uma tessitura de verdades e de estéticas possíveis, ultrapassando os limites de uma representação convencional da realidade — e, assim, do espaço — como uma maneira de inventar novos modos de lidar com a paisagem, com os corpos, com o mundo (Pidner, 2017, p. 69).*

Portanto, concebemos a fotografia como uma prática espacial, capaz de contribuir em novas formas de compreender e interpretar o espaço geográfico. Com isso, a geo-foto-grafia pode auxiliar na construção de narrativas espaciais, já que “a ordem espacial e temporal são elementos estruturantes da narrativa” (Gomes, 2013, p. 40). Estas, pautadas em todas formas de subjetividades

envolvidas no processo, sem deixar de lado a técnica e sua importância enquanto documento, mantendo viva a memória, já que também é inerente a ela seu caráter histórico pois revelando as concepções de grupos sociais, em um determinado período. Conforme como trazido por Kossoy: “a essência do visível fotográfico é o ser humano em suas inúmeras manifestações e atividades” (2001, p. 36).

Esse mesmo autor aponta que, ao entrelaçar espaço e tempo, a fotografia é um evento geográfico, pois “em toda fotografia há um recorte espacial e uma interrupção temporal, fato que ocorre no instante (ato) do registro” (2007, p. 29). Assim, “em cada fotografia há um esboço de Geografia” (Jacinto, 2013, p. 12). Portanto, a relação entre os objetos e sujeitos fotografados é dada através do “evento geofotográfico” (Pidner, 2017).

Em face do exposto, visando um uso da imagem fotográfica na Geografia, que explore seu potencial com maior consistência e criticidade, acrescento aqui circunstâncias propostas por Gillian Rose (2001) ao procurar desenvolver uma “metodologia visual crítica”. Nesse sentido, a autora incentiva que a apropriação de imagens para a disseminação dos conhecimentos geográficos seja feita de forma mais consciente. Ao sustentar essa posição crítica, a geógrafa feminista defende que ao pensarmos o visual é preciso que ele seja articulado com os significados culturais, as práticas sociais e as relações de poder, isso é, considerando as tramas por trás e para além do visível nas imagens.

### 3.1.1 A potência da fotografia para visibilizar lutas sociais: o exemplo do MST

Com o propósito de exemplificar tamanha relevância que o uso da fotografia pode ocupar em espaços de resistência, destaco aqui brevemente a influência que o projeto desenvolvido pelo fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado teve nos anos iniciais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Ao longo de sua história, o Movimento acumulou vasto arquivo fotográfico, que para além de seu fundamental compromisso documental, revela o conhecimento, intrínseco aos sem-terra, da imensurável potência da imagem e de seu papel no mundo atual, sendo reconhecida, dessa forma, a visibilidade como estratégia do Movimento, desde os primórdios de sua organização.

Destaco os trabalhos desenvolvidos pelo fotógrafo Sebastião Salgado, enfatizando o potencial geo-foto-gráfico que permeia suas imagens, caracterizados por uma abordagem

humanista crítica e de conscientização. Sobre isso, em sua tese de doutorado Pidner - que investiga as narrativas espaciais presentes nas obras de Salgado; argumenta que

As paisagens-fotografias produzidas por Salgado representam os espaços dos *homens lentos*, tal como propõe Milton Santos (2002). Salgado compõe uma geografia imagética global dos *homens lentos*, em um espectro que aborda uma grande diversidade de sujeitos que vivenciam diferentes *velocidades*, mas todas com certa vagarosidade em relação ao topo da aceleração definida pela modernização hegemônica. Paisagens-fotografias de invisíveis sociais negadas pelos cartões-postais e também pelas agências fotográficas e ocultadas pelas grandes empresas que detêm o controle, a velocidade e a mobilidade do capital, assim como a produção comercial simbólica e imagética (Pidner, 2017, p. 220).

Nesse contexto, destacam-se principalmente as geofotografias que compõem o projeto *Terra*, em que foram fotografados os membros do MST, na década de 1990 - momento em que o Movimento começava a possuir notoriedade. Entretanto, o projeto elaborado com o fotógrafo foi um “divisor de águas para a aceitação e para a divulgação do Movimento socialmente” (Pidner, 2017, p. 228). Segundo a autora, o projeto foi “fundamental para a ampliação e consolidação, em escalas nacional e global, da rede de relações do movimento social dos sem-terras no Brasil com outros grupos também organizados em movimentos sociais” (Pidner, 2017, p. 251). Logo, o próprio MST compreende a força crítica e política que a fotografia carrega, visto que

“Para eles, a fotografia é fruto de uma estética que provoca intervenção, pois o processo fotográfico modifica o que e quem foi fotografado, mas também o fotógrafo e os próprios espectadores-leitores, que aprendem política e criticamente diante das imagens” (Pidner, 2017, p. 307).

Numa perspectiva histórica sobre a estratégia de usos da fotografia de forma central para aumentar a visibilidade do Movimento, Geiger justifica

Defenderei o ponto de vista de que esta centralidade da visualidade nas ações políticas do MST tem raízes profundas na história do Movimento, que se trata de um fenômeno extremamente complexo cuja dimensão política não pode ser separada da experiência, da sensibilidade e dos afetos dos acampados; e que tal importância da visualidade não pode, por sua vez, ser dissociada do uso que o Movimento fez da fotografia desde as suas origens. Com efeito, se o MST desenvolveu “estratégias e procedimentos específicos” para suas ocupações, se criou “uma tecnologia” composta por métodos de organização e funcionamento para a constituição dos acampamentos fundados na visibilidade, como apontou Lygia Sigaud, se ele desenvolveu importantes atividades como as marchas e as ocupações de prédios públicos, não se pode deixar de levar em conta o papel que a fotografia desempenhou na descoberta e no exercício do potencial dessa visibilidade. (Geiger, 1987).

Com base no reconhecimento dessa capacidade, esta pesquisa seguiu um caminho diferente do que já pode ser visto nas obras de Salgado, focando no contexto de resistências das mulheres rurais, em contrapartida às opressões e apagamentos a que são submetidas devido às desiguais relações de poder decorrentes da incorporação dos papéis sociais de gênero ao longo de suas vidas.

### 3.1.2 Fotografia para visibilizar a perspectiva feminina dos espaços de luta pela terra

Em primeiro lugar, é preciso definir que aqui, são tidos os espaços de luta pela terra - conforme a visão apontada por Franco García (2004); enquanto sendo os acampamentos e assentamentos rurais. Em sua pesquisa, trazidos como especificidade, a compreensão de sua construção é determinada através de relações de poder decisivas, sendo as relações de gênero uma delas.

Dessa forma, ao ponderar sobre a ordenação territorial da luta pela terra, a mesma autora garante que “a forma espaço/tempo do acampamento concentra relações de gênero diferenciadas da forma espaço/tempo do assentamento” (Franco García, 2004, p. 21). Em vista disso, Renata Valenciano aponta que, ao refletirmos sobre as questões que perpassam essa luta às perspectivas de gênero,

A contribuição das análises que visam a entender as relações de gênero no processo de luta pela terra baseia-se no intuito de revelar os mecanismos que dão condições para o estabelecimento e perpetuação das relações de poder desiguais e que impossibilitam a construção de espaços igualitários de participação na luta (Valenciano, 2006, P. 16).

Reconhecendo essas práticas de exclusão e empenhada em combatê-las, o propósito é de utilizar a fotografia como ferramenta para ampliar a perspectiva desse grupo de mulheres, frequentemente tido como invisíveis sociais. Destacando, portanto, as resistências femininas assentadas, por meio da imagem.

Uma observação fundamental para ser feita sobre essa ferramenta é a de que o instante do registro fotográfico não se dá ao acaso, mas é fruto de uma escolha, registrando, dessa forma, o ponto de vista de quem fotografa. Sobre isso, o jornalista Rodrigo Rossoni afirma que

O fotógrafo, portanto, precisa efetuar uma escolha, para recortar na continuidade do mundo o campo significativo que lhe interessa, já que toda visão pictórica, mesmo a mais ‘realista’ ou a mais ingênua, é sempre um processo classificatório. A escolha no momento

do clique não é a única situação em que suas concepções afloram. A definição do próprio assunto fotografado já é uma referência de suas marcas ideológicas (Rossoni, 2004, p. 107).

Intrinsecamente marcado pela subjetividade de quem fotografa e, portanto, carregado de intencionalidade, o registro - fruto da ação de fotografar - não teria como ser neutro. Partindo desse pressuposto, ao considerar sobre a posicionalidade do olhar da pesquisadora durante os trabalhos de campo e buscando não sobrepor o meu olhar – regado, evidentemente, de intencionalidades com a produção desse trabalho - à visão das mulheres rurais; optou-se por separar o que partiu da minha perspectiva, e o que emergiu através da perspectiva das mulheres assentadas de Araras, que participaram da pesquisa. Separação essa ocorrida de forma literal, conforme poderá ser percebido e explicado pela sequência de apresentação dos próximos tópicos.

### **3.2 A perspectiva da pesquisadora nos trabalhos de campo**

Durante o curso da pesquisa, foram realizados cinco trabalhos de campo, todos ocorridos no ano de 2023. Estes, serão apresentados, inicialmente, por meio de fotografias de minha autoria, portanto, que retratam a visão que tive perante a esses espaços de resistência. Com isso, na intenção de registrar o que me marcou nesses espaços, enquanto mulher - geógrafa e feminista -, busquei respeitar os limites que cabiam às minhas vivências. Deixando que, com o propósito de dar visibilidade às perspectivas das lutas das mulheres assentadas, elas mesmas fossem responsáveis por esses registros, como veremos posteriormente.

O primeiro trabalho de campo, ocorrido na primeira semana de maio de 2023, feito junto com a professora orientadora desta pesquisa, teve como objetivo conhecer a área dos assentamentos, bem como o próprio município de Araras (SP).

Já nessa primeira visita, fomos recebidas e auxiliadas por uma das mulheres assentadas, que se tornaria uma das participantes diretas da pesquisa - residente no assentamento Araras IV. Ela foi nosso primeiro contato pois já era conhecida de longa data da minha orientadora. Nesse mesmo dia, introduzimos à assentada o tema de pesquisa, ao qual ela se interessou e se prontificou a nos auxiliar no que fosse necessário. Com isso, foi por intermédio dela que pudemos acessar outras mulheres residentes nos assentamentos de Araras. A fotografia 1 registra esse primeiro dia, mostrando a rua que atravessa o assentamento Araras IV.

O segundo trabalho de campo, ocorrido na última semana do mês de maio de 2023, se deu, na realidade, de forma coletiva. Esse trabalho, idealizado por mim em parceria com a professora e a assentada já mencionada, e organizado por nós três, junto a outros colegas e professores, foi uma das atividades que compuseram a programação do IV Congresso Brasileiro de Organização do Espaço (IV CBOE). Esse evento que é promovido majoritariamente por discentes da pós-graduação em Geografia, nessa edição específica foi organizado pelos pesquisadores que compuseram a Comissão de Eventos do Programa de Pós-Graduação em Geografia, de 2022 a 2023. Sediado no *campus* da UNESP de Rio Claro, a cada dois anos, em sua quarta edição teve como tema “Os Brasis da fome: regimes de acumulação capitalista no território”.

**Fotografia 1:** Primeiro trabalho de campo no assentamento Araras 4



**Fonte:** registrado pela autora, 2023.

Com isso, as mesas e discussões propostas pelo Congresso abordaram diversas temáticas relacionadas à luta pela terra, bem como os contextos de assentamentos rurais no país, além de discutir também, mais especificamente, sobre a luta das mulheres no campo brasileiro. Logo, a realização de um trabalho de campo nos assentamentos de Araras - em que eu já vinha realizando a pesquisa; foi muito pertinente, tanto para os participantes do evento que puderam aproximar-se

da realidade de assentamentos rurais – espaços esses os quais muitos deles nunca haviam conhecido; quanto para os assentados que puderam compartilhar sobre suas jornadas de resistências, de luta e de vida, bem como divulgar e vender alguns de seus produtos.

O grupo, que somava algo em torno de vinte e cinco pessoas, conheceu primeiramente o assentamento Araras IV, no qual, foi feita uma roda de conversa - no lote assentada que nos auxiliou em todo o processo - sobre o contexto de formação dos assentamentos da região, principalmente do Araras IV, bem como a visão a partir de um recorte de gênero - ao tratar das especificidades do “ser mulher” no meio rural; e também, ouvimos sobre sua trajetória pessoal enquanto mulher rural, que atuou a vida toda na luta pela terra. O momento desse diálogo, no quintal de seu lote, pode ser visto na fotografia 2, a seguir.

**Fotografia 2:** Segundo trabalho de campo – Visita ao assentamento Araras IV



**Fonte:** registrado pela autora, 2023.

Ainda nesse dia, também fomos conhecer o assentamento Araras III, mais especificamente o lote conhecido como “Sítio Quilombo Anastácia”, território também do terreiro de candomblé Ylê Asé de Yansã. Após conhecermos o lote e em seguida o

espaço do terreiro, mais especificamente, foi nele que a matriarca da família e mãe de santo, nos recebeu para uma conversa profunda - registrada na fotografia 3.

**Fotografia 3:** Segundo trabalho de campo – Visita ao terreiro Ylê Asé de Yansã no Araras III



**Fonte:** registrado pela autora, 2023.

Esse momento de diálogo evocou grandes discussões que tocaram – visivelmente - a todes ali presentes. Para além de contar sobre a história da conquista daquele lote, a mãe destacou apontamentos diretamente relacionados à realidade da mulher assentada, mas, principalmente, sobre a valorização da ancestralidade e cultura de raízes africanas. Destacando a urgência e necessidade de união na luta contra o racismo, mas não só, pois sua narrativa englobava também a luta contra outras formas de opressão e discriminação, como o machismo e a homofobia. De forma

tão literal e concreta que, era possível ler essas mensagens nas paredes da casa, que carregavam em si diversos cartazes pendurados, um deles, que ressalta diretamente essas premissas básicas, pode ser identificado na fotografia 4.

**Fotografia 4:** Terceiro trabalho de campo – Sítio “Quilombo Anastácia” no assentamento Araras III



**Fonte:** registrado pela autora, 2023.

No terceiro trabalho de campo voltei ao assentamento Araras III, dessa vez sozinha. Em busca de me aproximar das pessoas que já havia encontrado, bem como conhecer outros assentados, principalmente mais mulheres que lá viviam. Familiarizei-me ainda mais com esse assentamento e pude saber mais profundamente sobre as pessoas e ouvir as histórias de quem reside ali. Portanto, até esse momento, havia praticado na pesquisa esses locais fundamentais de escuta informal,

corroboraram para a construção de minhas percepções sobre esses espaços, enquanto pesquisadora. Passei a compreender, mais intimamente, a dinâmica e as relações nesses assentamentos, a estrada de terra para chegar ao Sítio “Quilombo Anastácia” pode ser vista na fotografia 5. Bem como, na fotografia 6, foi registrado o caminho de entrada, dentro do lote, que leva ao terreiro.

**Fotografia 5:** Terceiro trabalho de campo – Sítio “Quilombo Anastácia” no assentamento Araras III



**Fonte:** registrado pela autora, 2023.

Essas trocas com as assentadas permitiu a criação, até esse momento, do que defino aqui enquanto locais de escuta informais - buscando diferenciá-los dos espaços formais criados através da aplicação das entrevistas. Portanto, essas vivências compartilhadas até então, além de acontecerem pessoalmente durante os trabalhos de campo, também ocorreriam à distância, através de troca de mensagens por aplicativos, telefonemas e chamadas de vídeo *online*.

**Fotografia 6:** Terceiro trabalho de campo – Sítio “Quilombo Anastácia” no assentamento Araras III



**Fonte:** registrado pela autora, 2023.

Posteriormente, ainda foram realizados outros dois trabalhos de campo aos assentamentos. Visando pôr em prática a escuta formal – estruturada e planejada previamente, através de um roteiro, estes trabalhos tiveram como objetivo visitar as mulheres para materializarmos juntas as entrevistas. Estas, registradas integralmente para posterior análise e discussão dos resultados apresentados por esse trabalho.

### 3.2.1 A elaboração do roteiro e a aplicação das entrevistas

Foi criado um roteiro com o propósito de guiar as entrevistas com as mulheres, entretanto, não nos limitamos somente aos temas evocados por ele, já que ao longo das conversas, outros assuntos pertinentes emergiram e também foram discutidos. As respostas e os debates que surgiram a partir delas, serão abordados posteriormente, quando nos concentrarmos especificamente nas perspectivas das mulheres assentadas.

Inicialmente, apresentarei o processo de construção e elaboração do roteiro de entrevistas – exibido de maneira completa ao final do trabalho como “Apêndice – Roteiro de entrevistas; bem como os temas centrais das perguntas. O roteiro que orientou os diálogos, foi estruturado a partir de três principais eixos:

- I – Identificação e caracterização da participante;
- II - Contexto e experiência;
- III – As mulheres nos assentamentos.

O primeiro eixo buscou sintetizar as informações básicas de caracterização das mulheres assentadas, participantes das entrevistas. Nesse momento, foram coletadas informações referentes a idade, naturalidade, cor, estado civil, profissão e grau de escolaridade.

O segundo eixo procurou contextualizar suas histórias de vida e compreender os rumos que as levaram até ali, bem como suas experiências na trajetória de luta pela terra. Apresentando perguntas sobre quando e como passaram a fazer parte dos assentamentos de Araras, assim como de que forma acontece o uso do lote. Nessa seção, foi questionado se ela e os membros da família trabalhavam diretamente na terra ou buscavam complementar sua renda fora do assentamento.

Já a terceira parte era voltada a investigar mais a fundo como as relações de gênero estão ali sobrepostas e materializadas. Nesse contexto, buscou-se entender se existia ali, de acordo com elas, uma estrutura que reproduzisse o que socialmente seriam considerados os papéis a serem desempenhados por mulheres ou homens, incluindo atividades específicas. Além disso, questionou-se como esses pontos eram percebidos por elas e de que forma as atingiam. Nesse sentido, também houveram perguntas focadas sobre a quem caberia o processo de tomada de decisão e qual a participação das mulheres nele.

Além disso, esse terceiro eixo, em vista de entender mais a fundo sobre o cotidiano das entrevistadas, perguntou-se sobre o funcionamento de sua jornada de trabalho, dentro e fora do assentamento (se fosse o caso), bem como a origem de sua renda familiar. Por fim, focando nas discussões em torno da valorização do trabalho da mulher rural, as últimas perguntas abrangiam as discussões sobre os desafios em ser uma mulher assentada, a importância delas na luta no campo, finalizando com o questionamento de quais seriam seus sonhos e aspirações para o futuro.

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, sua efetivação já foi possível através da participação de seis mulheres assentadas, estas, selecionadas a partir da amostragem bola de neve. Sobre seu funcionamento, a socióloga Juliana Vinuto define que

O tipo de amostragem nomeado como bola de neve é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados (Vinuto, 2014, p. 203).

Entende-se aqui o grupo estudado dentro dessa classificação como difícil de ser acessado, ao considerarmos a realidade do campo brasileiro, em que sua população, principalmente assentada, está vulnerável à violência, associada às disputas pela terra.

Portanto, em decorrência disso, as mulheres foram indicadas umas pelas outras. Partindo da primeira mulher assentada – que, conforme já descrito, nos recebeu no Araras IV; levando à indicação de outras mulheres, que conforme aceitavam ou não participar desse trabalho, indicaram novamente outros nomes, até chegarmos à amostra final de seis mulheres.

Como resultado disso, a amostra final das assentadas que participaram das entrevistas, pertencia somente aos assentamentos Araras III e IV. Portanto, a pesquisa restringiu-se à incorporação das percepções das mulheres rurais desses dois assentamentos. Já sobre o momento de realização das entrevistas, a fotografia 7 elucida bem a forma como aconteceram.

**Fotografia 7:** realização das entrevistas nos assentamentos



**Fonte:** arquivo da autora, 2023.

Na fotografia vemos que o momento se deu com a pesquisadora – individualmente – junto à entrevistada, na maior parte das vezes, ao ar livre. Em grande parte, com longas durações, todas as entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas, o que contabilizou uma elevada quantidade de páginas. Por isso, optei por não acrescentar como apêndice à pesquisa, mas também pela decisão de não tornar público alguns dos relatos que foram confiados a mim, em respeito às assentadas.

### 3.2.2 Uma nova proposta: geo-foto-grafias através do olhar das assentadas

Considerando a premissa da intencionalidade intrínseca no ato de fotografar – já abordada; e o desejo, portanto, de que aqui fossem transmitidas as perspectivas que as próprias mulheres assentadas têm dos espaços de resistência que produzem, foi proposto que essas representações - através das fotografias; fossem realizadas por elas mesmas.

Nessa direção, fez-se uso da noção apresentada por Pidner (2017), que considera o olhar horizontal como ponto de partida da percepção espacial dos sujeitos. Com base nisso, surgiu a ideia de que os registros fossem feitos por elas próprias - e não por mim. Essas fotografias, capturadas a esse modo, seriam capazes de evocar as múltiplas visões que elas têm sobre o espaço rural que ocupam e produzem, sendo elas, efetivamente, as verdadeiras sujeitas dessas ações.

Essa proposta foi apresentada a elas ao final de cada entrevista. Nesse momento, era introduzido brevemente o papel que a fotografia ocuparia neste trabalho. Em seguida, era questionado se elas possuíam um aparelho celular, com câmera, para que pudessem responder, com uma fotografia, a última pergunta da entrevista: “Para você, o que é ser uma mulher rural?”. Junto a isso, para que não restassem dúvidas, foi instruído que fotografassem algo que as representassem enquanto mulheres rurais, ou ainda, no mesmo sentido, que representasse suas vivências que emergiram durante a entrevista, explicando ainda que poderiam pensar por alguns dias e enviar posteriormente a(as) fotografia (as).

Diante da insegurança que algumas delas demonstraram sobre terem entendido exatamente o que deveria ser feito, exemplifiquei que poderiam registrar o que viesse a mente delas, pois não haveria certo ou errado, fossem paisagens, objetos, pessoas, elas mesmas, etc. Devidamente ressaltado, que não estava em busca de excelência na execução técnica, mas sim, que o importante era tanto o conteúdo do registro, quanto a interpretação que fariam dele.

O material produzido, fruto desses processos, constituiu as geofotografias. Passíveis de serem interpretadas pela pesquisadora, por quem lê essa pesquisa, mas também pelas próprias assentadas. Portanto, estas atuaram enquanto sujeitas de todo o processo, puderam ser tanto as fotógrafas, as fotografadas e as espectadoras-leitoras das fotografias. Também ocupam a posição que permite interpretar seus próprios registros, devido a possibilidade de novas reflexões através de si mesmas, já que

Toda fotografia carrega entrelinhas, produz visibilidade, mas também abrange o invisível. Os espectadores-leitores realizam um exercício escalar de projetar o que não está na imagem, mas que é remetido por ela, em um jogo do *visível* e do *invisível* [...] Esse exercício é pautado pelas referências do conhecimento prévio do espectador-leitor, que se projeta na interpretação que propõe (Pidner, 2017, p. 307).

Portanto, as geofotografias são passíveis de serem interpretadas por todos. Uma vez que, cada sujeito que habita o mundo é provido de suas subjetividades e, com elas, interpreta o espaço com suas próprias lentes, baseadas em seu próprio universo simbólico. As interpretações delas, sobre suas próprias fotografias, foram enviadas por meio de áudios que transcrevi aqui, na mesma sessão as fotos são apresentadas.

### **3.3 As perspectivas femininas rurais**

Após abordar todos os aspectos relacionados à idealização e elaboração dos instrumentos utilizados nesta pesquisa, nos seguintes tópicos serão apresentados os resultados obtidos e as discussões provocadas por eles, de forma a visibilizar a perspectiva das mulheres rurais, através dos relatos das entrevistas e de suas as geofotografias.

Cabe destacar que não será utilizado o nome das participantes em questão, ao tratarmos das entrevistas, conforme norma a ser seguida através do cadastro dessa investigação na Plataforma Brasil, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos. Por esse motivo, as assentadas serão identificadas aqui pela letra “E” (de entrevistada); junto ao número de ordem que ocorreram as entrevistas. Foi feita uma sintetização dos dados de identificação e caracterização das mulheres, coletadas na primeira etapa da entrevista - apresentada no quadro 2 - de forma a facilitar a visualização e a comparação, nos casos em que se fizerem necessárias, das análises que se seguem.

**Quadro 2:** Identificação e caracterização das participantes da pesquisa

<b>Identificação</b>	<b>Idade</b>	<b>Nível de Escolaridade</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Cor/Etnia</b>	<b>Profissão</b>	<b>Estado Civil</b>	<b>Assentamento</b>
E1	68	Ensino fundamental Incompleto	Salvador (BA)	Negra	Mulher rural, mãe de santo, cantora, compositora e vendedora de acarajé, escritora	Casada	Araras III
E2	42	Superior incompleto	São Paulo (SP)	Branca	Funcionária pública, acadêmica de direito	Casada	Araras IV
E3	70	Ensino fundamental incompleto	Araras (SP)	Branca	Dona de casa	Casada	Araras III
E4	67	Ensino fundamental Incompleto	Brotas (SP)	Negra	Dona de casa, agricultora	Casada	Araras IV
E5	55	Superior completo	Astorga (PR)	Negra	Agrônoma, agricultora e educadora	Divorciada	Araras IV
E6	45	Ensino Fundamental incompleto	Araras (SP)	Parda	Agricultora	Casada	Araras IV

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

### 3.3.1 Os temas das entrevistas: análise através de eixos temáticos

A análise dos conteúdos evocados nas narrativas trazidas pelas entrevistas, que virá logo adiante, foi guiada por eixos temáticos. Estes foram selecionados e organizados, em vista a elaborar articulações que, permeadas pelos relatos, resgatam a bibliografia para discutir as reflexões provocadas por eles.

Dentre as análises em torno da luta pela terra discutiremos sobre: a trajetórias das mulheres e suas famílias, a conquista da terra, a necessidade de amparo do setor público, a pluriatividade das famílias assentadas, a dificuldade de manter os jovens no campo, a questão da delimitação urbana e rural no assentamento, o preconceito sofrido pelos assentados e, por último, a superação do entendimento do campo estritamente enquanto agrícola.

Já na segunda parte, no que diz respeito às discussões relacionadas às percepções das assentadas sobre o “ser mulher” nos assentamentos, abordaremos: a divisão sexual do trabalho no campo, as jornadas de trabalho das trabalhadoras rurais, o processo de tomada de decisões e a valorização do trabalho da mulher assentada.

Inicialmente, buscando facilitar e simplificar a visualização das respostas mais diretas à algumas das perguntas que compunham as entrevistas, sintetizei-as em um quadro, que pode ser observado a seguir (Quadro 3), para serem resgatadas e exploradas mais profundamente nos pontos em seguida.

**Quadro 3:** Sintetização das informações obtidas nas entrevistas

<b>Identificação</b>	<b>Está no assentamento desde quando?</b>	<b>Trabalha diretamente na terra?</b>	<b>Origem da renda familiar?</b>	<b>Considera que há divisões de tarefas?</b>	<b>Quem é responsável pelas negociações?</b>	<b>A mulher assentada é valorizada?</b>
E1	1993	Não	Complementa com renda de fora do assentamento	“Nem sempre”	Homens	Não
E2	2004	Não	Renda vem de fora do assentamento	“Homens acham que sim, mas as mulheres ralam tanto quanto eles”	Homens	Não
E3	1997	Pouco	Do assentamento e complemento de fora	“Tem mulher que faz serviço de homem sim, eu não faço não”	Homens	Sim, trabalham bastante
E4	2007	Sim	Majoritariamente do complemento de fora	“Tem divisão sim, a mulher cuida da casa e dos filhos, os homens do terreno”	Homens	Não
E5	2004	Não	Renda vem de fora do assentamento	“Tem divisão sim”	Homens	Não
E6	2004	Sim	Renda familiar vem toda do assentamento	“Não tem diferença”	Homens	Não

**Fonte:** elaborado pela autora, 2023.

### 3.3.1.1 Trajetórias de lutas pela e na terra

O primeiro eixo temático a ser destacado relaciona-se com as reflexões advindas, principalmente, da segunda parte das entrevistas, em que – como explicado anteriormente – foi tratado sobre a trajetória de luta pela terra vivida por essas mulheres. Acrescento, nessa perspectiva, a questão de luta também “na” terra, por ter sido um caráter evidenciado por algumas das participantes, ao destacarem que, conseguir conquistar o direito àquele pedaço de terra que ocupam, não é suficiente se não recebem nenhuma forma de auxílio para poder se manter nela com dignidade, fator que a ser abordado mais adiante.

De início, ao compartilharem um pouco sobre suas trajetórias de vida, elas relataram de que forma e quando passaram a fazer parte do assentamento em que moram e, neste processo, está inserida a própria história de formação dos assentamentos. Com isso, em relação ao assentamento Araras III, a história relatada pela primeira entrevistada já evidencia a articulação para a ocupação daquela área desde 1995, uma vez que sua família participou e compôs a primeira reunião do sindicato dos rurais de Araras para conseguirem terras naquele município. Sobre esse momento, ela relembra o contexto histórico e político do Brasil

Era um momento que estava dando muito o que falar politicamente sobre a questão do MST. As pessoas ficaram com medo na época e só uma filha minha aceitou. Decidimos fazer uma assembleia geral, onde decidimos dividir os lotes antes do ITESP, antes do Instituto de Terras vir (E1, assentada do Araras III, 06/10/2023).

Assim a luta e as reivindicações pelos lotes e pela formação do assentamento Araras III tiveram base na organização coletiva das próprias pessoas interessadas em ocupar aquelas terras. Institucionalizado somente em 1997, pelo ITESP, a realidade no início do assentamento era bastante precária, como enfatizado por esta mesma entrevistada ao relatar um caso específico que aconteceu em sua casa no seu primeiro ano no assentamento.

Nessa moradia houve uma chuva, em 1995, que a gente não tinha dinheiro para proteger a casa, e ela foi derretendo igual queijo na chapa quente, foi tudo construído em cima de mutirão, [com a ajuda de] uns meninos pé vermelho da UFSCar, os meninos vinham e a gente fazia mutirão, de tempos em tempos. Demorou 11 anos para fazer o terreiro, que vem dentro dessa história também, que foi construído aos poucos (E1, assentada do Araras III, 06/10/2023).

Também integrante do Araras III, a terceira entrevistada, ao contar sobre o início da sua jornada e de sua família no assentamento, destacou a precariedade em que se encontrava o lote no momento em que chegaram.

Quando eu vim aqui eu achei horrível, porque não tinha nada, eu nunca tinha vindo numa área rural assim. Não tinha água, não tinha força, os lotes eram todos cheios de eucalipto, de toco de eucalipto, era muito ruim mesmo. Mas depois foi melhorando, veio a energia, veio água. A energia eu nem fazia tanta questão, mas a água era fundamental. Era muito difícil ficar sem, antes eu morava aqui na cidade mesmo, aí aqui foi invadido em 1995, mas eu vim para cá em 1997 só. A gente via na televisão essa coisa de invasão, que tinha briga, tinha morte, e eu ficava com tanto medo (E3, assentada do Araras III, 07/10/2023).

Já em relação a formação do assentamento Araras IV, anos mais tarde, a ocupação dos lotes se deu a partir da possibilidade de cadastro no ITESP, em que a família manifestava o interesse em possuir uma porção de terra no município, conforme exposto pela segunda entrevistada.

Surgiu uma oportunidade de cadastro do ITESP e meu sogro foi lá, colocou o nome dele e foi gratificado. Mas precisava entrar em 24 horas. Não dá para você movimentar uma família de 10 pessoas, no mínimo, nesse tempo. Eu e meu marido viemos, vendemos tudo que a gente tinha e construímos um barraco de madeira aqui. Na época só fizemos um contra piso e entramos sem água, sem energia, sem estrutura (E2, assentada do Araras IV, 06/10/2023).

Em busca de garantir a terra conquistada, houve a necessidade de ocupá-las rapidamente, o que também fez com que as famílias se encontrassem em situações de fragilidades pela falta de infraestruturas capazes de garantir suas condições básicas de sobrevivência. Nesse contexto, o depoimento da segunda entrevistada evidenciou que essa situação só melhorou a partir da organização política dos assentados, por meio de associação, que juntos reivindicaram tais melhorias. Ela exemplifica sobre esse momento ao contar sobre o início do fornecimento de energia elétrica no assentamento Araras IV.

Montamos a estrutura para organizar a associação, assim foi montada a primeira associação daqui. Pelo assentamento aqui ser muito pequeno, como eu te disse aqui é o menor assentamento da América Latina e o único em âmbito urbano do mundo. A gente tava com medo se alguém ia dar crédito para as nossas demandas, porque quando você é pequeno assim, você não tem força. Então a gente já foi buscar uma ligação política para conseguir mais força. Assim, conseguimos a liberação da energia elétrica [...]. A primeira vez que meu filho mais novo viu uma lâmpada dentro de casa, até o cara da Elektro chorou. Ele bateu na minha perna e falou assim “ó, ó” [apontando para cima] e eu falei “o que foi?” e ele falou “o sol!”. O cara da Elektro olhava para minha cara, com os olhos cheios de lágrimas e eu falava “é filho, agora a gente tem luz!” [...] Antes da energia a gente tinha

uma dor fora do corpo. Você não sabe o que era ter que esquentar água na fogueira para poder tomar banho. A gente conectava uma televisãozinha na bateria do carro para ter o que assistir à noite. Por isso que quando meu filho viu a luz pela primeira vez dentro de casa foi tanta emoção. Foi muito emocionante (E2, assentada do Araras IV, 06/10/2023).

Também integrante do Araras IV, a quinta entrevistada trouxe um depoimento diferenciado das outras assentadas por se tratar de uma trajetória de luta pela terra ao longo da sua vida, ou seja, não comendo essa luta somente no município de Araras.

Minha luta começa em 1986, quando a gente ocupa a fazenda Reunidas, em Promissão (SP). Eu era muito nova, não tinha idade para pegar a terra, levei minha mãe e meus irmãos. Nós éramos em 350 famílias quando ocupamos a Reunidas, que hoje é um dos maiores assentamentos em área contínua em São Paulo - a área contínua que eu digo se refere a apenas um município. Nós começamos muito cedo, a história aqui em São Paulo é que o MST era pequenininho, era uma criança, porque ele nasceu em 1982 fora do estado, mas aqui ele cresceu mesmo quando ocuparam Sumaré, mas a maior ocupação foi o assentamento Reunidas. Então, eu morava na região, em Santa Bárbara d'Oeste, nós juntamos 12 cidades da região, inclusive Santa Bárbara. Araras foi um reinício na história da reforma agrária para mim, porque fica localizado em área de Horto, ou seja, é uma área do Estado, e nesse sentido, é muito diferente, porque eu já tinha um acúmulo de experiência, só que em área Federal (E5, assentada do Araras IV, 07/10/2023).

Perpassada por toda sua experiência no contexto de luta no campo brasileiro, ela continua

Mas então apareceu essa terra aqui para mim, mas essa terra não é típica das terras que eu conheci que partia de ocupação, de luta, as coisas, o assentamento Araras 4 que eu moro, foi ocupado em uma área de Horto, na verdade vizinha do Horto, um pedacinho que restava né. Ele foi ocupado por 120 famílias, mais ou menos, essa área, mas o objetivo na verdade era que fosse de casa urbana, não tinha o “minha casa minha vida” nem nada disso, as pessoas queriam um terreno e eles mesmos iam fazer as casas, mas aí na primeira conversa com o Estado, descobriram que essa terra não seria habitação urbana. Eu morava no terreiro de candomblé e eu fui chamada para vir aqui e eu vim. As pessoas moravam lá embaixo, num acampamento [...] a gente conseguiu conversar, mas só 30 famílias porque o resto acabou indo embora, porque eles não queriam uma área rural. Então para 30 famílias ficou fácil. A gente fez um acordo, cada um ficou uma quantidade de terra. Aqui ela é bem pequenininha, ficou um pedaço de terra aqui para cada um, para cada família (E5, assentada do Araras IV, 07/10/2023).

Nesse histórico trazido por ela, destaca-se a desmotivação das famílias em viverem na área rural, uma vez que buscavam principalmente a possibilidade de ter moradia e não necessariamente o desejo de ter um lote rural, muitas vezes dedicado à produção agrícola. Conforme compartilhado pela sexta entrevistada - também integrante do assentamento desde seu início; lutou pelo lote tendo como prioridade para ela e para sua família a construção de sua própria casa, para só então, passarem a se dedicar à agricultura. Essa mesma assentada que já possuía experiência trabalhando na roça e carpindo lotes, além de ter trabalhado com as colheitas das

produções de citriculturas, bastante significativas em Araras, assim como outras mulheres também relataram.

Entretanto, é preciso pontuar que a posse da terra somente, sem o devido amparo do Estado, não é suficiente para garantir uma vida digna no campo para as famílias assentadas, como apontado pelo geógrafo Sérgio Souza

A posse da terra não é suficiente para que as famílias possam permanecer no campo, pois a reforma agrária não se limita ao reordenamento da ocupação do solo, mas compõe um conjunto de medidas necessárias para promover trabalho, moradia e melhoria das condições de vida nos assentamentos. É importante lembrar, portanto, que a manutenção da produtividade agrícola vai além da conquista da terra como espaço e substrato para o trabalho. Requer também acesso a financiamento e subsídios para viabilizar a atividade produtiva, como equipamentos agrícolas, ferramentas, sementes/mudas, regularização do solo (química e física), irrigação, etc. Além disso, é importante considerar que o trabalho no campo se caracteriza por uma rotina intensa de atividades desenvolvidas para o manejo da terra, a manutenção de culturas diversas e a criação de animais variados, que compõem um sistema complexo e interdependente (Souza, 2017, p. 456).

Nesse sentido, conforme trazido pelo autor e, principalmente, por quem vive esse desafio diariamente - aqui, as próprias mulheres; a conquista da terra é sim um passo fundamental, mas se manter no assentamento é que tem sido a dificuldade cada vez maior para as famílias assentadas. Sobre isso, a primeira entrevistada destacou

A prefeitura precisa dar todo amparo político para a área rural, no mínimo uma estrada para a gente circular, no mínimo, completar a energia que demorou mais de 10, uns 15 anos para vir até o Posto de Saúde [...] É uma luta diária aqui, não é bonitinho. 'Ah porque aqui é lindo', não, não é, o negócio é pesado. A área rural no Estado de São Paulo está doente, mas aí se você coloca lá na Globo tudo é pop, o Agro é pop (E1, assentada do Araras III, 06/10/2023).

Ainda sobre os entraves que vão além do conseguir a posse terra, a segunda entrevistada relembrou que

A partir de 2006 a gente começou a iniciar o projeto do posto [de saúde]. Ele foi finalizado agora em 2015. São muitas burocracias para conseguir chegar até o resultado, né? E a burocracia às vezes impede muita coisa. Por um exemplo, para aposentar eles exigem muita papelada, de mais de 30 anos atrás, que se você for ver, muitas vezes, esse papel já se perdeu. Esse é um problema muito sério no assentamento: a questão da documentação (E2, assentada do Araras IV, 06/10/2023).

Essa falta de assistência por parte do poder público, evidenciada por elas, condiciona as famílias a manterem-se numa posição de vulnerabilidade. Nesse sentido, sem o devido amparo,

muitas vezes, a família fica impossibilitada de ter uma produção agrícola suficiente em seu lote para a comercialização e, às vezes, até mesmo para sua própria subsistência.

No caso das mulheres entrevistadas, em relação às atividades desenvolvidas por elas, bem como a origem da renda familiar, em sua maioria - como observado no quadro 3 - existe a necessidade de complementar a renda com trabalho de fora do assentamento, como é o caso de três das seis assentadas que foram entrevistadas. Já em outros dois casos, a renda vem exclusivamente de fora. Sendo exceção a isso somente o caso da família da sexta entrevistada, na qual a renda é obtida exclusivamente do assentamento, como ela exemplifica

A gente planta, colhe, cria bichos: peixe, porco, galinha, cavalo, boi, vaca, ovelha. Todos os membros da família trabalham aqui no assentamento, nenhum de nós busca renda fora [...] Aqui na minha família somos em sete pessoas, então nossa renda familiar vem só do assentamento mesmo (E6, assentada do Araras IV, 07/10/2023).

Essa situação desencadeia o desenvolvimento de múltiplas e diferentes atividades no campo, levando ao que compreendemos como pluriatividade. O agrônomo José Graziano da Silva (1999) ao teorizar sobre o que seria a noção do novo rural brasileiro, tem como uma das principais premissas a ruptura (ou relativização) da representação do mundo rural atrelado à atividade agrícola. O crescimento das atividades não-agrícolas seria, portanto, uma decorrência da ampliação do mercado de trabalho urbano para áreas rurais, sobretudo mais próximas das grandes cidades. Nesse contexto, para se manterem vivas e permanecerem no campo, as famílias precisam se adaptar ao sistema e, nesse contexto, passam a ser conhecidas como pluriativas.

Essa pluriatividade pode ser percebida no caso dos assentamentos aqui em questão, uma vez que atualmente tanto as mulheres entrevistadas como demais membros de suas famílias atuam em diversas áreas, assumindo as mais diversas funções ou, ainda, desempenhando diferentes atividades dentro do próprio assentamento. Como por exemplo, alguns atuam enquanto servidores públicos, o marido de uma das entrevistadas é pedreiro, duas das mulheres definiram-se enquanto donas de casa, outro marido era professor, ou no caso da primeira entrevistada que desenvolve múltiplas atividades em seu lote

Nós estamos aqui tocando candomblé, atendendo pessoas. Eu trabalho com ervas, com plantas medicinais, tinturas, mexo com mato, sou mateira, vendo acarajé na cidade, costuro, sou cantora e compositora, faço parte de diversas associações, dou palestras (E1, assentada do Araras III, 06/10/2023).

A autora Larissa de Paula afirma que “os assalariamentos externos, de membros da família que trabalham fora do lote/propriedade também podem ser considerados como estratégias de reprodução social” (2020, p. 270). Entretanto, como pontuado, percebe-se que o desenvolvimento dessas múltiplas atividades não parte de uma iniciativa que possa ser interpretada de maneira inocente, uma vez que na realidade tratam-se de estratégias de sobrevivência por parte das famílias, em busca de renda. Sobre isso, Sant’ana (2003) destaca que o aumento dessas atividades entre famílias camponesas acabou por incentivar uma narrativa que supervaloriza uma visão do mundo rural não agrícola como uma forma de desenvolvimento para essas famílias, discurso esse que representa um perigo pois pode incentivar o Estado a não tratar como prioridade a criação de planos que estimulem estratégias rurais de cunho agrícola. Ainda sobre a pluriatividade, Paula afirma que

A pluriatividade é um recurso utilizado historicamente pelos camponeses e camponesas, de acordo com determinados contextos e o seu crescimento atual entre as famílias possui múltiplas razões. Trata-se de uma das alternativas possíveis, não é a única, e também não significa o abandono das atividades agropecuárias. Ela também representa uma forma de resistência entre as famílias, pois os(as) agricultores(as) utilizam das mesmas para a reprodução social da família e do estabelecimento/lote rural (Paula,2020, p. 270).

Nesse sentido, por mais que seja inquestionável a importância da valorização das atividades agrícolas no campo e que elas recebam todo o respaldo, é necessário ressaltar que esse espaço não se reduz à elas. Conforme provocado pela fala da quinta entrevistada, quando perguntada se havia produção em seu lote e qual seria o destino dado a ela.

Porque para mim, produção é mais que a terra, é também as pessoas, sabe? Eu gostaria que a universidade entendesse que não adianta ficar perguntando de produção num campo analfabeto. A maior de todas as produções ficou para trás, que é letrar o nosso povo (E5, assentada do Araras IV, 07/10/2023).

Essa fala toca no fundo da ferida e nos traz de volta a realidade que por vezes se perde durante a elaboração de um trabalho científico dentro da universidade, em que se exige cada vez mais a especialização de um recorte temático e com isso acabamos afunilando as perspectivas e seguindo um caminho que se delimita para atingir um dado objetivo. Além disso, essa provocação também escancara o esquecimento das perspectivas sociais sobre essa população, que deveria ser a principal preocupação dos estudos. Já neste trabalho, em que o foco está no protagonismo da ação das mulheres assentadas, a porta para a libertação e independência dessas mulheres parte da alfabetização.

Mantendo, assim, o foco nas pessoas ali presentes, outra questão apontada durante as entrevistas refere-se à dificuldade de manter os jovens nos assentamentos, problemática entendida aqui como uma das formas de materialização do processo de desvalorização dos saberes tradicionais do campo, cada vez mais deixados para trás. Além disso, o campo passa a ser visto, num processo histórico, enquanto sinônimo de atraso e retrocesso, noção advinda com base nos ideais desenvolvimentistas, como afirma Abramovay (2000), enquanto a cidade simbolizaria o progresso e a modernidade. Sobre isso a primeira entrevistada comentou

A gente tem determinadas situações nas áreas de assentamentos rurais em que a gente coloca os filhos na faculdade e eles ficam lá. O que o governo dá para a gente não traz nenhuma animação política para esses jovens, para fazer com que eles evoluam dentro do aprendizado aqui no assentamento. Com a OMAQUESP, com o MST, colocamos boa parte dos alunos dentro da UFSCar e nem a metade deles está de volta para dentro da área assentada (E1, assentada do Araras III, 06/10/2023).

Tem vários saindo daqui, se deslocando, é muito triste. Os mais resistentes vão ficando. As áreas de assentamento do Estado de São Paulo e Quilombos também, estão muito velhos, porque os filhos vão fazer faculdade e nem todos voltam para dar a sustentabilidade política, para os pais. Ficam naquele deslumbre, porque aqueles que tentam ir e voltar tem uma dificuldade muito grande para segurá-los aqui dentro, porque quando voltam não tem o meio para trabalhar e nem de botar em prática o que aprendeu na faculdade. Tudo é sobre dinheiro e tudo depende das políticas públicas, então nós temos essa dificuldade (E1, assentada do Araras III, 06/10/2023).

Visando mitigar esse processo relatado, Aguiar e Strapasolas (2010) afirmam sobre a necessidade da criação de projetos tanto intra como intergeracionais na família e na própria comunidade rural em que estão inseridas, esses que teriam potencial para possibilitar aos jovens assumirem o papel de protagonistas em benefício do espaço que vivem.

Entretanto, os autores que discutem sobre essas questões evidenciam que essa saída dos jovens é ainda mais acentuada em relação às meninas. Carneiro (2007) adverte que as mulheres saem massivamente do campo devido a diversas questões relacionadas também à própria família, estas ligadas diretamente às relações de gênero que ali estão postas. Seja porque elas recebem maior incentivo para continuar os estudos e tentarem oportunidades fora dos assentamentos - mesmo muitas vezes gostando dos elementos da vida do campo. Seja por não quererem se submeter ao intenso trabalho na lavoura ou até mesmo à autoridade do seu pai (Sant'Ana, 2003). Sobre isso, Paula argumenta que

Mas isto, por vezes, é usado como impedimento para a transmissão de herança da terra às jovens. Já que há o costume de transferir a posse da terra para os(as) filhos(as) que contribuíram para a construção de patrimônio e que efetivamente trabalharam com a agricultura. Na verdade, isso apenas encobre a discriminação de gênero, pois o trabalho deles(as) é frequentemente direcionado, desde a infância, de acordo com o gênero (2020, p. 332).

Relativo ainda a esse assunto, é possível concluir, portanto, que está em andamento um processo de êxodo rural seletivo, no qual as cidades recebem cada vez mais uma mão de obra jovem e feminina, causando, mais do que nunca, a masculinização e o envelhecimento das áreas rurais (Anjos; Caldas; Costa, 2006). Assim, conforme afirma a autora Erika Moreira, “o espaço rural está se tornando cada vez mais envelhecido e masculinizado, em face da falta de perspectiva de permanência dos filhos na agricultura e da inserção das mulheres em serviços domésticos e gerais” (2012, p. 282).

Além desse ponto, outro tema que foi discutido durante as entrevistas, mas, principalmente, abordado pela quinta entrevistada, diz respeito à proximidade do assentamento Araras IV com a zona urbana e com isso, a dificuldade da delimitação de que espaço corresponderia efetivamente à área urbana e à área rural. Essa proximidade, ou até mesmo incorporação do rural no urbano – e vice e versa; pode ser cada vez mais observada no espaço geográfico e tem sido interpretado das mais diversas formas, por diferentes autores - abordadas brevemente a seguir. Nesse processo, Graziano (1999) ao explicar sobre o que seria o novo rural brasileiro, aponta para a dificuldade cada vez maior de delimitar o que é urbano e o que é rural.

Realizando um breve histórico sobre essa situação no caso do assentamento Araras IV, a quinta entrevistada lembrou que

A cidade circulou a gente. Agora aqui atrás tem o ‘Minha Casa, Minha Vida’, um projeto que fica aqui no fundo. Então a gente ficou circulado pela cidade, mas estamos aqui na resistência, porque [aqui] é uma área boa. Não é fácil ter uma área rural no meio de uma área urbana. Era do lado, mas agora é considerado dentro [do urbano]. Não é do lado mais, porque, para o ‘Minha Casa, Minha Vida’ o prefeito teve que comprar o chão né, ele comprou o solo, ele comprou a área de baixo e fez o projeto e nós ficamos no meio. Só um exemplo da dificuldade disso, a gente não tem um agente comunitário de saúde, a gente não tem médico de família, a gente não pode ter aqui porque a gente não é nem urbano e nem rural, é um espaço em transição, uma transição para a eternidade porque a gente não vai sair daqui. Esses são exemplos de coisas que a burocracia impede em relação à saúde. Agora em relação à água, nós fizemos um acordo na prefeitura porque aqui tem água potável como se fosse urbano, ao mesmo tempo que a gente pegou Pronaf e ajuda habitação, do INCRA, como sendo rural. Então a gente fica realmente numa área de transição atualmente (E5, assentada do Araras IV, 07/10/2023).

Ricardo Abramovay (2000) elucida que devemos compreender a ruralidade como um conceito territorial, na qual o campo não mais seria definido em oposição ao urbano, mas sim a partir de sua relação com a cidade. Ou seja, estar atento para perceber qual a dinâmica do rural na região, pensando no contexto e não isoladamente.

Robert Redfield (1989), no entanto, defende que ao longo da mudança da sociedade agrária para urbana haveria um processo de continuidade, um continuum. Uma passagem nítida da vida rural para a urbana. Entretanto, aqui sustento o trazido por Carneiro (2008), que, em contraposição, diz que na realidade está cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais. Dessa forma, tal processo não resultaria numa homogeneização que reduziria a distinção entre rural e o urbano a um continuum dominado pela cena urbana. Seria precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do agrário, e na tendência à transformação uniformizadora das condições de vida no campo, como pode ser observado nos assentamentos.

Essa relação de proximidade ao mesmo tempo em que se mantêm suas diferenças, dada ainda a situação de vulnerabilidade que algumas famílias se encontram nos assentamentos, junto ao imaginário criado pela narrativa midiática que por sua vez vilaniza os movimentos sociais e seus integrantes que ocupam as terras improdutivas, faz com que as pessoas da cidade discriminem os membros dos assentamentos, como relatado pelas entrevistadas.

Ao ser questionada sobre essa questão, a terceira entrevistada prontamente respondeu que “tem preconceito sim, eles acham que quem mora aqui não presta, é bandido. Minha irmã mesmo, nunca veio aqui, o marido dela não deixa, eles têm medo”. Já a segunda entrevistada também compartilhou fortes histórias em que foi discriminada, inclusive por servidores municipais ao buscar respaldo jurídico. Chamados pejorativamente de “pés vermelhos”, ela e seus filhos já foram restringidos de entrar e circular em determinados lugares, além de ela ter sido ridicularizada na faculdade, pelo próprio professor.

Esses relatos tornam evidente as constantes jornadas de resistência que para ser assentado no Brasil precisa-se enfrentar. Resultado de trajetórias marcadas por muita força e intensa luta coletiva, em busca de, para além da conquista, que possam desfrutar de seus direitos efetivamente, na prática. Isso inclui o acesso à terra, à moradia e aos instrumentos básicos para uma vida digna

nessas áreas, bem como serviços essenciais, como o acesso à saúde e educação pública e de qualidade para essas comunidades.

### *3.3.1.2 O “ser mulher” no meio rural*

O segundo eixo a ser apresentado e discutido como apresentação dos resultados, tem relação direta com o que foi compartilhado pelas assentadas na terceira parte das entrevistas. Assim, abordando tanto sobre as percepções delas quanto às diferenças percebidas enquanto mulheres nos assentamentos rurais de Araras, quanto os processos desencadeados a partir dessas óticas. Uma breve sintetização de algumas dessas respostas também pode ser vista no Quadro 3.

Em alguns casos, durante as entrevistas - que ocorriam de forma orgânica, utilizando o roteiro apenas como um guia das questões a serem tratadas; as mulheres já relatavam alguns tópicos e dificuldades, antes mesmo de eu perguntar diretamente sobre aquilo. Isso ocorreu sobre as questões de gênero em diversos momentos. Nesse sentido, logo de início a primeira entrevistada ponderou

A mulher é rainha quando coloca a mão na terra, porque de todo jeito ela trabalha em dobro. Ela vai para a roça, mas também tem que lavar, passar, cozinhar, entendeu? Vai carpir, molhar, plantar. Ela ainda é, na minha concepção, no meu modo de ver, e com muito carinho, a mulher ainda é mantenedora na roça (E1, assentada do Araras III, 06/10/2023).

A segunda entrevistada, por sua vez, já nos primeiros minutos de conversa, quando começou a contar sobre sua história no assentamento, compartilhou que dentre todas as dificuldades enfrentadas naquele momento inicial, fazer parte da associação dos assentados - para que, juntos, lutassem por melhorias que atingiriam a todos enquanto comunidade que se organizava; foi das situações mais desafiadoras, pois foi diminuída pelo grupo, exclusivamente por ser mulher, conforme relatado.

Aqui no começo foi muito difícil. Na primeira reunião da associação que eu participei, eu fui ameaçada fisicamente porque eu tinha voz e me posicionava, por ser mulher [...] O problema da visão da mulher no assentamento é que eles ainda têm aquele pensamento feudal de que mulher tem que ficar em casa cozinhando, trabalhando, só dentro de casa (E2, assentada do Araras IV, 06/10/2023).

Somente com essas falas iniciais já foi possível perceber a opinião delas em relação ao que a sociedade espera do posicionamento e comportamento da mulher, ou seja, da execução de seu papel social, este, atribuído a ela já ao nascer.

Isso porque, conforme já introduzido, nesta pesquisa, adotamos a concepção de gênero proposta por Joan Scott (1990), que o concebe como uma construção relacional configurada a partir das diferenças percebidas entre os sexos. Consequentemente, assumimos que essas disparidades, socialmente construídas, estabelecem uma oposição entre mulheres e homens, resultando em relações de dominação e subordinação, uma vez que as relações de gênero são relações de poder. Portanto, ao rejeitar o determinismo biológico, reconhecemos que os papéis sociais que moldam as identidades de homens e mulheres são internalizados e incorporadas por eles ao longo da vida (Scott, 1990).

Logo, durante as entrevistas, ao serem questionadas se, segundo elas, haveria uma divisão de tarefas no assentamento que determinasse o que seria trabalho do homem e o que caberia às mulheres, as respostas foram muito diversas, gerando interessantes reflexões a serem debatidas mais adiante.

Então, na sociedade existe muito preconceito quanto a isso. Os meninos acham que tem essa divisão, do que o homem pode fazer e do que a mulher pode fazer na parte rural. Ou seja, tem mais machismo, enquanto a representação. Mas quanto ao serviço, efetivamente, a mulher na roça 'rala' que nem um homem e, assim, muitos homens deixam as mulheres trabalhando na lavoura, a gente já viu várias e várias vezes, mulheres trabalhando plantando, cuidando dos bichos, disso e daquilo. Enquanto o homem está no centro cuidando de questões no banco, de alguma coisa assim. Então os outros falam 'mas é serviço de homem', cara, se você for aqui no assentamento mesmo a gente tem várias mulheres que são o arrimo da família porque, realmente, elas não têm registro de ganho, mas o trabalho a maioria aqui faz (E2, assentada do Araras IV, 06/10/2023).

Tem mulher aqui que faz serviço de homem sim. Faz a mesma coisa que o homem. Aqui em casa não, cada um faz uma coisa. Eu não cuido de coisa de homem não. 'Que nem', o trabalho de homem aqui é carpir, plantar, colher o milho, tirar mandioca, eu não consigo fazer essas coisas, eu molho as plantações, mas essas coisas mais pesadas eu não faço não. Eu tomo conta de tudo da casa (E3, assentada do Araras III, 07/10/2023).

É meio a meio, é dividido. Quem cuida do terreno é meu marido e meu filho. Quem cuida da casa sou eu, e da criação dos filhos e netos também. Nisso eles não participam, eles não participam de nada não (E4, assentada do Araras IV, 07/10/2023).

Eu quando fiz meu TCC eu queria muito estudar sobre isso, mas na verdade eu estudei a vida toda né? E em 90 dias eu escrevi na forma deste trabalho. Tem separação sim, mas quando o sistema trava, como travou nos últimos anos, a mulher tem uma coisa, que eu não sei como dizer isso em uma palavra, mas o homem entra

em um momento de crise permanente, da agricultura, ele entristece muito. E hoje, o campo é levado mais pelas mulheres. O programa de aquisição de alimentos, por exemplo, o PAA, mudou a paisagem no campo, mudou completamente. Porque as mulheres começaram a trabalhar mais em volta de suas casas. E por que a mulher trabalha em volta de casa? Pelo simples fato de poder ouvir a criança que chora, para poder ficar mais próximo aos filhos. Então faz grandes ocupações de terra, mas acaba sendo a mesma paisagem geográfica em que viveu a sua avó, que viveu a sua mãe, que é o espaço onde a maioria do lote é do homem e em volta da casa é dela, só que hoje a terra pertence a mulher (E5, assentada do Araras IV, 07/10/2023).

Não, é tudo igual, o que ele tem que fazer, eu também tenho que fazer. Não tem nenhuma diferença do outro, a gente carpe igual, planta igual, todo mundo faz tudo aqui [...] Eu faço de tudo um pouco, as meninas [filhas] ficam com a parte da casa, na cozinha, já eu, meu esposo e meus filhos ficamos com a parte de fora [...] Hoje muitas mulheres tomaram a frente de tudo mesmo na roça (E6, assentada do Araras IV, 07/10/2023).

Apesar de nem todas responderem que há sim, necessariamente, uma divisão, ao analisar mais profundamente seus discursos percebe-se que, até mesmo justificando o por que não seria dividido - na visão delas; várias das respostas eram respaldadas em argumentos que por si só separam atividades que seriam femininas ou masculinas, garantindo que as mulheres lá também fazem “serviço de homem”, ao se referirem a atividades relacionadas ao terreno e que exigissem maior força física. Isso ocorria sem que elas mesmas pudessem perceber que a distinção estava ali posta e, portanto, já tão imbricada e enraizada, que passava despercebida entre os relatos. Entretanto, essa era a forma de comunicar que a mulher trabalha arduamente, até mais que os homens, ao pensarmos nas jornadas de trabalho e nas múltiplas esferas que englobam.

Nesse contexto, aqui concorda-se com Paula de que “as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são indissociáveis, e juntas formam o sistema de divisão sexual do trabalho” (2020, p. 125), em concordância com Hirata e Kergoat

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (2007, p. 599).

Com isso, as esferas econômica e doméstica alimentam-se, reciprocamente, a partir da perpetuação das desigualdades de gênero, discriminando e hierarquizando o trabalho realizado por homens e mulheres. Essa separação fundamenta-se em dois princípios, que seriam a divisão e a

hierarquia (Hirata; Kergoat, 2007), que acabam por ser internalizados e intensificados nas relações no campo. Entretanto, Larissa de Paula afirma que

Por mais que o espaço rural ainda mantenha características masculinizadas com a supervalorização do trabalho do homem em detrimento das atividades femininas, existem fissuras que estão colocando as mulheres e o seu trabalho em evidência. Algumas mudanças ocorrem de modo mais lento e sutil, mas estão em processo e devem ser valorizadas. Estas fissuras provocam a desestabilização do sujeito sexuado generizado no campo, permitindo contínuas construções e desconstruções sobre o que é ser mulher ou homem rural e possibilitando o enfraquecimento das dicotomias que têm ao longo dos anos relegado a trabalhadora rural à categoria de uma ajudante invisibilizada (Paula, 2020, p. 328).

Portanto, na prática percebemos o enfraquecimento dessas dicotomias com o relato da maioria das mulheres que realizam as mais diversas tarefas nos assentamentos, sem restringir-se a quem essa atividade “deveria” ser atribuída. Reforçando a noção de que, por esse caminho, conforme apontado por Lazzaretti, “a participação é necessária, mas o protagonismo é a condição fundamental para a libertação da mulher” (2021, p. 92).

Partindo da concepção que os espaços dos assentamentos rurais concentram, na mesma área, tanto o trabalho reprodutivo como o produtivo, assumimos aqui que “para as mulheres rurais, os dois tipos de trabalho são indissociáveis” (Paula, 2020, p. 130), exatamente como pode ser visto nestes últimos relatos.

Ainda sobre as atividades realizadas por elas, quando questionadas sobre suas jornadas de trabalho todas compartilharam rotinas árduas de diversas tarefas. Contudo, as duas mulheres que responderam que não trabalhavam, mas eram donas de casa, ao descreverem suas jornadas, evidenciaram rotinas exaustivas que são, na realidade, trabalho não remunerado, desenvolvidos tanto na esfera doméstica, bem como na do cuidado.

Acordo às 5 da manhã, esquento a comida pro meu esposo e meus filhos, depois cuido das galinhas, dos passarinhos, aí já limpo a casa, e assim vai [...]. Eu acho desafiadora a sobrecarga na jornada de trabalho, é bastante cansativo, além da solidão que eu sinto (E4, assentada do Araras IV, 07/10/2023).

Eu acordo às 6 horas da manhã, preparo o café da manhã e já saio para cuidar dos cachorros, tem que limpar, lavar, depois eu lavo roupa, vou limpando a casa, faço o almoço, a rotina é essa daí. Quase não saio daqui, só quando eu vou ao dentista ou ao médico, lá na cidade [...]. Eu acho que assim a mulher ajuda bem o homem (E3, assentada do Araras III, 07/10/2023).

Essa última colocação, demonstra que ainda existe uma noção ultrapassada posta na lógica rural - nesse caso, internalizada por parte da própria assentada; de que o homem é quem trabalha. Ao passo que, o trabalho da mulher, invisível, é declarado enquanto uma forma de ‘ajuda’ às atividades desenvolvidas por ele. Essa situação serve bem para exemplificar a importância fundamental, para a superação dessa ideia, da institucionalização da profissão, através da inclusão da categoria da mulher rural enquanto trabalhadora. Sobre isso, Brumer destaca que “no início consideradas como ‘dependentes’, seja dos pais ou dos maridos, passam paulatinamente a serem vistas como ‘autônomas’, portadoras de direitos individuais, o que lhes permite serem incorporadas como beneficiárias da previdência social” (2002, p. 52).

Já sobre a tomada de decisões nas famílias assentadas, foi unânime a resposta de que cabe ao marido as escolhas relacionadas, principalmente, às negociações comerciais, percebendo-se com nitidez o processo apontado por Paula, de que “a cultura machista presente em muitas famílias ainda impede que algumas mulheres participem das decisões sobre o que é gasto com o dinheiro e no que vale a pena investir” (2020, p. 131). Sobre isso, as assentadas opinaram

Eu acho que hoje a gente está tendo uma mudança. Está tendo um pouco mais de consciência na hora de tomar as decisões. A minha família aqui é matriarcal, mas é uma exceção, porque aqui dentro da comunidade assentada ainda existe muito enraizado o machismo. No sentido de que o homem que manda e não adianta a gente florear, falar que está mudando, tudo bem está mudando, mas é pouquíssima coisa, infelizmente ainda há muito machismo (E2, assentada do Araras IV, 06/10/2023).

É uma questão cultural, né? Ainda pertence ao homem a negociação. Foi por causa disso que a gente lutou muito pela venda institucional pertencer a mulher, tem que ser das mulheres. Porque se tem uma vaca e a vaca vai ser vendida, lógico que quem está na rua, nos bares, na praça, é o homem, então quem faz negócio é sempre o homem. Mas tem mulheres que quebram essa regra, viu? Agora, quando tem horta, pequenos animais, isso pertence muito ainda à mulher. Você não vê boi de engorda, você não vê lavoura de café sendo vendida por mulheres. Onde entra essa renda maior ainda é do homem (E5, assentada do Araras IV, 07/10/2023).

[...] Porque os homens às vezes pensam que estão fazendo as coisas certas, mas a gente vê as coisas por outro lado, que não é assim do jeito que eles pensam. Eu acho que se o marido ouve a mulher, ouve a opinião dela, eu acho que a mulher dá bons conselhos, ajuda a manter tudo organizado, influencia em tudo (E3, assentada do Araras III, 07/10/2023).

Visivelmente relegado ao homem o poder das decisões e negociações, algumas das mulheres assentadas compartilharam que, na experiência delas, existe o diálogo entre os membros da família, mas a palavra final cabe sempre ao marido.

Outro aspecto, ligado também a isso, que, coincidentemente, foi comentado por algumas delas, foi a visão de que a mulher demonstra maior cuidado ao considerar as ações a serem empreendidas em certas situações, em contraste com o homem, que tende a agir de forma mais impulsiva, sem uma reflexão aprofundada sobre as consequências de suas escolhas. Nesse contexto, destacaram que elas contribuem significativamente para uma maior organização tanto das ideias como das atitudes, assegurando uma ação mais cuidadosa e ponderada, isso quando são ouvidas e têm suas opiniões consideradas. Com isso, conforme pontuado por Paula

É inegável as assimetrias de poder nas relações e decisões, bem como na valorização laboral, porém, não se deve atribuir à estas mulheres uma condição de vítimas resignadas. Elas estão em constante movimento de enfrentamentos e conquistas por direitos que foram injustamente negados por longo do tempo para elas, contestando, assim, o status de inferioridade (2020, p. 273).

Outro ponto extremamente relevante de nossa conversa, diz respeito a forma que elas entendem a valorização de suas jornadas de vida e trabalho enquanto mulheres rurais e como percebem isso perante sua própria família, no assentamento e em sociedade. Cinco das seis entrevistadas garantiram que se sentem invisibilizadas, conforme pode ser observado nos depoimentos a seguir.

Eu acho que não é [valorizado] não. Eu não acredito não, porque o machismo ainda impera e se impera dentro da família imagina do lado de fora. Os próprios homens dentro da roça não valorizam (E1, assentada do Araras III, 06/10/2023).

Não. Não mesmo. O trabalho menos valorizado é o do assentado, mas principalmente da assentada, porque se você pega um titular de lote que é homem, ele tem autonomia de ir lá no ITESP e colocar ou tirar o nome de qualquer pessoa da família, de quem ele bem quiser e ele pode ter total poder de tudo que tiver que fazer aqui. Agora, se a mulher for titular do lote, qualquer movimentação dela tem que ter assinatura do marido. Então burocraticamente essa autonomia não é legitimada. Tudo bem, pode até existir a lei que garanta isso, mas na prática não funciona da mesma forma, porque fazem isso com a mulher, eu não entendo se você pegar a mulher ela tem a mão calejada tanto quanto o homem [...] As mulheres dentro do assentamento são muito mais limitadas na parte burocrática do que o homem. Mas na parte do trabalho, aí não tem diferença não, porque a mulher bate de pau a pau na enxada (E2, assentada do Araras IV, 06/10/2023).

Não, não é valorizado. O homem acha que só ele deve ter voz, a mulher muitas vezes não tem valor (E4, assentada do Araras IV, 07/10/2023).

Ele é valorizado de uma maneira pejorativa, porque se entende muito que a mulher trabalha o auto consumo, você trabalhadora no campo tem que ter galinha para ela mesma, tem que ter uma horta para família, ter ervas medicinais se caso alguém ficar doente, então

quando você olha no lote e vê tudo isso você acha que a mulher é uma trabalhadora, mas não é pensado no sentido financeiro e econômico dela, porque é um trabalho não remunerado e tem como a gente transformar esse trabalho não remunerado no trabalho remunerado. De maneira cultural, o Estado não faz isso porque se ele tira a mulher desse trabalho não remunerado, ela fica poderosa demais, né? Então eles não têm essa intenção (E5, assentada do Araras IV, 07/10/2023).

Em alguns lugares é, em outros não. As pessoas acham que quem faz mesmo são os homens, mas não é, se for ver de perto quem está fazendo, quem faz tudo acontecer mesmo é as mulheres (E6, assentada do Araras IV, 07/10/2023).

Essas falas têm o poder de demonstrar que, mesmo diante de intensas jornadas de trabalho a que as mulheres são submetidas, elas continuam sem receber o devido reconhecimento e remuneração - como muito bem pontuado pela quinta entrevistada. Processo que constitui a invisibilidade do trabalho feminino no campo. Por isso, em busca de evidenciar essas jornadas, as participantes da pesquisa foram convidadas a fotografarem algo que as representa-se enquanto mulheres rurais, de maneira a compreendermos sobre os espaços que produzem em seu cotidiano.

### 3.3.2 As geo-foto-grafias das mulheres assentadas

Antes de apresentar as fotografias, pensando aqui sobre a produção desses espaços rurais, faz-se necessário a superação da compreensão dos lugares, como teorizado por Doreen Massey (2000), enquanto fechados, finalizados em si, ou até mesmo isolados. Para na realidade entendê-los como uma mistura diversa de todas as relações e trocas que ocorrem no espaço, em um sentido global de lugar e, portanto, “composto pela intersecção de correntes e interações” (Paula, 2020, p. 342).

Seguindo essa lógica de interpretação, permito-me traçar um paralelo em relação ao que Massey (2008) aponta sobre os mapas, à noção de fotografia trazida nesta pesquisa. Uma vez que, aqui, esta última entendida enquanto uma forma de representação do espaço - bem como a cartografia; é produzida pelos sujeitos, estes – como já abordado anteriormente; imbricados de suas intencionalidades, intrínsecas à humanidade e a cultura dos indivíduos. Conforme colocado por Seemann (2012, p. 69) “mapas são textos culturais, e não espelhos do mundo, embora eles ajudem a fabricar realidades”, a fotografia também já foi interpretada, em seu início, como a própria realidade em si, mas entendemos aqui que ela é fabricada e carregada de subjetividades de quem a produziu.

É dessa mesma forma que Massey, ao teorizar sobre as cartografias situacionistas, ou seja, que levam em consideração toda essa dinâmica dos lugares, afirma que seu objetivo, seria, portanto, “quebrar paradigmas e dicotomias, desorientar, desfamiliarizar, provocar uma visão a partir de um ângulo inusitado. [...] o espacial é uma arena de possibilidades.” (2008, p. 163), da forma que se pretende aqui com as geo-foto-grafias, produzidas pelas próprias mulheres assentadas. Isso porque, conforme defendido por Paula, “nós somos seres espaciais, estamos constantemente em movimento e vivenciando espacialidades” (2020, p. 81).

Portanto, partindo do entendimento que experienciamos o mundo através do nosso corpo, em primeira instância, nossas práticas espaciais, ao entrelaçarem corpo e espaço, nos permite refletir sobre usos diversos da fotografia e de suas interpretações. Ainda fazendo um paralelo com os mapas, também devemos lembrar que está implicada uma relação também com o tempo, na fotografia, garantindo que ela seja, ao mesmo tempo, espacial e temporal.

Outro ponto de atenção seria o poder contido nisso, uma vez que a fotografia se torna capaz de contar uma narrativa tomada por intencionalidades, que podem privilegiar a visibilidade de algumas perspectivas em detrimento de outras. Sobre isso, apoiando-nos em Rose (1993) que, ao complexificar as relações de poder, apontando seu caráter complementar e contraditório, certifica que os elementos posicionados na ala mais fraca, por sua vez, não seriam passivos, mas sim também dotados de poder, que seria, nesse caso, a resistência, promovendo, portanto, transformações. Seria através desse mecanismo que, segundo Paula, aconteceria “uma subversão que permite àqueles(as) que se encontram sob controle e submissão, de empoderarem-se e reverter estas relações assimétricas” (2020, p. 329).

Nesse sentido, trazendo para o nosso recorte, as mulheres assentadas participantes desta pesquisa manifestaram essa resistência através de sua atuação cotidiana, deslocando-se de um lugar de submissão e dependência, ao demonstrarem sua força e atuação no assentamento e em seu lote de diversas formas, contribuindo para a renda familiar e zelando pela garantia da integridade, dignidade e bem estar da sua família como um todo, bem como de sua comunidade, conseguindo, desta forma, subverter sua condição de inferioridade. Estratégias essas que, da mesma forma que o espaço e as relações de gênero, permeadas pela fluidez, estão em constantes reconstruções e adequações, e com isso, não finalizadas.

Diante disso, ao considerarmos que, para além de uma lógica patriarcal e heteronormativa, as relações de gênero, ao se entrelaçarem com as dinâmicas sociais, controlam e organizam;

contudo, simultaneamente, manifestam resistência e reinventam o espaço (Franco García, 2017), e é exatamente isso que as fotografias registradas por elas demonstram, como poderá ser observado a seguir.

Em busca de dar visibilidade às resistências citadas, assim como as noções apresentadas pelas Geografias Feministas, visamos destacar os sujeitos e identidades que são muitas vezes esquecidas. Com base em todo exposto até aqui e partindo da metodologia já abordada anteriormente, as mulheres participantes desta pesquisa registraram, nos dias que se seguiram após as entrevistas, o que consideraram ser uma imagem que as representasse enquanto mulher rural.

Essa iniciativa entra em consonância com o trazido pela geógrafa feminista Gillian Rose (2001) ao propor que a visualidade na geografia esteja articulada com os significados culturais, as práticas sociais e as relações de poder, isso é, considerando as tramas por trás e para além do visível nas imagens, com isso, devemos pensar as fotografias também evocando os processos presentes ali.

As fotografias desse trabalho que mostram a identidade das pessoas, possuem a devida autorização por meio dos termos de uso da imagem. Além da produção e envio das geo-fotografias, solicitei também que junto elas me enviassem uma breve mensagem com a interpretação delas mesmas sobre a imagem. Isso porque, cada sujeito com suas subjetividades, especificidades e repertórios simbólicos, são capazes de interpretar as fotografias das mais infinitas formas (Pidner, 2017). Portanto, aqui preferi acessar também a significação de forma mais literal que as levou a produção daquela imagem apresentada, para então, assim, agregar a subjetividade da pesquisadora através da minha própria interpretação.

Com isso, o momento de interpretação das fotografias tem sua relevância pois considera as múltiplas percepções possíveis através desse momento, de forma a agregar às reflexões trazidas pelos relatos compartilhados durante as entrevistas.

Nesse sentido, assim como no trabalho de Debora Corrêa (2019) a fotografia é entendida nesse trabalho “não como um registro das aparências, mas como catalisadora de processos sociais, onde também estão inclusas a fala e a imaginação, a fim de redefinir a própria concepção de representação de si e dos seus pares” (p. 18), acrescento à essa concepção apenas o fator espacial.

A fala nesta pesquisa já foi contemplada através das entrevistas e dos temas discutidos a partir delas. Agora, em relação a imaginação, além de provocada pelo próprio processo fotográfico ao refletirem sobre a escolha do que capturar com a câmera para representar sua identidade

enquanto mulher rural; também pôde ser explorada na última pergunta da entrevista, que questionava qual seria o sonho da entrevistada. Ambos processos serão abordados a seguir com a apresentação das geo-foto-grafias.

O uso da fotografia nesse trabalho além de tudo que já foi pontuado, tem também a intenção de servir enquanto estratégia de divulgação da atuação desses grupos, conforme também feito em outros trabalhos.

Os registros fotográficos são reconhecidos como uma estratégia de inclusão, pois revelam uma dimensão invisível da informação sobre uma dada realidade, conferindo a esta sentido. Daí a relevância da imagem como testemunho, de representar tudo o que se vê ao mesmo tempo e o que de fato subsiste. Sob esse aspecto, a fotografia pode ser considerada como uma ferramenta importante de enfrentamento às culturas hegemônicas, as quais têm provocado a extinção de culturas demográfica e economicamente mais vulneráveis (Nogueira et al., 2023, p. 620).

Assim, a seguir, apresentaremos as geo-foto-grafias capturadas pelas mulheres assentadas em Araras. Buscaremos compreender a multiplicidade de espaços por elas produzidos ao unir suas interpretações e considerar seus sonhos, oferecendo uma visão mais abrangente desse cenário.

### *3.3.2.1 Geo-foto-grafia da assentada 1 – espaços de ancestralidade*

A primeira entrevistada, ao compartilhar comigo sua foto (fotografia 8), encaminhou junto a mensagem que, segunda ela, seria sua interpretação que explicaria o porquê de se sentir representada, enquanto uma mulher rural, por esse recorte feito no tempo e no espaço, através desta imagem.

Ser mulher preta, mulher da roça, sacerdotisa de matriz africana, ser atuada dentro dos conceitos de discutir agricultura familiar, vai muito além do que a expectativa de outros que convivem no urbano. Não que o urbano não pense, mas pra mim são duas frases: o que nós plantamos na roça, é o que vosmecês comem. Então, dentro dessa importância, pra mim, o que mais vale, é o respeito ao ser humano, respeito à vida das mulheres guerreiras dentro de suas hortaliças, dos seus matos, de suas plantinhas, dentro da pluralidade do corpo, literalmente cuidar do bucho, do estômago do ser humano. A alimentação e a saúde é a priore, porque nós somos o que nós comemos, o que nós nos alimentamos, a mulher da roça só pensa assim (E1, assentada do Araras III).

**Fotografia 8:** geo-foto-grafia da entrevistada 1



**Fonte:** cedida pela entrevistada 1, 2023.

A partir tanto da fotografia, como da interpretação, apresentadas por ela, nota-se o destaque dado à alimentação. Dessa forma, ao observarmos os elementos da imagem vemos uma mesa farta e colorida, bem como rodeada de pessoas, prestes a se nutrirem com aquele alimento. Além da fundamental representação da alimentação e da importância de nutrir o corpo para,

primordialmente, manterem-se vivos, a imagem também nos leva a refletir sobre a união e a coletividade, colocando em pauta as noções de família e também de soberania alimentar.

Os processos que levaram até a constituição desse momento – ainda que não possam ser vistos na imagem; dizem respeito a lutas coletivas nos assentamentos e muito trabalho e suor dos assentados para concretizar-se, conforme compartilhado por ela ao decorrer da entrevista. Comprendemos, portanto, que abastecer aquela mesa não tem sido tarefa fácil, mas através de toda atuação conjunta dos membros da família e da comunidade assentada, têm se tornado possível.

Para além da aquisição em si, desses alimentos, sejam plantados pelos próprios assentados(as) ou vindos de outras origens, subentende-se que o preparo daquela refeição provavelmente foi proveniente de trabalho das mulheres, uma vez que essa tarefa é tida como feminina, conforme relatado pelas próprias assentadas.

Ainda sobre a importância aqui da alimentação, tratando-se dessa entrevistada em específico, enquanto mulher negra e sacerdotisa de matriz africana, mais especificamente do candomblé, é fundamental destacar que, para essa religião, a comida tem também seu valor simbólico enquanto sagrada, tratando, portanto, de nutrir não somente o corpo, mas também sua espiritualidade. Sobre isso, Souza pontua

A comida no cenário religioso ou fora dele, agrega não apenas valores simbólicos, mas também revela aspectos da identidade de um grupo. Por meio da linguagem, as representações simbólicas da comida de Santo são transmitidas, assim como os rituais de preparação e oferendas (Souza, 2019, p. 12).

A comida, sendo compreendida também enquanto expressão cultural, acaba por representar, segundo Fabiana Corrêa e Maria Oliveira, “uma forma de resistência importante na busca da identidade racial através do alimento” (2021, p. 139).

Quanto a este assunto, também é relevante destacar que “as cozinhas de matriz africana possuem seus ‘fundamentos’ e isso faz com que sejam mantidas técnicas das cozinhas ancestrais, com origem na África” (Correa; Oliveira, 2021, p. 136). Dessa forma, torna-se evidente que esses alimentos desempenham o papel - reconfigurado no Brasil; de servir enquanto um elo entre a comunidade e sua ancestralidade (Souza Junior, 2014). Nesse sentido, cabe lembrar que a assentada também é vendedora de acarajé, este, um dos alimentos que simbolizam a ancestralidade negra no Brasil.

Ancestralidade essa que resgata a história desse povo e tem íntima relação com a religião. Por isso, atribuiu-se aqui, os espaços produzidos pela primeira entrevistada, como espaços de ancestralidade, uma vez que ela aflora e se manifesta de diversas formas por ela e entre as pessoas que a rodeiam, com isso, manifestando a identidade racial e social negra, validando sua existência em um cenário social capaz de fortalecer o movimento e as particularidades ligadas a ele.

Perpassada, portanto, por todas essas vivências, finalizo aqui sobre as contribuições desta assentada ao comentar qual seria seu sonho, ao que, prontamente respondeu: “meu sonho é a igualdade e o respeito entre os seres humanos”. Destacando ainda, o respeito, especialmente, à mulher da roça, às pessoas negras e a comunidade LGBTQIAPN+. Por fim, pontuou também que, por mais difícil que seja, não devemos perder a esperança na possibilidade de melhoria das condições de vida e sobrevivência diante das dificuldades que estamos enfrentando no planeta como um todo, somente a luta e o constante movimento poderá nos manter vivos.

### *3.3.2.2 Geo-foto-grafia da assentada 2 – espaços de direito*

A segunda entrevistada registrou uma cena que desencadeia, aqui, interessantes possibilidades de interpretação a serem refletidas. Mas, primeiramente, apresento a interpretação trazida por ela mesma.

De todas as fases e faces da vida não perca seu precioso tempo... assim como a terra tem o poder da cura, sua alma restabelece o mais importante de tudo... o vínculo do amor à vida. Então viva e espalhe sua energia (E2, assentada do Araras IV).

No registro (fotografia 9) podemos ver, em destaque no primeiro plano, uma folha seca, caída no solo em que pedras e terra se misturam. Já ao fundo, é possível visualizar as construções que são as casas do seu loteamento, bem como as árvores que rodeiam essa área. Essa imagem, produzida por ela para representá-la, junto à sua interpretação, permite refletirmos sobre a passagem do tempo através de fases, que corresponde aos ciclos de vida e, conseqüentemente, de morte. De maneira mais prática, baseado também nas conversas com a assentada assim como durante a entrevista, é possível perceber que essa escolha tem muita relação com toda a história que foi compartilhada por ela, tanto a respeito de sua própria trajetória de vida - que envolveu dificuldades e superações dessas etapas; e sua jornada em Araras e no próprio assentamento rural.

**Fotografia 9:** geo-foto-grafia da entrevistada 2



**Fonte:** cedida pela entrevistada 2, 2023.

Ela, que nasceu no município de São Paulo, aproximou-se do mundo rural somente a partir de sua mudança para o interior do estado, quando começou a morar em Araras. Foi nesse momento que, segundo ela, passou a fazer parte de uma grande família rural, que é a família do seu sogro. Conforme já relatado, para assegurar o cadastro da terra para eles pelo ITESP, foi preciso entrar no loteamento o mais rápido possível, junto com seu marido, garantindo o direito ao lote para toda a família. Posteriormente, marcada, inicialmente, pela vinda de seus filhos, depois de seus sogros e, por último, de seus cunhados, totalizando ao final vinte e duas pessoas, da mesma família, para morarem naquele lote.

Com isso, conforme explicado por ela, principalmente a partir da chegada do sogro, o lote – que, institucionalmente, já pertencia a ele; passou, agora, concretamente a ser de posse do pai do marido dela, de forma também simbólica. Isso porque, antes de sua chegada, havia ficado acordado

entre eles que a assentada, aqui participante da pesquisa, e seu marido, cuidariam daquela terra até seu sogro ter condições de se mudar para lá, efetivamente, o que aconteceu somente dois anos depois.

Logo, as funções que eles atribuíam até então ao lote, foram ressignificadas. Nesse processo, entendemos que fica estabelecida uma relação de parceria entre os filhos e o pai (Carneiro, 2001) uma vez que, nesse caso, com a presença do pai foi feita uma divisão, a respeito do usufruto, sobre uma parte da terra, delimitada de maneira informal por ele. Com isso, mudam-se os moldes da produção pela família que, com o espaço restrito, deixou de produzir efetivamente, para manter apenas uma horta para consumo próprio, somente. Segundo a própria assentada, um hectare seria pouco para atender às demandas de atividades a serem desempenhadas por uma família tão grande, com múltiplos interesses.

Com isso, diante de todos esses processos e formas que foram modificadas em sua história, e compreendendo aqui o tempo enquanto constituição de uma parte da experiência humana capaz de regular e ordenar a vida em sociedade (Elias, 1998), entendemos que a assentada materializou sua experiência na imagem produzida.

Considerada aqui, por mim, enquanto produtora de espaços de direito, refiro-me tanto à graduação que ela cursa, mas para além disso, sua motivação enquanto futura advoga que sonha em poder lutar – também institucionalmente e pelo viés jurídico; pelos direitos dos assentados rurais, pelos seus.

Motivada por diversas opressões já vivenciadas por ela enquanto mulher assentada – que foram compartilhadas durante a entrevista; e se comprometendo a não permitir que mais ninguém tenha seus direitos em relação ao acesso à terra e a moradia negados, ela que - atualmente está em fase de conclusão de sua graduação em direito, e trabalhando enquanto servidora pública; garante que “meu sonho é, quando eu me formar, que eu possa mostrar a força da mulher dentro do assentamento e que, acima de tudo, que o assentamento não se sinta prejudicado e desamparado, como eu já me senti”.

### 3.3.2.3 Geo-foto-grafia da assentada 3 – espaços de empatia

A terceira entrevistada, a partir de sua fotografia e relato sobre sua escolha, a princípio, direciona nossos olhares para o que seria fruto de seu cuidado com seu lote e suas plantas, entretanto, buscaremos discutir o que está além da fotografia. Sobre a escolha, ela nos revela que

Essa foto me representa porque quando eu cheguei aqui não tinha nada plantado, como eu falei pra você era só toco revirado, e aí a gente foi plantando, como eu falei, ganhamos essas mudinhas bem feinhas, e eu fui cuidando delas, e foi o que eu comecei a cuidar primeiro, e então hoje elas estão lindas desse jeito. Isso me representa muito aqui porque foi a primeira coisa que a gente plantou. Era tudo muito feinha, mirradinha, e com bastante amor que eu tenho pelas plantas, pelos animais, por tudo, então elas representam muito eu, aqui nesse lugar e nesse momento (E3, assentada do Araras III).

**Fotografia 10:** geo-foto-grafia da entrevistada 3



**Fonte:** cedida pela entrevistada 3, 2023.

Na foto, podemos observar o caminho de entrada para o seu lote, pelo ponto de vista da casa para o portão. Com isso, evidencia-se tanto esse trajeto como o caminho formado pelas árvores que, como ela mesma explicou, foram plantadas ainda na forma de mudas e que com todo o tempo dedicado pela assentada para cuidar delas, atingiram grandes altitudes, conforme visualizado. Somente com isso, já se nota a preocupação dela com a conservação da natureza, na foto, materializada no cuidado com as plantas e o espaço físico de seu lote, e na sua fala, também com os animais.

Acrescento aqui ainda - conforme trazido por ela durante a entrevista, em que ressaltou seu papel enquanto dona de casa; que, ao descrever sua rotina e, portanto, sua jornada de trabalho, sua intensa atuação na esfera doméstica, entretanto, não reconhecida, necessariamente, por ela, enquanto trabalho. Nesse sentido, enquanto resultado da divisão sexual do trabalho, é possível notar que esse processo é naturalizado pelas próprias mulheres, de forma a não interpretarem aquilo que produzem enquanto fruto do trabalho.

Assim, as mulheres agricultoras desempenham um papel crucial ao sustentar a continuidade e a reprodução social da agricultura familiar. Isso ocorre porque as tarefas diárias por elas realizadas estão completamente ligadas às suas famílias e com a manutenção de seus estabelecimentos agrícolas. Com isso, evidencia-se a interconexão entre a esfera doméstica enquanto lugar feminino, legitimando as responsabilidades voltadas para o lar, a família, a preservação ambiental e os cuidados com os animais como atividades intrinsecamente femininas (Herrera, 2016).

Entretanto, seus relatos, bem como a foto, evidenciam também seu papel de protagonista ao desempenhar atribuições da esfera do cuidado. Sendo aqui não entendidas dentro da esfera doméstica, mas que acaba por ser englobada por ela, como mais uma de suas atribuições, que, implicitamente, estão postas e, portanto, espera-se que sejam realizadas pelas mulheres.

No caso desta assentada em específico, pontuei que ela produz espaços de empatia, não na intenção de atribuir a ela, de forma ingênua, a reprodução desse processo que naturaliza as responsabilidades da esfera do cuidado à mulher, mas sim, por ver nela a manifestação e grande preocupação em preservar a biodiversidade do espaço que ela vive, em uma relação de respeito mútuo.

Portanto, empatia aqui no sentido do cultivo não somente à terra, mas à valorização de todas as formas de vida existentes, que se manifestam tanto através das plantas, do solo ou dos animais,

zelando, assim, pela multiplicação e perpetuação da vida. Ainda sobre isso, cabe destacar que ela é uma senhora vegetariana, o que é um ponto curioso ao pensarmos na realidade da roça em que muitas vezes os animais são criados para serem abatidos e comercializados, ela vai contra essa lógica, seguindo uma escolha para sua vida que honra profundamente a vida de todas as espécies, numa relação de respeito, mais uma vez, contra a lógica hegemônica predominante no capitalismo.

Por fim, em vista de compartilhar qual seria seu sonho, ela respondeu que seria “ter tudo arrumadinho, aqui é meio bagunçado, eu queria tudo arrumadinho, eu falo para ele [marido], vamos lá arrumar, vamos limpar, eu gosto bastante de flor, gostaria de fazer minha jardineira”. Até mesmo o sonho dela enfatiza, mais uma vez, sua ligação direta com a esfera doméstica e do cuidado, assim como veremos também em relação ao trazido pela próxima assentada.

#### *3.3.2.4 Geo-foto-grafia da assentada 4 – espaços do cuidado*

A quarta assentada escolheu registrar um recorte que, intimamente ligado à frase que encaminhou junto para representar a fotografia (fotografia 11), simboliza o que seria, por ela, entendida a forma com que a vida se constitui, ao longo do tempo, a partir da seguinte interpretação: “a vida é construída todos os dias. Pedra por pedra”.

Com isso, na imagem podemos observar, sob o chão de terra e serrapilheira, pedras de diversos tamanhos empilhadas umas nas outras, encontrando seu equilíbrio, enquanto ao fundo vemos folhagens.

Com respaldo em toda sua trajetória compartilhada durante a entrevista, entendo que sua jornada enquanto mulher negra que sempre viveu e trabalhou no campo, como funcionária em fazendas, passou por dificuldades que - muitas hoje em dia, já superadas; pode recuperar-se ao longo do tempo, passando por diversas fases e processos que a levaram até a construção do momento atual em que, com sua família, pode conquistar seu próprio loteamento, para trabalhar e viver de forma mais digna, nos levando a compreender essa constituição de sua vida, “pedra por pedra”.

**Fotografia 11:** geo-foto-grafia da entrevistada 4



**Fonte:** cedida pela entrevistada 4, 2023.

Entretanto, assim como já abordado, ao compartilhar sobre sua rotina e o desempenho de seu papel enquanto esposa, mãe e avó, comprovou-se uma jornada exaustiva e, segunda ela, solitária. Essa sobrecarga e a invisibilidade desse cenário, é, mais uma vez, fruto da desigualdade das condições atribuídas aos homens e as mulheres, em relação à execução de suas atividades, tanto no contexto social como familiar. Consequentemente, para as mulheres rurais

a dedicação aos cuidados aos outros está presente em todas as esferas de suas vidas. Sejam nos afazeres domésticos, com os atos de lavar, passar, cozinhar, etc; seja no processo

produtivo, em funções como o cultivar das plantas, o trato com os animais, a limpeza da estrebaria, visando garantir a saúde das vacas, dentre outras; e no cuidado de pessoas dependentes, como as crianças, os idosos e os deficientes (Herrera, 2019, p. 155).

Evidenciando, dessa forma, que a responsabilidade pelos cuidados constitui uma face do trabalho reprodutivo, diferenciando-se do trabalho doméstico, embora frequentemente seja desempenhada simultaneamente a outras tarefas domésticas (Herrera, 2019). Logo, essa assentada, enfatizou bastante sobre a criação de seus sete filhos – hoje adultos; e atualmente, sobre sua atuação nas responsabilidades nos cuidados de seus netos, crianças e adolescentes, portanto que se encontram em desenvolvimento; destacando que, nesse sentido, não há participação dos homens da família na dedicação a essas tarefas.

As atividades que derivam do ato de cuidar tendem a ser atribuídas às mulheres e naturalizadas de forma a aparecerem como exclusivas e constitutivas da condição feminina. Ancorado neste senso moral, valores como altruísmo e atribuições como a maternagem presentificam-se no cotidiano das mulheres, sobre a forma de dupla jornada de trabalho [...] Cuidar dos familiares, dos companheiros, em concomitância com as atividades sócio-ocupacionais, para cumprir normas historicamente criadas e interpretadas como inerentes à natureza feminina, tornam-se aspectos de uma realidade que tende a desprender-se de seus sujeitos e apresentar-se como eterna (Guedes; Daros, 2009, p. 123).

Nesse mesmo sentido, concordo com Herrera (2019) que caracteriza essas múltiplas atribuições às mulheres, em relação ao trabalho reprodutivo, enquanto uma jornada interminável. E, um dos principais passos para romper esse ciclo seria a ruptura radical, conforme apontado por Kergoat (1996), com os ideais que diferenciam práticas atribuídas como exclusiva dos homens ou das mulheres; implicando a ruptura de paradigmas tidos enquanto universais.

Em última análise, ao tratar sobre seu sonho, ela declarou: “ver meus filhos felizes”. Assim, novamente, está posta, implicitamente, a esfera do cuidado, confirmando o já trazido sobre o quanto essa preocupação recai sobre a mulher e perpassa toda sua vida, podendo ser confundido com amor – e não que não o haja; mas, fundamentalmente, essa preocupação tem também suas raízes em processos desiguais que sobrecarregam e levam as mulheres à exaustão.

### *3.3.2.5 Geo-foto-grafia da assentada 5 – espaços de organização*

Diferentemente das quatro geo-foto-grafias analisadas até aqui – que foram produzidas pelas mulheres assentadas; no caso das duas últimas, elas foram capturadas pela própria

pesquisadora, devido a impossibilidade da quinta e da sexta entrevistadas de terem disponibilidade de desprender o tempo que a tarefa demandava - para pensar sobre a proposta, fabricar o registro e encaminhar a mim, junto com a interpretação. Por essa razão, buscando ainda assim representá-las através de fotografias –na mesma proposta, enquanto mulheres rurais; eu mesma selecionei fotos que havia registrado durante os trabalhos de campo, que diziam respeito à essas duas assentadas. Com a devida autorização prévia delas, serão apresentadas a seguir (fotografia 12 e fotografia 13).

**Fotografia 12:** geo-foto-grafia da entrevistada 5



**Fonte:** registrada pela autora, 2023.

A fotografia escolhida para representar a quinta assentada (fotografia 12) enquanto mulher rural – tendo como base todos os nossos encontros, conversas e a entrevista; apresenta-a em frente à sua casa, em seu lote no assentamento Araras IV, enquanto que, acima dela, está estendida uma faixa em nome da Organização das Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (OMAUESP) a qual ela, além de fazer parte, foi uma das fundadoras.

Aprofundando no porquê dessa escolha, justifico tendo por base - conforme apontado no tópico em que foram discutidos os temas das entrevistas; sua história de vida que, desde muito nova, é marcada por sua atuação e organização política, seja em movimentos sociais de luta pela terra, como na participação pela reivindicação por direitos das mulheres rurais, além da luta contra o racismo e pela reparação racial para o povo negro no Brasil.

Por esses motivos apresentados, considere que a melhor forma de representá-la seria através dessa fotografia na qual enfatiza a OMAUESP. Portanto, de forma a complementar os significados da fotografia escolhida com a perspectiva da própria assentada, apresento um recorte do relato dela durante a entrevista, em que explicou brevemente sobre a criação e a importância dessa organização.

Essa organização começou em 2002, que nós registramos, em Promissão (SP). Fizemos uma assembleia e começou assim. Mas nós trabalhamos mais o encontro de mulheres de lá para cá, já fizemos 10 encontros de mulheres, e nele tem mulheres de todos os movimentos que a gente acompanha Essa entidade ajudou muito na questão de montar os coletivos de mulheres, porque como eles não queriam liberar para que as mulheres rurais tivessem uma entidade de mulheres, acabou que muitas delas decidiram fazer o coletivo de mulheres, acabou muitas delas abrindo espaço e fazendo a sua organização lá dentro. Só que eu, uma mulher, que, desde o tempo da Reunidas, já fazia a reunião de mulheres, então em todos os acampamentos que eu estou eu trato as coisas de forma específica para as mulheres. Uma porque dentro da questão rural as mulheres, em uma assembleia com homens, falam muito, muito pouco, não falam quase nada. Então, por exemplo, as mulheres que falam muito, são tidas como muito diferentes e elas são poucas (E5, assentada do Araras IV, 07/10/2023).

Com esse depoimento, pode-se compreender a influência de sua ação na mobilização dessa organização que, em busca de melhorias das condições de vida e trabalho das mulheres rurais, juntas e unidas, puderam lutar por suas reivindicações. Isso porque,

A participação política e as intervenções dos movimentos de mulheres rurais no espaço público, em geral, vêm contribuindo significativamente para o seu reconhecimento como sujeitos de direito. Tal reconhecimento vem se expressando, particularmente nos últimos anos, na elaboração de políticas públicas que respondem às suas demandas e na construção

de espaços institucionais empenhados em garanti-las (Aguiar, 2016, p. 261).

Nesse processo, justifica-se a escolha de pontuar que essa assentada produz espaços de organização, tanto por ter feito parte deles durante toda sua vida, por atuar veementemente dentro dos movimentos sociais, mas aqui, principalmente, por ter sido capaz de, literalmente, possibilitar a criação de novos espaços de organização, reivindicação e luta, em busca de uma vida digna e de igualdade para todos.

Por último, diante de todas essas conquistas, ela almeja para seu futuro, a concretização do sonho de “ser uma camponesa de fato, trabalhar ligada com o meio ambiente, com a agroecologia. Eu quero colocar meus projetos para funcionar, ter condição de ter um lote orgânico mesmo, cuidar dos meus cavalos, brincar com os meus cachorros, essa é a velhice que eu quero”.

#### 3.3.2.6 *Geo-foto-grafia da assentada 6 – espaços de fertilidade*

Conforme já explicado, a fotografia que será apresentada visando representar a sexta assentada participante da pesquisa (fotografia 13), foi registrada e selecionada pela própria pesquisadora. A escolha dessa foto em específico tem como propósito destacar a característica que foi única no caso desta assentada e de sua família: representam o único lote que a renda da família é gerada única e exclusivamente do trabalho e da produção no próprio terreno.

Portanto, a fotografia retrata quase toda a extensão de sua horta que - sendo irrigada e gerida no próprio momento do registro; se mostrou muito diversa, bem cuidada, produtiva e orgânica. Além disso, materializa uma das principais fontes de renda da família que, além de comercializar as verduras e legumes produzidas nela, também trabalham com a criação de diversos tipos de animais (peixe, porco, galinha, cavalo, boi, vaca, ovelha).

Nesse contexto, essa família materializa as noções em torno da agricultura familiar, já que

É justamente esta forma de produção que se encontra em evidência atualmente no meio rural brasileiro, ao agregar famílias, propriedades agrícolas, trabalho na terra, ao mesmo tempo em que se cultuam valores e tradições. Isto tudo conforma uma grande diversidade econômica, social e cultural que dinamiza os processos sociais rurais (Mattei, 2014, p. 89)

**Fotografia 13:** geo-foto-grafia da entrevistada 6



**Fonte:** registrada pela autora, 2023.

Nesse sentido que entendemos aqui os espaços produzidos por ela enquanto espaços de fertilidade, refletindo sobre a fertilidade do solo, a riqueza das plantações e colheitas que são geradas nessa terra, além dos animais, que juntos, provém o sustento, a saúde e o cuidado da família.

Em conclusão, os sonhos da assentada também têm relação com a manutenção e melhoria de sua vida no campo, no assentamento rural de Araras, lugar o qual não deseja sair. Segundo suas palavras “tudo que eu sonhei estou conquistando, mas tem muito mais para conquistar. Tem meu projetinho do tanque dos peixes, para a agricultura, também sonho em ter um poço artesiano aqui”, demonstrando sua satisfação em viver naquele espaço que luta tanto para perpetuar sua existência, com dignidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em contrapartida do apagamento da experiência da mulher rural no campo brasileiro que relega seu trabalho a invisibilidade e naturaliza a sobrecarga a que muitas vezes as mulheres se encontram, essa pesquisa buscou, através do aprofundamento nas reflexões acerca das dinâmicas estabelecidas pelas relações de gênero atribuídas socialmente, destacar de que forma as narrativas dessas agricultoras demonstram a construção de uma resistência feminista na produção do espaço rural e na luta pela terra, visibilizando sua luta cotidiana.

Isso foi feito a partir da produção das geo-foto-grafias que puderam revelar a multiplicidade de espaços de resistência construídos pelas mulheres assentadas no município de Araras (SP). A intenção aqui foi destacar essas imagens não apenas enquanto registros visuais, mas também como manifestações autênticas da força e determinação que permeiam a vida dessas mulheres, que desafiam a opressão de gênero e se destacam como verdadeiras agentes de mudança em seus territórios. Através dessas fotografias, testemunhamos a capacidade de empoderamento que a expressão visual é capaz de oferecer a essas mulheres, permitindo que elas compartilhem suas histórias, desafios e conquistas.

Ao abordar o potencial dessas geo-foto-grafias como expressões de resistência feminista no espaço, destacamos a importância de reconhecer que a luta pela igualdade de gênero não se limita a teorias e discursos, mas é vivida de maneira tangível em diversas comunidades, bem como em sociedade. Essas mulheres não apenas resistem às desigualdades de gênero, mas também se unem para criar um ambiente de apoio mútuo, onde suas vozes podem ser ouvidas e suas identidades valorizadas.

No contexto da geografia, este estudo ressalta a importância de considerar as dimensões de gênero ao analisar o espaço. As experiências das mulheres assentadas de Araras demonstram como a geografia é influenciada pela dinâmica de gênero, e como as práticas espaciais podem ser transformadas quando consideramos as mulheres como ativas na construção do espaço, diferentemente da concepção que universaliza a experiência dos sujeitos. Abrindo caminho para uma geografia mais inclusiva, que leve em consideração a perspectiva de gênero, raça e classe, e promova a justiça social e espacial.

No que diz respeito ao futuro, este estudo aponta para a necessidade de continuar ampliando o reconhecimento e o apoio às mulheres, mas também a todos os corpos dissidentes e grupos

marginalizados que são relegados à invisibilidade nos processos sociais, tais como na elaboração de políticas públicas. Promover o acesso a recursos, educação e oportunidades para essas pessoas é essencial para fortalecer ainda mais sua resistência, em direção ao exercício da cidadania, de forma digna, justa e harmoniosa. E para isso, a visibilidade desses grupos mostrou-se essencial através de formas de expressão que possam ampliar suas lutas, resistências e conquistas.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Do setor ao Território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: **Inter-relações entre as transformações demográficas e a agenda social**. Texto para discussão IPEA, São Paulo/Rio de Janeiro, 2000. n.º. 702.
- AGUIAR, Vilenia Venâncio Porto; STROPASOLAS, Valmir Luiz. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES (Orgs.). **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.
- AGUIAR, Vilenia Venâncio Porto. **Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas**. Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial – 2016.
- ANDRÉ, Isabel Margarida. **O gênero em geografia**: introdução de um novo tema. Finisterra, Lisboa, v. 25, n. 50, p. 331-348, 1990.
- ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nadia Velleda; COSTA, Maria Regina Caetano. **Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar** In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Fortaleza, 2006.
- ARARAS, Prefeitura Municipal de. **História: conheça um pouco a história de Araras**. Disponível em <<https://araras.sp.gov.br/historia/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2023.
- ÁVILA, João E. T.; BRANDÃO, Juliana A. V.; OLIVEIRA, Aline F.; LOPES-ASSAD, Leonor R. C.; COSTA, Manoel B. B. **Atividades de divulgação de técnicas de rochagem com agricultores familiares de assentamentos de Araras (SP)**. Revista Brasileira de Agroecologia. Nov/2009. Vol 4, n 2.
- BERGER, Peter Ludwig; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BONDI, Liz; DOMOSH, Mona. **Other figures in other places**: on feminism, postmodernism and geography. In: Environment and Planning D: Society & Space. Great Britain, V. 10, n. 2., Ed. Pion Limited: 1992.
- BOURDIEU, Pierre; BOURDIEU, Marie-Claire. **O camponês e a fotografia**. Revista de Sociologia e Política, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Trad. KÜHNER, M. H. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.
- BOWLBY, Sophie. **Geografia feminista em Gran Bretaña**: una década de cambio. Documents D'Analisi Geogràfica, v. 14, p. 15-29, 1989.
- BRUMER, Anita. **Previdência social rural e gênero**. Sociologias (UFRGS), Porto Alegre, v. 7, p. 50-81, 2002.
- CAMPOI, Antonio Marcos. **Sistemas de Produção e Estratégias de Vida para Permanência na Terra: um estudo no Projeto de Assentamento Monte Alegre – Araraquara/SP**. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara. Araraquara, 2005.
- CARNEIRO, Sueli. **A mulher negra na sociedade brasileira – o papel do movimento feminista na luta anti-racista**. Brasília: Fundação Cultural Palmares (no prelo), 2003.
- CARNEIRO, Maria José. **Herança e gênero entre agricultores familiares**. Estudos feministas. 2001.
- CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CASTRO, E. G. (Org.); CARNEIRO, M. J. (Org.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. *Ruris*. v. 2, n. 1, 2008. p. 09-38.

CARVALHO, Francisco de Sales Vieira de. **Processo Discriminatório de Terras: o caso do Pontal do Paranapanema (SP)**. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil. Florianópolis. 2004.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. v.2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos da Lima. **Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero**. RBSE, v. 24, 738-753, dez. 2009.

CORRÊA, Débora Klempous. **Mulher Camponesa à Sua Própria Imagem**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Publicado em: 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Joinville - SC – 2 a 8/09/2018

CORRÊA, Fabiana Bottrel; OLIVEIRA, Maria Conceição. Sacralização e alimentação: uma reflexão sobre a RE 494601 e as religiões de matriz africana. **Revista Mangút: Conexões Gastronômicas**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 124-142, jun. 2021.

CRESSONI, Fabio Eduardo. **Fazenda Montevidéo: barões, escravos e imigrantes na formação do Oeste Paulista**. 1ª Ed. Araras/SP, 2007. 368 p.

CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. **Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação**. In: *Anais... Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, XIII, Ouro Preto, 04 a 08 de novembro de 2002.

DUNCAN, James; DUNCAN, Nancy. **Reconceptualizing the idea of culture in geography: a reply to Don Mitchell**. *Transactions of the Institute of British Geographers* v. 21, no 3. London: Institute of British Geographers, 1996. In: JACKSON, Peter. *The idea of culture: a response to Don Mitchell*. *Transactions of the Institute of British Geographers*. v.21, no 3, London: Institute of British Geographers, 1996.

ELIAS, Nobert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Lonilde Servolo de. (orgs.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 237-256.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos da luta pela terra. **Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA**, v. 29, 1999.

FILIPAK, Alexandra. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos**. Tese de doutorado, UNESP, Marília, SP, 2017.

FRANCISCO, Maria Luíza Oliveira de. **Geografia de Gênero e Trabalho Familiar: Algumas Considerações**. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, v. 2, p. 27-36, 2011.

FRANCISCO DE SOUZA, Lorena; RATTS, Alecsandro José Prudêncio. **Raça e gênero sob uma perspectiva geográfica: espaço e representação**. *Boletim Goiano de Geografia*, vol. 28, núm. 1, enero-junio, 2008, pp. 144-156. Universidade Federal de Goiás. Goiás, Brasil

FRANCO GARCÍA, María. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

- GARCÍA RAMÓN, Maria Dolors. **Género, espacio y entorno: ¿hacia una renovación conceptual de la geografía? Una introducción.** Documents d'Anàlisi Geogràfica, Barcelona, n. 14, p. 7-13. 1989.
- GARCÍA RAMÓN, Maria Dolors. **Él Análisis de Género y la Geografía:** reflexiones em torno a um libro reciente. Documents d'Anàlisi Geogràfica, Barcelona, n. 6, v. 2, p. 133-143. 1985.
- GARCÍA RAMÓN, Maria Dolors. **¿Espacios asexuados o masculinidades y feminidades espaciales?:** hacia una geografía del género. SEMATA, Ciências Sociais e Humanidades, Rioja, v. 20, p. 25-51, 2008.
- GEIGER, Luís Inácio Germany. **Agentes religiosos e camponeses sem terra no sul do Brasil** – quadro de interpretação sociológica. Editora Vozes, Petropolis, 1987.
- GIULANI, Paola Cappellin. **Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira.** In: PRIORE, Mary Del (org.). História das mulheres no Brasil. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- GOMES, Paulo César da Costa. **O lugar do olhar:** elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- GONZALEZ, Lélia. **Por un feminismo afrolatinoamericano.** Santiago, Revista Isis International. Vol. IX, 1988.
- GUEDES, Olegna de Souza. DAROS, Michelli Aparecida. **O cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético.** Serv. Soc. Rev. Londrina, v. 12, n. 1, p. 122-134, 2009.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HARAWAY, Donna. **Saberes localizados:** a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Caernos PAGU (5) 1995; p. 07-41
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida:** trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Revista NERA – ano 9, n. 8 – Presidente Prudente, janeiro/junho de 2006.
- HORA, Karla. **Políticas Públicas para Mulheres Rurais.** Mimeo, Brasília, 2015.
- HERRERA, Karolyna Marin. **Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care.** Política & Sociedade, v. 15, p. 208-233, 2016.
- HERRERA, Karolyna Marin. **A jornada interminável: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais.** 2019. 227 p. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2019.
- HIRATA, Helena Sumiko; KERGOAT, Danièle. Paradigmas sociológicos revistos à luz da categoria de gênero. Que renovação aporta a epistemologia do trabalho? **Novos Cadernos NAEA**, v. 11, p. 39-50, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário 2017.** Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/araras/pesquisa/24/76693>>. Acesso em: 2 de outubro de 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2022.** Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/araras/panorama>>. Acesso em: 20 de outubro de 2023.
- JACINTO, Rui Manuel Missa. Imagino o mundo na era da imagem. In: JACINTO, Rui Manuel Missa (Coord.). **Transversalidades: fotografia sem fronteiras: territórios, sociedades e culturas ibéricas em tempos de mudança.** Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, 2013. p.12-18.

KERGOAT, Daniele. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. M. ;MEYER, D. E. ;WALDOW, V. R.(Org.).Gênero e saúde. Porto Alegre:Artes Médicas,1996.p.41-51.

KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. 2. Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. 2. ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2001.

LAN, Diana. Los estudios de género en la geografía argentina. In: IBARRA GARCÍA, María Verónica; SCAMILLA HERRERA, Irma (coord.). **Geografía feministas de diversas latitudes: orígenes, desarrollo y temática contemporáneas**. México: UNAM, Instituto de Geografía, 2016.

LAZZARETTI, Vanessa. **Ressignificar para reconhecer: o feminismo camponês e popular no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2021. 115 f.

LOPES, Keila Cássia Santos Araújo; LOPES, Paulo Rogério; BORGES, Janice Rodrigues Placeres. Saneamento ambiental no meio rural e transição agroecológica: um estudo do Assentamento Horto Loreto - Araras/SP. **Retratos de assentamentos**, Araraquara, v. 17, n. 2, p. 197-230, 2014.

MANTOVANELLI, Diogo Fonseca. **Quintais agroecológicos: sala de aula informal para capacitação formal – as experiências do assentamento rural Araras 4**. São Carlos, UFSCar. 81 f. 2013.

MASSEY, Doreen Barbara. **Um sentido global do lugar**. In: ARANTES, A. A. (org.). O espaço da diferença. Campinas: Papius, 2000. p. 176 – 185.

MASSEY, Doreen Barbara. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2008.

MATTEI, Lauro. **O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo**. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 83-91, out./dez., 2014.

MAZZINI, Eliane de Jesus Teixeira. **Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema – SP: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social? 2007**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2007.

MCDOWELL, Linda. **Gênero, identidade y lugar: un estudio de las geografías feministas**. Ediciones Cátedra. Madrid, 1999.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da ciência: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-710.

MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. Sintra, Portugal: Europa- América, 1996.

MORAIS, Larissa Urquiza Perez de. **A luta dentro da luta: geografia do empoderamento das mulheres camponesas no assentamento contestado – Lapa (PR)**. Curitiba, 2018.

MOREIRA, Erika Vanessa. **A ruralidade e a multifuncionalidade nos espaços rurais de Piedade e Pilar do sul-SP**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2012.

NELSON, Lise. La geografía feminista anglosajona: reflexiones hacia una geografía global. In: IBARRA GARCÍA, María Verónica; ESCAMILLA HERRERA, Irma (coord.). **Geografías feministas de diversas latitudes: orígenes, desarrollo y temática contemporáneas**. México: UNAM, Instituto de Geografía, p. 21-53, 2016.

NEVES, Delma Pessanha. Mundo rural e relações de gênero. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Lonilde Servolo de. (orgs.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 237-256.

NOGUEIRA, Fernanda de Albuquerque Melo; MATTOS, Claudemar; SILVA, Nivia Regina da; SILVA, Valeria dos Santos Pinto da; OTERO, Ubirani Barros. **Um olhar sobre as conexões entre agroecologia e saúde a partir da construção de uma exposição fotográfica em territórios fluminenses**. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 18, n. 5, p. 616-636, 2023.

ORTIZ, Anna; GARCÍA RAMÓN, Maria Dolors. Nuevas tendencias en la geografía de género en España: una revisión de investigaciones publicadas en el último decênio. In: IBARRA GARCÍA, María Verónica; ESCAMILLA HERRERA, Irma (coord.). **Geografía feministas de diversas latitudes: orígenes, desarrollo y temática contemporáneas**. México: UNAM, Instituto de Geografía, 2016.

PAULA, Larissa Araújo Coutinho de. **A bela flor do/no campo**: por uma geografia de gênero r(existência) em assentamentos rurais do interior de São Paulo. Tese (Doutorado – Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 392 f. 2020.

PAULA, Larissa Araújo Coutinho de. **As margaridas seguem o caminho, do campo às ruas, das ruas ao campo**: a mulher rural e sua trajetória de luta por reconhecimento e direitos. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 41, v. 3, Dossiê “Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades” p. 100-121, jul-dez, 2019.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Trabalho Familiar**: uma categoria esquecida de análise. Estudos Feministas, n: 121 p.229-252, jan./abr. 2004.

PIDNER, Flora Sousa. **Geo-Foto-Grafia das paisagens**: narrativas espaciais nas imagens de Sebastião Salgado. Tese (Doutorado – Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2017. 327 f. Salvador, 2017.

QUIJANO, Aníbal. **Coloniality of power, eurocentrism and Latin America**. Neplanta: Views from South, 1(3), 533-580. 2000.

QUINTAS, Domingos Antonio Cerveira. **História da agricultura no município de Araras (SP) e a caracterização da restauração da mata ciliar no Ribeirão das Furnas**. São Carlos: UFSCar. 96f. 2011.

RAPOZO, Bruna Maria da Silva; **Programa nacional de documentação da trabalhadora rural**: desafios para a superação das desigualdades de gênero no campo brasileiro. XIII ENANPEGE. São Paulo, 2019.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. **As etnias e os outros: as especialidades dos encontros/confrontos**. Espaço e Cultura, UERJ, Rio de Janeiro, n. 17-18, jan./dez. de 2004. pp. 77-89.

REIS JÚNIOR, Dante. Aspectos históricos da fotografia e realizações em Geografia. In: STEINKE, Valdir; REIS JÚNIOR, Dante; COSTA, Everaldo. **Geografia & fotografia: apontamentos teóricos e metodológicos**. Brasília: Laboratório de Geoiconografia e Multimídias / UnB, 2014. p.11-44.

REDFIELD, Robert. **The Little community and peasant society and culture**. Chicago: The University Chicago Press, 1989.

RIBEIRO, Josuel Stenio da Paixão. A questão agrária: possibilidades de emancipação no assentamento mais antigo do estado de São Paulo, “A Gleba XV de novembro”. **Saber Acadêmico**, v. 1, p. 75-85, 2015.

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography: The limits of Geographical Knowledge**. Cambridge: Polity Press, 1993.

ROSE, Gillian. **Visual Methodologies**: an introduction to interpreting visual objects. London: Sage, 2001.

ROSSONI, Rodrigo. **Fotografia e construção de identidade de crianças do MST**: o sentido vivido a partir de uma prática educativa. Dissertação. Vitória, 2004.

RUAS, D. G. G.; LOZANI, M. C. B.; BRAY, S. C. **Os 10 anos de atividades dos assentamentos rurais de Araras I e II no município de Araras-SP**. XII Encontro Nacional de Geografia Agrária – Rio Claro. Anais..., Boletim de Geografia Teorética, v.25, n.49/50, p.723-735, 1995.

SALA, Lorena Laís. **Educação e agricultura em Araras/SP: apontamentos para a educação em Ciências**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, Araras. 2023. 108f.

SANT'ANA, Antonio Lázaro. **Raízes na Terra**: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP). 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

SCOTT, Joan. **Gênero uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. n. 18 2. p. 522. jul./dez 1990.

SEEMANN, Jörn. Tradições humanistas na cartografia e a poética dos mapas. In: Eduardo Marandola Jr.; Werther Holzer; Lívia de Oliveira. (Org.). **Qual o Espaço do Lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. 1ed. Rio de Janeiro: PERSPECTIVA, 2012, v. 1, p. 279-303.

SILVA, Joseli Maria. (2009). **Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro**: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. In J. M. Silva (Ed.), Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades (pp. 25-54). Ponta Grossa: Todapalavra.

SILVA, Joseli Maria. (2003). **Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica**. Revista de História Regional 8 (1): 31-45, Verão 2003.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. (2020). **Geografias feministas na América Latina: desafios epistemológicos e a decolonialidade de saberes**. Journal of Latin American Geography, Volume 19, number 1, 2020, pp. 163-171.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista; PRZYBYSZ, Juliana. O corpo como elemento das geografias feministas e queer: um desafio para a análise no Brasil. In J. M. Silva, M. J. Ornat & A. B. Chimin Junior (Orgs), **Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaço** (pp. 85-142). Ponta Grossa: Todapalavra, 2013.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. Geografias feministas e pensamento decolonial: a potência de um diálogo. In J. M. Silva, M. J. Ornat & A. B. Chimin Junior (Eds.), **Diálogos ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades** (pp. 11-30). Ponta Grossa: Todapalavra, 2017.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, Edson Armando; JUNCKES, Ivan Jairo. **Construindo a ciência: elaboração crítica de projetos de pesquisa**. Curitiba: Pós-Escrito, 2009. 92p.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. Introduzindo interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriatividades do saber geográfico. In: SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Joseli Maria (Orgs). **Interseccionalidades, Gênero e Sexualidades na Análise Espacial**, 2014.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, Sergio Pereira de. **Assentamentos rurais e novas dinâmicas socioeconômicas: o caso dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio – SP**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista/ Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2007 – Dissertação (Mestrado em Geografia).

SOUZA, Izabel Cristina Francisco. **A presença do sagrado na gastronomia de uma religião de matriz africana** / Izabel Cristina Francisco Souza. – Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2019.77 f.

SOUZA JÚNIOR, Vilson Caetano de. **Comida de Santo e comida de branco**. Revista Pós Ciências Sociais, v. 11, n. 21, p. 127-141, 2014.

STEINKE, Valdir Adilson. Imagem e Geografia: o protagonismo da ‘fotogeografia’. In: STEINKE, Valdir; REIS JÚNIOR, Dante; COSTA, Everaldo. **Geografia & fotografia: apontamentos teóricos e metodológicos**. Brasília: Laboratório de Geoiconografia e Multimídias / UnB, 2014. p.45-77.

STOLCKE, Verena. **Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?**. Estudos Afro-Asiáticos, n.20, 1991.

TEIXEIRA, Rayenne Lasmar; VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **O Processo de Luta pela Terra em Uberaba (MG): O Papel das Mulheres na Construção de Espaços de Lutas e Resistências**. Revista Latino Americana de Geografia e Gênero, v. 13, n. 1, p. 149173, 2022. ISSN 21772886.

VALENCIANO, Renata Cristiane. **A participação da mulher na luta pela terra: discutindo relações de classe e gênero**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, UNESP, Pres. Prudente, 2006.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria. Geografías feministas brasileñas: un punto de vista. In: IBARRA GARCÍA, María Verónica; ESCAMILLA HERRERA, Irma (coord.). **Geografías feministas de diversas latitudes: orígenes, desarrollo y temática contemporáneas**. México: UNAM, Instituto de Geografía, p. 21-53, 2016.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. Temáticas, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014

WALSH, Catherine. (2015). **Notas pedagógicas desde las grietas decoloniales**. Clivajes. Revista de Ciencias Sociales, 2(4), 1-11.

## Apêndice - Roteiro de entrevistas

Título da pesquisa: “A resistência feminina assentada em Araras (SP): perspectivas geográficas feministas através das lentes da geo-foto-grafia”

Pesquisadora Responsável: Isabella Pizarro Tiburcio

Orientadora: Profa. Dra. Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro

Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

### I – Identificação e caracterização da participante

1. Nome

2. Idade

3. Naturalidade/Origem:

4. Estado civil: ( ) Solteira ( ) Casada ( ) Viúva ( ) Divorciada

5. Ocupação/Profissão:

6. Cor/etnia:

7. Grau de escolaridade:

8. Tem filhos? ( ) Sim ( ) Não Quantos? ( ) F ( ) M ( ) Outro

### II - Contexto e experiência

9. Quando e como você passou a fazer parte do assentamento?

10. Como foi sua trajetória na luta pela terra?

11. E atualmente? Você tem uma função específica na organização deste assentamento?

12. Você trabalha diretamente na terra? Todos os membros da família trabalham aqui no assentamento ou não?

### **III – As mulheres nos assentamentos**

13. Há divisão de tarefas entre homens e mulheres no assentamento? ( ) Sim ( ) Não. Se sim, o que é tarefa do homem e o que é tarefa da mulher?

14. Quem é responsável pelas decisões das atividades produtivas (negociações e comercialização)?  
( ) Homem ( ) Mulher ( ) Os dois ( ) Filhos

15. Ao seu ver, como se dá a participação das mulheres nas tomadas de decisões?

16. Você também trabalha fora do assentamento?

17. A renda familiar vem do assentamento? Ou como complemento tem um trabalho fora?

18. Como é sua jornada de trabalho? (E os cuidados da casa? Com os filhos?)

19. Acha que o trabalho da mulher assentada é valorizado?

20. Na sua opinião quais os desafios em ser uma mulher assentada?

21. Qual a importância das mulheres na luta pela terra?

22. Qual seu sonho?

**IV – Fotografia:** Você tem celular? Ele tem câmera? Você poderia responder a última pergunta desta entrevista com uma fotografia? Seria ela: “para você, o que é ser uma mulher rural?”. O que você poderia fotografar que represente sua vida enquanto mulher rural.